



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Av. Anita Garibaldi, 888, 2º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1681 -
www.jfpr.jus.br - Email: prctb13dir@jfpr.jus.br

AÇÃO PENAL Nº 5063271-36.2016.4.04.7000/PR

AUTOR: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RÉU: WILSON CARLOS CORDEIRO DA SILVA CARVALHO

RÉU: ADRIANA DE LOURDES ANCELMO

RÉU: SERGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO

RÉU: CARLOS EMANUEL DE CARVALHO MIRANDA

RÉU: MONICA ARAUJO MACEDO CARVALHO

SENTENÇA

13.ª VARA FEDERAL CRIMINAL DE CURITIBA

PROCESSO n.º 5063271-36.2016.404.7000

AÇÃO PENAL

Autor: Ministério Público Federal

1) Adriana de Lourdes Ancelmo, brasileira, casada, advogada, nascida em 18/07/1970, inscrita na OAB/RJ sob o nº 83.846, inscrita no CPF sob o nº 014.910.287-93, residente e domiciliada na Rua Aristides Espínola, 27, ap. 410, Leblon, Rio de Janeiro/R;

2) Carlos Emanuel de Carvalho Miranda, brasileiro, em união estável, economista, nascido em 13/03/1968, portador da CIRG nº 07517954-9/RJ/RJ, inscrito no CPF sob o nº 993.572.087-04, atualmente recolhido no sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro;

3) Mônica Araújo Macedo Carvalho, brasileira, casada, do lar, nascida em 30/12/1966, portadora da CIRG nº 06959560-1/Detran/RJ, inscrita no CPF sob o nº 864.118.707-30, residente e domiciliada na Rua Artur Araripe, 48, ap. 202, Gávea, Rio de Janeiro/RJ;

4) Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, brasileiro, casado, jornalista e ex-Governador, nascido em 27/01/1963, portador da CIRG nº 06385734-6/RJ, inscrito no CPF sob o nº 744.636.597-87, atualmente recolhido no sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro; e

5) Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho, brasileiro, casado, gestor, nascido em 25/11/1964, filho de Wilson da Silva Carvalho e Zilda dos Anjos Cordeiro da Silva Carvalho, portador da CIRG nº 049984949-0/RJ, inscrito no CPF sob o nº 787.460.007-04, atualmente recolhido no sistema prisional do Estado do Paraná/PR

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de denúncia formulada pelo MPF pela prática de crimes de corrupção passiva (art. 317 do CP) e de lavagem de dinheiro, por diversas vezes, (art. 1º, caput, inciso V, da Lei nº 9.613/1998), no âmbito da assim denominada Operação Lavajato, contra os acusados acima nominados (evento 1).

2. A denúncia tem por base os inquéritos 5004042-82.2015.4.04.7000, 5050229-17.2016.4.04.7000, a ação penal 5036518-76.2015.4.04.7000, e os processos conexos, especialmente os de n.os 5056390-43.2016.4.04.7000 (busca e apreensão criminal), 5037788-04.2016.4.04.7000 (quebra de sigilo telefônico), 5037171-44.2016.4.04.7000 (quebra de sigilo bancário), 5058703-74.2016.4.04.7000 (quebra de sigilo bancário) e 5034876-34.2016.4.04.7000 (quebra de sigilo telemático). Todos esses processos, em decorrência das virtudes do sistema de processo eletrônico da Quarta Região Federal, estão disponíveis e acessíveis às partes deste feito e estiveram à disposição para consulta da Defesa desde pelo menos o oferecimento da denúncia, sendo a eles ainda feita ampla referência no curso da ação penal. Todos os documentos neles constantes instruem, portanto, os autos da presente ação penal.

3. Em síntese, segundo a denúncia, no âmbito das investigações da assim denominada Operação Lavajato, foram colhidas provas de que empresas fornecedoras da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás pagariam, de forma sistemática, vantagem indevida a dirigentes da estatal.

4. Surgiram, porém, elementos probatórios de que o caso transcende a corrupção - e lavagem decorrente - de agentes da Petrobrás, servindo o esquema criminoso para também corromper agentes políticos e financiar, com recursos provenientes do crime, partidos políticos.

5. Aos agentes políticos cabia dar sustentação à nomeação e à permanência nos cargos da Petrobrás dos referidos Diretores. Para tanto, recebiam remuneração periódica.

6. Entre as empreiteiras, os Diretores da Petrobrás e os agentes políticos, atuavam terceiros encarregados do repasse das vantagens indevidas e da lavagem de dinheiro, os chamados operadores.

7. A presente ação penal tem por objeto uma fração desses crimes do esquema criminoso da Petrobras.

8. Em síntese, segundo a denúncia apresentada, a empreiteira Andrade Gutierrez teria acertado o pagamento de vantagem indevida ao então Governador Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho sobre todo grande contrato da empresa no Estado do Rio de Janeiro.

9. A denúncia envolveria especificamente as propinas pagas no âmbito do contrato de terraplanagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) celebrado entre o Consórcio Terraplanagem COMPERJ com a Petrobrás, em 28/03/2008. O contrato tinha o valor original de R\$ 819.800.000,00 e sofreu cinco aditivos que levaram ao incremento do valor para R\$ 1.179.845.319,30.

10. Tal contrato teria sido obtido pela Andrade Gutierrez no âmbito dos ajustes fraudulentos de licitação realizados entre as empresas fornecedoras da Petrobrás.

11. As propinas teriam sido depois acertadas pelos dirigentes da Andrade Gutierrez com o então Governador e seus associados.

12. No âmbito da Construtora Andrade Gutierrez, Rogério Nora de Sá, Presidente da empresa, teria concordado com o pagamento da propina, assim como Clóvis Renato Numa Peixoto Primo, Diretor Geral da empresa.

13. No âmbito dos beneficiários, o próprio Governador e seus associados Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho e Carlos Emanuel de Carvalho Miranda teriam participado dos acertos e da operacionalização do recebimento de valores.

14. Paulo Roberto Costa, Diretor da Área de Abastecimento da Petrobrás, é quem teria informado aos dirigentes da Andrade Gutierrez que as propinas deveriam ser pagas ao então Governador e seus associados.

15. Segundo a denúncia, foram pagos cerca de R\$ 2.700.000,00 em propinas.

16. A denúncia também abrange crimes de lavagem de dinheiro produto do crime de corrupção e de ajuste fraudulento de licitações.

17. A lavagem abrangeria valores de cerca de R\$ 2.665.598,18.

18. Tais atos estão descritos a partir da fl. 23 da denúncia e abrangeriam diversas modalidades de ocultação e dissimulação.

19. Parte deles teria ocorrido mediante aquisições de bens com vultosos pagamentos em espécie, utilizando valores recebidos nos crimes de corrupção.

20. Parte deles ainda teria ocorrido mediante estruturação de depósitos em espécie, no valor inferior a R\$ 10.000,00, para evitar os sistemas de controle e prevenção contra a lavagem de dinheiro instituídos pela Lei nº 9.613/1998 e pela Circular nº 3.461, de 24/07/2009, do Banco Central.

21. Outras aquisições de bens teriam ocorrido mediante pagamentos vultosos em espécie e com, segundo a denúncia, utilização de pessoas interpostas.

22. Imputa o MPF, em decorrência da descrição, os crimes de corrupção passiva a Adriana de Lourdes Ancelmo, Carlos Emanuel de Carvalho Miranda, Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho e a estes e ainda a Mônica Araújo Macedo Carvalho crimes de lavagem de dinheiro.

23. A denúncia não contém qualquer afirmação ou prova de que empresas fornecedoras dos bens ou serviços teriam participado, conscientemente, dos crimes de lavagem.

24. Essa a síntese da denúncia.

25. A denúncia foi recebida em 16/12/2016 (evento 5).

26. Originariamente, a denúncia também imputava os crimes de corrupção ativa a Rogério Nora de Sá e a Clóvis Renato Numa Peixoto Primo. Entretanto, estes peticionaram requerendo a suspensão do processo contra eles em decorrência de termos de acordos de colaboração previamente prestados (eventos 46 e 47).

27. Ouvido, o MPF requereu a suspensão do processo contra eles (evento 69), argumentando que eles já foram condenados criminalmente na ação penal 0510926-86.2015.4.02.5101 pela 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro a penas superiores às previstas nos acordos de colaboração.

28. Os acusados apresentaram respostas preliminares por defensores constituídos (eventos 86, 87, 89 e 90).

29. As respostas preliminares foram apreciadas na decisão de 03/02/2017 (evento 92). Na ocasião, foi deferida a suspensão da ação penal contra Rogério Nora de Sá e a Clóvis Renato Numa Peixoto Primo.

30. A Petrobrás foi admitida como Assistente de Acusação no curso do processo (decisão de 02/03/2017, evento 217).

31. Foram ouvidas as testemunhas de acusação (eventos 240, 256, 273, 274, 276, 286, 292, 308, 341 e 346) e de defesa (eventos 338, 365, 372 e 376).

32. Os acusados foram interrogado (eventos 389 e 448).

32. Os requerimentos das partes na fase do art. 402 do CPP foram apreciados nos termos da decisão de 28/04/2017 (evento 394).

33. O MPF, em alegações finais (evento 453), argumentou: a) que não há nulidades a serem reconhecidas; b) que não houve violação ao princípio do promotor natural; c) que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC 127483, já decidiu que terceiros, como delatados, não podem impugnar a validade de acordos de colaboração; d) que restou provada a materialidade e a autoria dos crimes; e) que houve pagamento de cerca de 1% de vantagem indevida sobre o

valor do contrato de terraplanagem do COMPERJ celebrado entre a Petrobrás e o Consórcio Terraplanagem, do qual participava a Andrade Gutierrez; f) que o acerto de corrupção foi confirmado por quatro depoimentos; g) que há prova de corroboração; h) que a propina visava impedir Paulo Roberto Costa de intervir contra o cartel de empreiteiras; i) que a propina também se inseria em um quadro mais amplo no qual foi solicitado pelo ex-Governador vantagem indevida em todo contrato de obra no Rio de Janeiro; j) que Adriana Anselmo e Mônica Carvalho tinha conhecimento de que os gastos em bens eram incompatíveis com os rendimentos dos maridos; k) que o valor da propina foi gasto na aquisição de diversos bens com estratégias de ocultação e dissimulação; e l) que restaram provados os atos de lavagem de dinheiro. Pede a condenação de todos os acusados.

34. A Petrobrás, em sua alegações finais, ratificou as razões do Ministério Público Federal (evento 455), requerendo ainda a correção monetária do valor mínimo do dano e a imposição de juros moratórios.

35. A Defesa de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, em alegações finais (evento 463), argumenta: a) que os acordos de leniência e de colaboração firmados pelo MPF com a Andrade Gutierrez e seus executivos são ilegais e que, portanto, as provas decorrentes são ilícitas; b) que os acordos são nulos por preverem sanções sem o devido processo e por preverem benefícios não previstos em lei; c) que o Juízo é incompetente para julgar a ação penal; d) que a denúncia é inepta; e) que foi ilegal a suspensão da ação penal em relação aos acusados Rogério Nora de Sá e a Clóvis Renato Numa Peixoto Primo, assim como a falta de intimação da Defesa acerca do aditamento da denúncia; f) que o defensor não pôde conversar livremente com o acusado Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho na prisão no Rio de Janeiro, mas somente por parlatório, tendo havido cerceamento de defesa; g) que o acusado esclareceu, em audiência, que não recebeu vantagem indevida da Andrade Gutierrez e que utilizou recursos consistentes em sobras de doações eleitorais não-registradas para as aquisições narradas na denúncia; h) que o depoimento de criminosos colaboradores não constitui prova; i) que não existe prova de corroboração; j) que há contradições entre os depoimentos dos criminosos colaboradores; k) que não há prova da prática de ato de ofício ilegal por parte do acusado; l) que o recebimento de doações eleitorais não registradas e enriquecimento ilícito não são crimes; m) que a mera ocultação não basta para configurar crime de lavagem, sendo necessário conferir ao produto do crime aparência lícita; n) que não há nexos causal entre o crime de corrupção e os de lavagem pelo lapso temporal; o) que não há crime de lavagem se foram emitidas notas fiscais nominais de aquisição dos bens; e p) que a causa de aumento prevista no §4º do art. 1º da Lei nº 9.613/1998, introduzida pela Lei nº 12.683/2012, não pode retroagir.

36. A Defesa de Adriana de Lourdes Anselmo, em alegações finais, argumenta (evento 464): a) que há litispendência com a ação penal 0509503-57.2016.4.02.5101 em trâmite na Justiça Federal do Rio de Janeiro; b) que o Juízo é incompetente; c) que a constituição de Força tarefa no âmbito do Ministério Público Federal para processar os crimes apurados na assim denominada Operação Lavajato viola o princípio do promotor natural; d) que houve cerceamento de defesa pela falta de juntada com a denúncia da integralidade do PIC 1.25.000.002382/2016-57; e) que houve cerceamento de defesa pelo indeferimento de provas na fase do art. 402 do CPP; f) que a denúncia é inepta e lhe falta justa causa; f) que o MPF não demonstrou a vinculação entre os gastos realizados por

Adriana Anselmo e o crime antecedente de corrupção; g) que a aquisição de bens de consumo não configura crime de lavagem; h) que a acusada não participava do Governo do Rio de Janeiro; i) que a acusada não era a responsável pelo pagamento das despesas de Sergio Cabral e de sua família, como reconhecido pela testemunha Sonia Baptista; j) que os bens foram adquiridos por notas fiscais emitidas em nome da acusada, não se tratando de lavagem de dinheiro; k) que não há prova de que a acusada teria agido com dolo, ou seja, de que teria conhecimento das origem criminosa dos valores utilizados na aquisição de bens; l) que as declarações da testemunha Michelle Tomas Pinto não são verdadeiras; e m) que no caso de condenação a pena deve ser mínima.

37. A Defesa de Mônica Araújo Macedo Carvalho, em alegações finais, argumenta (evento 465): a) que a acusada, diferentemente dos demais, responde a um único processo penal; b) que há lapso temporal significativo entre o crime antecedente e o crime de lavagem que é imputado à acusada; c) que foi o marido da acusada, Wilson Carlos, o responsável pela realização dos pagamentos para aquisição da embarcação Flexboat e o responsável pelo negócio; d) que Wilson Carlos obteve recursos por ter trabalhado nas campanhas de Sergio Cabral e ainda em empréstimos; e) que a embarcação foi colocada em nome do irmão do marido do acusado devido à proximidade entre as famílias; f) que Wilson Carlos era o responsável pelas despesas da família; g) que não há prova de que a acusada tivesse ciência da origem criminosa dos valores envolvidos; h) que a mera aquisição de bens não configura crime de lavagem de dinheiro; i) que no caso de condenação, deve ser considerada da continuidade delitiva; e j) que no caso de condenação a pena deve ser mínima.

38. A Defesa de Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho, em alegações finais, argumenta (evento 466): a) que os acordos de leniência e de colaboração firmados pelo MPF com a Andrade Gutierrez e seus executivos são ilegais e que, portanto, as provas decorrentes são ilícitas; b) que os acordos são nulos por preverem sanções sem o devido processo e por preverem benefícios não previstos em lei; c) que acusado jamais recebeu vantagem indevida da Andrade Gutierrez; d) que não existe prova de corroboração dos depoimentos dos criminosos colaboradores; e) que Paulo Roberto Costa declarou que a solicitação de vantagem indevida teria ocorrido em 2010; f) que, portanto, a solicitação não foi em 2008 e não há correspondência entre o valor da propina e o percentual de 1% sobre o valor da obra em 2008; g) que o nome de Wilson Carlos não apareceu nos primeiros depoimentos de Paulo Roberto Costa; h) que Wilson Carlos não estabeleceu um cartel para as licitações do Rio de Janeiro/RJ; i) que a Andrade Gutierrez não obteve o contrato de terraplanagem do COMPERJ mediante cartel ou ajuste fraudulento de licitações; j) que há lapso temporal significativo entre o crime antecedente e os crimes de lavagens que são imputados ao acusado; k) que a mera aquisição de bens não configura crime de lavagem de dinheiro; l) que Wilson Carlos obteve recursos por ter trabalhado nas campanhas de Sergio Cabral e ainda em empréstimos; m) que a embarcação foi colocada em nome do irmão do marido do acusado devido à proximidade entre as famílias; n) que não há prova da prática de ato de ofício ilegal por parte do acusado; o) que o acusado não tinha qualquer ingerência sobre a Petrobrás; p) que a mera aquisição de bens não configura crime de lavagem de dinheiro; q) que no caso de condenação, deve ser considerada da continuidade delitiva; e r) que no caso de condenação a pena deve ser mínima.

39. A Defesa de Carlos Emanuel de Carvalho Miranda, em alegações finais, argumenta (evento 468): a) que o Juízo é incompetente; b) que os depoimentos de Rogério Nora de Sá e a Clóvis Renato Numa Peixoto Primo são nulos, pois foram incluídos como testemunhas após o oferecimento da denúncia; c) que pessoas envolvidas nos crimes não podem ser ouvidas como testemunhas; d) que houve cerceamento de defesa pois não foi atendido pleito de ampliação do prazo para alegações finais pela Defesa; e) que não existe prova do crime de corrupção; e) que Carlos Miranda não participou das reuniões nas quais teria sido solicitada a propina; f) que, pelos termos da imputação, o acusado Carlos Miranda apenas serviria como intermediador para recebimento dos valores; g) que não há prova de que Carlos Miranda teria entregue os valores recebidos da Andrade Gutierrez aos demais acusados; h) que receber vantagem indevida ainda faz parte do crime de corrupção e não de lavagem; i) que não há prova de vínculo entre o crime antecedente e o crime de lavagem; j) que pela imputação teria havido um único crime de lavagem, quando do recebimento da vantagem indevida e a sua ocultação; k) que não há falar em lavagem pela aquisição de bens com expedição de notas fiscais nominais; l) que, no caso de condenação, deve ser reconhecida a continuidade delitiva; e m) que no caso de condenação a pena deve ser mínima.

40. Ainda na fase de investigação, foi decretada, a pedido do Ministério Público Federal e em 10/11/2016, a prisão preventiva de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e Carlos Emanuel de Carvalho Miranda (evento 4 do processo 5056390-43.2016.4.04.7000). Na mesma ocasião, decretada, a pedido do MPF, a prisão temporária de Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho. As prisões foram efetivadas em 17/11/2016. A pedido do MPF, foi, em 21/11/2016 (evento 48 do processo 5056390-43.2016.4.04.7000), decretada a prisão preventiva de Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho. Remanescem presos os referidos acusados até a presente data.

41. Foi apresentada exceção de litispendência pela Defesa de Adriana de Lourdes Ancelmo e que foi indeferida (evento 366).

42. Foram apresentadas as exceções de incompetência 5006810-10.2017.4.04.7000, 5004740-20.2017.4.04.7000, 5003387-42.2017.4.04.7000 e 5003169-14.2017.4.04.7000 pelas Defesas e que foram julgadas improcedentes.

43. Os autos vieram conclusos para sentença.

II. FUNDAMENTAÇÃO

II.1

44. As Defesas questionaram a competência deste Juízo.

45. Ocorre que as mesmas questões já foram refutadas no julgamento das exceções de incompetência apresentadas pelas partes (exceções 5006810-10.2017.4.04.7000, 5004740-20.2017.4.04.7000, 5003387-42.2017.4.04.7000 e 5003169-14.2017.4.04.7000).

46. Retomam-se os argumentos de improcedência das exceções.

47. Como consta na denúncia, conforme síntese dos itens 1-23, retro, a Andrade Gutierrez, juntamente com demais empreiteiras, teria ajustado fraudulentamente diversas licitações da Petrobrás, e pagaria sistematicamente vantagem indevida a agentes da Petrobrás que a dividiam com agentes políticos.

48. No âmbito do contrato de terraplanagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) celebrado entre o Consórcio Terraplanagem COMPERJ, integrado pela Andrade Gutierrez, e a Petrobrás, teriam sido ajustadas vantagens indevidas pelos dirigentes da Andrade com dirigente da Petrobrás em favor do então Governador do Estado do Rio de Janeiro e a pessoas a ele associadas, os demais acusados Carlos Emanuel de Carvalho Miranda, Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho, Mônica Araújo Macedo Carvalho e Adriana de Lourdes Ancelmo.

49. Teriam sido pagos R\$ 2.700.000,00 com a concordância do então Diretor de Abastecimento da Petrobrás Paulo Roberto Costa.

50. A denúncia também abrange diversas operações de lavagem de dinheiro que têm por antecedente o referido crime de corrupção.

51. Forçoso reconhecer que os crimes de corrupção e lavagem, pela descrição da denúncia, consumaram-se no Estado do Rio de Janeiro.

52. Entretanto, também forçoso reconhecer que os fatos inserem-se no contexto dos crimes apurados no âmbito da Operação Lava Jato.

53. Como acima apontado, na evolução das apurações da assim denominada Operação Lava Jato, foram colhidas provas, em cognição sumária, de um grande esquema criminoso de cartel, fraude, corrupção e lavagem de dinheiro no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras cujo acionista majoritário e controlador é a União Federal.

54. As diversas ações penais, inquéritos e processos envolvem a apuração de diversos crimes, como de cartel, ajuste fraudulento de licitação, corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

55. As propinas seriam pagas a agentes da Petrobrás, mas também parcela aos agentes ou partidos políticos que lhes davam sustentação.

56. Entre eles, intermediadores, encarregados de repasses, muitas vezes por meio subreptícios.

57. É muito difícil, no atual momento, negar a vinculação entre todos esses casos que compõem o esquema criminoso que vitimou a Petrobrás.

58. O próprio cartel das empreiteiras e o ajuste fraudulento de licitações, que compreendem necessariamente empreitada coletiva, teria sua apuração inviabilizada se houvesse a dispersão dos processos e das provas em todo o território nacional.

59. Mecanismos comuns de pagamento de propina e de lavagem de dinheiro foram utilizados nesses casos. Ilustrativamente, considerando os casos já julgados, o profissional da lavagem Alberto Youssef intermediou o pagamento de propinas para várias empreiteiras, como a Andrade Gutierrez, Camargo Correa, a OAS, a Engevix, a Galvão Engenharia e a Braskem. De forma semelhante, Mario Frederico de Mendonça Goes teria intermediado propinas para Pedro José Barusco Filho, gerente da Petrobrás, não só provenientes da Andrade Gutierrez, mas de outras empresas, como da OAS.

60. Dirigentes da Petrobrás já condenados por corrupção passiva usaram os mesmos mecanismos para receber propina, contas secretas mantidas no exterior, por exemplo, o ex-Diretor Paulo Roberto Costa nelas recebeu valores da Odebrecht e da Andrade Gutierrez, às vezes nas mesmas contas.

61. Dirigentes da Petrobrás, como Paulo Roberto Costa, participaram de vários acertos de corrupção, ora recebendo vantagem indevida em benefício pessoal, ora solicitando o pagamento de propinas para terceiros, como agentes políticos que lhe davam sustentação no cargo.

62. Enfim, os elementos de vinculação são vários e óbvios e o conjunto probatório comum, com o que o reconhecimento da conexão e continência entre os casos, bem como eventualmente a continuidade delitiva, com a consequente reunião dos processos, é medida necessária para evitar dispersão de provas e julgamentos contraditórios.

63. O próprio Egrégio Supremo Tribunal Federal tem sistematicamente enviado a este Juízo processos relativos a esse esquema criminoso que vitimou a Petrobrás em decorrência de desmembramentos de investigações perante ele instauradas, bem como provas colhidas a respeito dele.

64. Isso ocorreu, por exemplo, com as provas resultantes dos acordos de colaboração de Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef, Nestor Cuñat Cerveró, Ricardo Ribeiro Pessoa e os dos executivos da Andrade Gutierrez.

65. Diversos inquéritos ou processos envolvendo a apuração de crimes do esquema criminoso que vitimou a Petrobrás foram objetos de desmembramento pelo Supremo Tribunal Federal e posterior remessa a este Juízo, como v.g., ocorreu quando do desmembramento das apurações nas Petições 5678 e 6027, com remessa a este Juízo dos elementos probatórios em relação ao ex-Senador Jorge Afonso Argello.

66. Até mesmo ações penais que têm por objeto fatos do âmbito do esquema criminoso que vitimou a Petrobrás têm sido desmembradas e remetidas a este Juízo para prosseguimento quanto aos destituídos de foro. O mesmo tem ocorrido com ações penais quando há perda superveniente do foro por prerrogativa de função, como ocorreu com a ação penal proposta contra o ex-

Deputado Federal Eduardo Cosentino da Cunha no Inquérito 4146 e que, após a cassação do mandato, foi remetida a este Juízo, onde tomou o nº 5051606-23.2016.404.7000.

67. Na mesma linha, oportuno lembrar que, **para o presente caso**, foi o próprio Egrégio Supremo Tribunal Federal quem enviou a este Juízo cópia dos depoimentos de dirigentes da Andrade Gutierrez que confessaram os crimes em questão, ou seja, pagamento de propinas ao então Governador Sergio Sergio Cabral Santos Filho.

68. Com efeito, colhendo pedido do Procurador Geral da República, o eminente Ministro Teori Zavascki determinou o desmembramento do processo de colaboração premiada dos dirigentes da Andrade Gutierrez, com remessa a este Juízo dos depoimentos relativos a pagamentos de propinas em contratos da Petrobrás para agentes destituídos de foro por prerrogativa de função, entre eles Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho (Petição 5.998, que tomou o n.º 5031059-59.2016.4.04.7000 neste Juízo).

69. Todos esses casos e exemplos indicam o posicionamento daquela Suprema Corte de que este Juízo é competente para processar e julgar os crimes investigados e processados no âmbito do esquema criminoso que vitimou a Petrobrás.

70. Também o Superior Tribunal de Justiça tem se posicionado por reconhecer a competência deste Juízo ainda que provisoriamente, como se verifica na ementa do acórdão prolatado em 25/11/2014 no HC 302.604:

"PENAL. PROCESSO PENAL. CONSTITUCIONAL. HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. OPERAÇÃO 'LAVA JATO'. PACIENTE PRESO PREVENTIVAMENTE E DEPOIS DENUNCIADO POR INFRAÇÃO AO ART. 2º DA LEI N. 12.850/2013; AOS ARTS. 16, 21, PARÁGRAFO ÚNICO, E 22, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, TODOS DA LEI N. 7.492/1986, NA FORMA DOS ARTS. 29 E 69, AMBOS DO CÓDIGO PENAL; BEM COMO AO ART. 1º, CAPUT, C/C O § 4º, DA LEI N. 9.613/1998, NA FORMA DOS ARTS. 29 E 69 DO CÓDIGO PENAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

01. De ordinário, a competência para processar e julgar ação penal é do Juízo do 'lugar em que se consumar a infração ' (CPP, art. 70, caput). Será determinada, por conexão, entre outras hipóteses, 'quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração ' (art. 76, inc. III). Os tribunais têm decidido que: I) 'Quando a prova de uma infração influi direta e necessariamente na prova de outra há liame probatório suficiente a determinar a conexão instrumental ' ; II) 'Em regra a questão relativa à existência de conexão não pode ser analisada em habeas corpus porque demanda revolvimento do conjunto probatório, sobretudo, quando a conexão é instrumental; todavia, quando o impetrante oferece prova pré-constituída, dispensando dilação probatória, a análise do pedido é possível ' (HC 113.562/PR, Min. Jane Silva, Sexta Turma, DJe de 03/08/09).

02. Ao princípio constitucional que garante o direito à liberdade de locomoção (CR, art. 5º, LXI) se contrapõe o princípio que assegura a todos direito à segurança (art. 5º, caput), do qual decorre, como corolário lógico, a obrigação do Estado com a 'preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio ' (CR, art. 144). Presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva não viola o princípio da presunção de

inocência. Poderá ser decretada para garantia da ordem pública - que é a hipótese de interpretação mais ampla e flexível na avaliação da necessidade da prisão preventiva. Entende-se pela expressão a indispensabilidade de se manter a ordem na sociedade, que, como regra, é abalada pela prática de um delito. Se este for grave, de particular repercussão, com reflexos negativos e traumáticos na vida de muitos, propiciando àqueles que tomam conhecimento da sua realização um forte sentimento de impunidade e de insegurança, cabe ao Judiciário determinar o recolhimento do agente ' (Guilherme de Souza Nucci). Conforme Frederico Marques, 'desde que a permanência do réu, livre ou solto, possa dar motivo a novos crimes, ou cause repercussão danosa e prejudicial ao meio social, cabe ao juiz decretar a prisão preventiva como garantia da ordem pública '.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça (RHC n. 51.072, Min. Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 10/11/14) e o Supremo Tribunal Federal têm proclamado que 'a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva' (STF, HC n. 95.024, Min. Cármen Lúcia; Primeira Turma, DJe de 20.02.09).

03. Havendo fortes indícios da participação do investigado em 'organização criminosa' (Lei n. 12.850/2013), em crimes de 'lavagem de capitais' (Lei n. 9.613/1998) e 'contra o sistema financeiro nacional (Lei n. 7.492/1986), todos relacionados a fraudes em processos licitatórios das quais resultaram vultosos prejuízos a sociedade de economia mista e, na mesma proporção, em seu enriquecimento ilícito e de terceiros, justifica-se a decretação da prisão preventiva como garantia da ordem pública. Não há como substituir a prisão preventiva por outras medidas cautelares (CPP, art. 319) 'quando a segregação encontra-se justificada na periculosidade social do denunciado, dada a probabilidade efetiva de continuidade no cometimento da grave infração denunciada ' (RHC n. 50.924/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 23/10/2014).

04. Habeas corpus não conhecido.' (HC 302.604/PR - Rel. Min. Newton Trisotto - 5.ª Turma do STJ - un. - 25/11/2014)

71. E os fatos narrados na presente ação penal, 5063271-36.2016.4.04.7000, têm estreita ligação com diversos processos em trâmite perante este Juízo.

72. Há uma conexão óbvia com a ação penal 5036518-76.2015.4.04.7000 proposta contra dirigentes da Andrade Gutierrez pelo pagamento de propinas em contratos à agentes da Diretoria de Abastecimento e da Diretoria de Engenharia e Serviços da Petrobrás. Referida ação está em trâmite perante este Juízo.

73. Entre os crimes que compõem o objeto da referida ação penal encontra-se o pagamento de vantagem indevida no contrato de terraplanagem do COMPERJ tendo por beneficiário direto o Diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa.

74. A descoberta superveniente de que o contrato também gerou propinas ao então Governador do Estado do Rio de Janeiro Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, por solicitação do Diretor Paulo Roberto Costa, deu origem à presente ação penal.

75. Ambas são evidentemente conexas.

76. Por outro lado, no contexto dos fatos investigados na assim denominada Operação Lavajato, há diversos crimes de competência da Justiça Federal, como corrupção e lavagem de dinheiro transnacionais, com depósitos de propina e movimentação em contas secretas no exterior, o que define a competência da Justiça Federal, conforme Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção de 2003, que foi promulgada no Brasil pelo Decreto 5.687/2006, combinado com o art. 109, V, da Constituição Federal.

77. Aliás, na referida ação penal 5036518-76.2015.4.04.7000, a imputação contém corrupção e lavagem transnacional, pois parte do dinheiro repassado aos agentes da Petrobrás foi objeto de ocultação e dissimulação em contas no exterior.

78. Além disso, no contexto dos apurados na Operação Lavajato, há descrição de pagamentos de propinas, decorrentes de contratos da Petrobras, a parlamentares federais e que, após o fim do mandato, passam a ser de competência da Justiça Federal, como a referida ação penal 5051606-23.2016.404.7000.

79. Enfim, embora os crimes de corrupção e lavagem de dinheiro narrados na ação penal 5063271-36.2016.4.04.7000 tenham se consumado no Rio de Janeiro, há alteração da competência pela conexão e continência da presente ação penal com os processos do âmbito da Operação Lavajato.

80. Embora a Petrobrás seja sociedade de economia mista, firma-se a competência da Justiça Federal, pois, no âmbito da Operação Lavajato, há diversos crimes federais, como corrupção e lavagem transnacionais e suborno a parlamentares federais.

81. Não há, por outro lado, bis in idem ou conexão com a ação penal 0509503-57.2016.4.02.5101 em trâmite na 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

82. Como se verifica na denúncia ali oferecida (exceção 50031691420174047000, evento 1, out2), a acusação ali formulada tem por objeto outros crimes de corrupção, especificamente o pagamento de vantagem indevida pela Andrade Gutierrez ao então Governador do Estado do Rio de Janeiro Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho e pessoas associadas em decorrência de outros contratos e obras públicas, especificamente a expansão do Metro em Copacabana, a reforma do Maracanã para os Jogos Pan-americanos, a construção do Mergulhão de Caxias, a urbanização do Complexo de Manguinhos, a construção do Arco Metropolitano e a reforma do Maracanã para a Copa de 2014.

83. Aquela ação penal não abrange portanto o pagamento de vantagem indevida no âmbito do contrato de terraplanagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) celebrado entre o Consórcio Terraplanagem COMPERJ, integrado pela Andrade Gutierrez, e a Petrobrás.

84. De forma semelhante, aquele denúncia reporta-se a diversos atos de lavagem de dinheiro, mas que no entanto não se confundem com os atos de lavagem de dinheiro que constituem objeto desta ação penal 5063271-36.2016.4.04.7000.

85. Portanto, inexistente coincidência de imputação, embora haja semelhança entre os crimes praticados.

86. Eventual continuidade entre as condutas delitivas, caso existente, poderão ser objeto de unificação de penas na fase de execução de pena e no caso de condenação.

87. Quanto à eventual conexão com aquela ação penal no Rio, se houvesse, a prevenção seria deste Juízo pois também haveria conexão com a referida ação penal 5036518-76.2015.4.04.7000, distribuída muito antes a este Juízo.

88. Quanto à alegação de que haveria conexão com o Inquérito 1.040, em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça, cumpre esclarecer que o referido processo tramita para apurar eventual participação nos crimes do atual Governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando de Souza, conhecido como Pezão.

89. Entretanto, os ora acusado não dispõem como ele de foro por prerrogativa de função e não há ainda elementos suficientemente conclusivos para se afirmar de que o atual Governador foi partícipe nos crimes.

90. Não é ele, de todo modo, denunciado na presente ação penal 5063271-36.2016.4.04.7000.

91. Desnecessária considerações mais amplas pois a Defesa de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho já levou essa questão ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, por meio da Reclamação 33.150, e que foi julgada improcedente, em 20/03/2017, por decisão monocrática do eminente Ministro Luis Felipe Salomão.

92. Então, segundo o próprio Superior Tribunal de Justiça, não é de sua competência processar e julgar a ação penal 5063271-36.2016.4.04.7000.

93. Portanto, a competência para o julgamento da presente ação penal, que envolve, segundo a denúncia, pagamento de vantagem indevida pela Andrade Gutierrez em contrato da Petrobrás aos acusados, isso por solicitação do Diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa, e a posterior ocultação e dissimulação do produto do crime de corrupção é inequivocadamente deste Juízo.

II.2

94. A Defesa de Adriana de Lourdes Ancelmo alega que a constituição de Força tarefa no âmbito do Ministério Público Federal para processar os crimes apurados na assim denominada Operação Lavajato viola o princípio do promotor natural.

95. A questão já foi apreciada na decisão de 21/02/2017(evento 189):

"A Defesa de Adriana Anselmo reclamou na resposta preliminar violação do princípio do promotor natural pois a denúncia teria sido formulada por uma Força Tarefa de Procuradores da República.

Sobre a questão, ouvido previamente o MPF, que juntou a petição do evento 184, juntando cópia de atos normativos infralegais de constituição de grupo de Procuradores da República, denominado de Força Tarefa, para atuar nos processos criminais desta Vara.

Observo que, entre os componentes da aludida Força Tarefa, encontram-se Procuradores da República que já atuavam perante esta 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba.

Entendo que a dimensão dos crimes em apuração na assim denominada Operação Lavajato demandava, para o bom andamento dos trabalhos, a atribuição da responsabilidade a mais de um Procurador da República, sendo apropriada a constituição, pelo Procurador Geral da República e com autorização do Conselho Superior do Ministério Público, de um grupo de trabalho com vários Procuradores da República.

Embora seja questionável a existência de um princípio do promotor natural, pelo menos na mesma extensão que o princípio do juiz natural, tendo este Grupo de Trabalho por componentes Procuradores da República que já atuavam na Justiça Federal em Curitiba, não há qualquer ilegalidade a ser reconhecida.

Portanto, indefiro o reconhecimento da ilegalidade na constituição do aludido grupo de trabalho e de sua atuação perante este Juízo."

96. Desnecessárias novas considerações.

II.3

97. Algumas Defesas alegam inépcia da denúncia e falta de justa causa.

98. Entretanto, a peça descreve adequadamente as condutas delitivas de corrupção e lavagem de dinheiro, conforme síntese nos itens 1-25, retro.

99. Por outro lado, foi instruída com prova documental e com o depoimento extrajudiciais de colaboradores.

100. Então não há como alegar inépcia ou falta de justa causa.

101. Se é ou não procedente, é questão de mérito, que não diz respeito à adequação formal da denúncia.

II.4

102. Foram ouvidos nesta ação penal como testemunhas os colaboradores Paulo Roberto Costa, Diretor da Petrobras, Rogério Nora de Sá, Clóvis Renato Numa Peixoto Primo e Alberto Quintaes, executivos da Andrade Gutierrez, e ainda Eduardo Backheuser e Tânia Maria Silva Fontenelle, executivos da Carioca Engenharia.

103. Paulo Roberto Costa, Rogério Nora de Sá e Clóvis Renato Numa Peixoto Primo celebraram acordos de colaboração premiada com a Procuradoria Geral da República e que foram homologados pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal. Cópias do acordos e das decisões de homologação foram disponibilizadas na ação penal (evento 1, anexo76, evento 69, evento 95). Os depoimentos extrajudiciais pertinentes a esta ação penal foram igualmente juntados aos autos (evento 1, anexo2, anexo3, anexo4, anexo27, anexo28 e anexo76, e evento 72).

104. A Andrade Gutierrez e a Carioca Engenharia celebraram por sua vez acordos de leniência com o Ministério Público Federal através dos quais comprometeram-se a abandonar a prática de atos de corrupção, revelar os seus crimes e indenizar os cofres públicos. Os acordos foram homologados por este Juízo (eventos 96 e 97). Empregados das duas empreiteiras podem aderir aos acordos, beneficiando-se da leniência. Foi o que fizeram Alberto Quintaes, executivo da Andrade Gutierrez, Eduardo Backheuser e Tânia Maria Silva Fontenelle, executivos da Carioca Engenharia. Cópias dos acordos, das decisões de homologação, das decisões de extensão da leniência aos executivos da Andrade e da Carioca e dos depoimentos por eles prestados foram juntados aos autos (evento 1, anexo75, anexo79 e anexo80, e evento 69).

105. Todos eles foram ouvidos em Juízo como testemunhas e como colaboradores, com o compromisso de dizer a verdade, garantindo-se aos defensores do acusados o contraditório pleno, sendo-lhes informado da existência dos acordos (eventos 274, 276 e 346).

106. Nenhum deles foi coagido ilegalmente a colaborar, por evidente. A colaboração sempre é voluntária ainda que não espontânea.

107. Nunca houve qualquer coação ilegal contra quem quer que seja da parte deste Juízo, do Ministério Público ou da Polícia Federal na assim denominada Operação Lavajato. As prisões cautelares foram requeridas e decretadas porque presentes os seus pressupostos e fundamentos, boa prova dos crimes e principalmente riscos de reiteração delitiva dados os indícios de atividade criminal grave reiterada, habitual e profissional. Jamais se prendeu qualquer pessoa buscando confissão e colaboração.

108. As prisões preventivas decretadas no presente caso e nos conexos devem ser compreendidas em seu contexto. Embora excepcionais, as prisões cautelares foram impostas em um quadro de criminalidade complexa, habitual e profissional, servindo para interromper a prática sistemática de crimes contra a Administração Pública, além de preservar a investigação e a instrução da ação penal.

109. A ilustrar a falta de correlação entre prisão e colaboração, quase todos os colaboradores no presente caso celebraram o acordo quando estavam em liberdade.

110. Argumentos recorrentes por parte das Defesas, em feitos conexos, de que teria havido coação, além de inconsistentes com a realidade do ocorrido, é ofensivo ao Supremo Tribunal Federal que homologou parte dos acordos de colaboração mais relevantes na Operação Lavajato, certificando-se previamente da validade e voluntariedade.

111. No caso presente, aliás, foi o Ministro Teori Zavascki quem homologou os acordos de colaboração de Paulo Roberto Costa, Rogério Nora de Sá e Clóvis Renato Numa Peixoto Primo (evento 95).

112. A única ameaça contra os colaboradores foi o devido processo legal e a regular aplicação da lei penal. Não se trata, por evidente, de coação ilegal.

113. Agregue-se que não faz sentido que a Defesa de delatado, como realizado em feitos conexos, alegue que a colaboração foi involuntária quando o próprio colaborador e sua Defesa negam esse vício.

114. De todo modo, a palavra do criminoso colaborador deve ser corroborada por outras provas e não há qualquer óbice para que os delatados questionem a credibilidade do depoimento do colaborador e a corroboração dela por outras provas.

115. Em qualquer hipótese, não podem ser confundidas questões de validade com questões de valoração da prova.

116. Argumentar, por exemplo, que o colaborador é um criminoso é um questionamento da credibilidade do depoimento do colaborador, não tendo qualquer relação com a validade do acordo ou da prova.

117. Questões relativas à credibilidade do depoimento resolvem-se pela valoração da prova, com análise da qualidade dos depoimentos, considerando, por exemplo, densidade, consistência interna e externa, e, principalmente, com a existência ou não de prova de corroboração.

118. Como ver-se-á adiante, a presente ação penal sustenta-se em prova independente, principalmente prova documental colhida em quebras de sigilo bancário e fiscal, bem como provas obtidas com empresas fornecedoras de bens e serviços aos acusados. Rigorosamente, foi o conjunto probatório robusto que deu causa às colaborações e não estas que propiciaram o restante das provas. Há, portanto, robusta prova de corroboração que preexistia, no mais das vezes, à própria contribuição dos colaboradores.

119. Não desconhece este julgador as polêmicas em volta da colaboração premiada.

120. Entretanto, mesmo vista com reservas, não se pode descartar o valor probatório da colaboração premiada. É instrumento de investigação e de prova válido e eficaz, especialmente para crimes complexos, como crimes de

colarinho branco ou praticados por grupos criminosos, devendo apenas serem observadas regras para a sua utilização, como a exigência de prova de corroboração.

121. Sem o recurso à colaboração premiada, vários crimes complexos permaneceriam sem elucidação e prova possível. A respeito de todas as críticas contra o instituto da colaboração premiada, toma-se a liberdade de transcrever os seguintes comentários do Juiz da Corte Federal de Apelações do Nono Circuito dos Estados Unidos, Stephen S. Trott:

"Apesar disso e a despeito de todos os problemas que acompanham a utilização de criminosos como testemunhas, o fato que importa é que policiais e promotores não podem agir sem eles, periodicamente. Usualmente, eles dizem a pura verdade e ocasionalmente eles devem ser usados na Corte. Se fosse adotada uma política de nunca lidar com criminosos como testemunhas de acusação, muitos processos importantes - especialmente na área de crime organizado ou de conspiração - nunca poderiam ser levados às Cortes. Nas palavras do Juiz Learned Hand em United States v. Dennis, 183 F.2d 201 (2d Cir. 1950) aff'd, 341 U.S. 494 (1951): 'As Cortes têm apoiado o uso de informantes desde tempos imemoriais; em casos de conspiração ou em casos nos quais o crime consiste em preparar para outro crime, é usualmente necessário confiar neles ou em cúmplices porque os criminosos irão quase certamente agir às escondidas.' Como estabelecido pela Suprema Corte: 'A sociedade não pode dar-se ao luxo de jogar fora a prova produzida pelos decaídos, ciumentos e dissidentes daqueles que vivem da violação da lei' (On Lee v. United States, 343 U.S. 747, 756 1952).

Nosso sistema de justiça requer que uma pessoa que vai testemunhar na Corte tenha conhecimento do caso. É um fato singelo que, freqüentemente, as únicas pessoas que se qualificam como testemunhas para crimes sérios são os próprios criminosos. Células de terroristas e de clãs são difíceis de penetrar. Líderes da Máfia usam subordinados para fazer seu trabalho sujo. Eles permanecem em seus luxuosos quartos e enviam seus soldados para matar, mutilar, extorquir, vender drogas e corromper agentes públicos. Para dar um fim nisso, para pegar os chefes e arruinar suas organizações, é necessário fazer com que os subordinados virem-se contra os do topo. Sem isso, o grande peixe permanece livre e só o que você consegue são bagrinhos. Há bagrinhos criminosos com certeza, mas uma de suas funções é assistir os grandes tubarões para evitar processos. Delatores, informantes, co-conspiradores e cúmplices são, então, armas indispensáveis na batalha do promotor em proteger a comunidade contra criminosos. Para cada fracasso como aqueles acima mencionados, há marcas de triunfos sensacionais em casos nos quais a pior escória foi chamada a depor pela Acusação. Os processos do famoso Estrangulador de Hillside, a Vovó da Máfia, o grupo de espionagem de Walker-Whitworth, o último processo contra John Gotti, o primeiro caso de bomba do World Trade Center, e o caso da bomba do Prédio Federal da cidade de Oklahoma, são alguns poucos dos milhares de exemplos de casos nos quais esse tipo de testemunha foi efetivamente utilizada e com surpreendente sucesso." (TROTT, Stephen S. O uso de um criminoso como testemunha: um problema especial. Revista dos Tribunais. São Paulo, ano 96, vo. 866, dezembro de 2007, p. 413-414.)

122. Em outras palavras, crimes não são cometidos no céu e, em muitos casos, as únicas pessoas que podem servir como testemunhas são igualmente criminosos.

123. Quem, em geral, vem criticando a colaboração premiada é, aparentemente, favorável à regra do silêncio, a omertà das organizações criminosas, isso sim reprovável. Piercamilo Davigo, um dos membros da equipe milanese da famosa Operação Mani Pulite, disse, com muita propriedade: "A

corrupção envolve quem paga e quem recebe. Se eles se calarem, não vamos descobrir jamais" (SIMON, Pedro coord. Operação: Mãos Limpas: Audiência pública com magistrados italianos. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 27).

124. É certo que a colaboração premiada não se faz sem regras e cautelas, sendo uma das principais a de que a palavra do criminoso colaborador deve ser sempre confirmada por provas independentes e, ademais, caso descoberto que faltou com a verdade, perde os benefícios do acordo, respondendo integralmente pela sanção penal cabível, e pode incorrer em novo crime, a modalidade especial de denúncia caluniosa prevista no art. 19 da Lei n.º 12.850/2013.

125. No caso presente, agregue-se que, como condição dos acordos, o MPF exigiu o pagamento pelos criminosos colaboradores de valores milionários, na casa de dezenas de milhões de reais. Ilustrativamente, Paulo Roberto Costa devolveu 25,8 milhões de dólares que mantinha em contas secretas na Suíça e ainda assumiu o compromisso do pagamento de multa de cinco milhões de reais e à entrega de bens no valor equivalente a mais cinco milhões de reais (evento 1, anexo76).

126. Mesmo os acordos de leniência envolvem valores de indenização expressivos. A Andrade Gutierrez, em seu acordo de leniência, comprometeu-se ao pagamento de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

127. Certamente, por conta da colaboração, não recebem sanções adequadas a sua culpabilidade, mas o acordo de colaboração pressupõe necessariamente a concessão de benefícios.

128. Ainda muitas das declarações prestadas por acusados colaboradores precisam ser profundamente checadas, a fim de verificar se encontram ou não prova de corroboração.

129. Mas isso diz respeito especificamente a casos em investigação, já que, quanto à presente ação penal, as provas de corroboração são abundantes.

II.5

130. Argumenta parte das Defesas que seriam inválidos os acordos de colaboração celebrados com as referidas testemunhas e os acordos de leniência celebrados com a Carioca Engenharia e a Andrade Gutierrez por violação do princípio da legalidade, por terem sido previstos benefícios excessivos aos colaboradores.

131. Não há, como visto, no tópico anterior problemas de validade em relação aos acordos de colaboração.

132. A Lei nº 12.850/2013 prevê que, em decorrência da colaboração premiada, podem ser concedidos benefícios de redução de pena ou até de perdão judicial.

133. Os benefícios concedidos aos colaboradores inserem-se neste contexto.

134. Todos eles prestaram colaborações relevantes às investigações. No presente caso, revelaram informações e provas sobre pagamento de vantagem indevida a ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro, o que é bastante relevante, já que se trata de crime praticado por autoridade pública de elevado escalão. A máxima, aliás, no âmbito estadual.

135. Mas a colaboração deles transcende o presente caso, tendo revelado vários outros esquemas criminosos, envolvendo o pagamento de vantagem indevida a diversos outros agentes públicos, e que seriam de difícil descoberta sem a colaboração.

136. Todos eles tiveram que pagar indenizações relevantes ao Poder Público, Paulo Roberto Costa como já apontado no item 125, retro, Rogério Nora de Sá, indenização de R\$ 2.655.000,00 e Clóvis Renato Numa Peixoto Primo, indenização de R\$ 1.770.000,00.

137. A colaborações dos executivos da Andrade Gutierrez não podem ainda ser dissociadas do acordo de leniência da empresa que concordou em pagar como indenização um bilhão de reais, o que é bastante expressivo.

138. A todos eles foram concedidos benefícios que não chegaram ao perdão judicial.

139. Se a lei possibilita a concessão do perdão judicial, também é possível conceder benefícios modulados, como o cumprimento de penas de prisão em regime domiciliar ou substituição por penas restritivas de direitos, além de, como foi o caso de Paulo Roberto Costa, tempo efetivo de prisão, ainda que reduzido.

140. Não há falar ainda que receberam benefício ilegal de não serem denunciados. Paulo Roberto Costa já foi denunciado e condenado em vários processos. Só não foi denunciado na presente ação penal porque já foi condenado ao máximo da pena prevista no acordo de colaboração (v.g. sentenças nas ações penais 5083258-29.2014.4.04.7000 e 5036528-23.2015.4.04.7000 nos eventos 395 e 409). O mesmo ocorreu com Rogério Nora de Sá e Clóvis Renato Numa Peixoto Primo que já foram condenados por sentença na ação penal 0510926-86.2015.4.02.5101 que tramitou na 7ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro (evento 69, anexo4).

141. Já o acordo de leniência com a Andrade Gutierrez (evento 69, anexo6) foi celebrado com o MPF local e homologado por este Juízo.

142. O acordo foi celebrado com base na Lei nº 12.846/2013 e Lei nº 12.529/2011, conforme fundamentado nas decisões de homologação constantes no evento 69.

143. Não há qualquer ilegalidade também a ser reconhecida. No que se refere aos fatos que são objeto desta denúncia, foi a Andrade Gutierrez a primeira que os revelou.

144. Já quanto à Carioca Engenharia foi a primeira quem revelou os pagamentos em favor do ex-Governador e de seu grupo no âmbito dos contratos de obras por ela celebrados no Estado do Rio de Janeiro.

145. Razoável ainda o procedimento do MPF de, quanto aos dirigentes das empresas, pessoas de maior culpabilidade, realizar acordos de colaboração individuais, quanto a subordinados, executivos de terceiro escalão, que são muitos, abrigá-los no acordo de leniência.

146. Pode-se, é certo, criticar os acordos de colaboração, mas é evidente que a contrapartida envolve a concessão de benefícios aos colaboradores.

147. Quanto aos acordos de leniência, são proveitosos para obter informações relevantes sobre crimes e significativas indenizações aos cofres públicos, sendo que a alternativa, a não realização do acordo, poderia representar a falência das empresas, com os prejuízos decorrentes a terceiros inocentes, como os seus empregados, bem como lesões significativas à economia.

148. São, portanto, casos difíceis e que envolvem escolhas complexas pelas autoridades públicas.

149. Mas este Juízo coloca esta questão apenas a guisa de esclarecimento, pois não cabe aos delatados, como os ora acusados, questionar a validade de acordo de colaboração ou de leniência celebrado com o colaborador, pois eventual invalidade não lhe aproveitaria.

150. Afinal, qualquer pessoa pode depor como testemunha ou como acusado perante o Juízo.

151. Assim, os cinco colaboradores poderiam, com ou sem acordo, depor em Juízo, repetindo os mesmos depoimentos que instruem a denúncia.

152. Os acordos apenas lhes conferem os benefícios neles previstos caso digam a verdade, contribuindo com a Justiça.

153. Então eventual reconhecimento da invalidade dos acordos poderia somente prejudicar os benefícios a eles concedidos pelos acordos.

154. Ocorre que isso em nada aproveitaria aos acusados em questão.

155. Aliás, é evidente que os questionamentos das Defesas da validade dos acordos não são movidos por eventual indignação contra os benefícios concedidos aos colaboradores, mas apenas pela irresignação quanto ao fato dos delatados, os ora acusado, terem sido incriminados.

156. Então, falta interesse jurídico a coacusado de questionar a validade de acordo de colaboração ou de acordo de leniência celebrado entre terceiros, MPF e colaboradores, já que a procedência do questionamento apenas

resultaria na cassação de benefícios de terceiros, em nada aproveitando aos delatados, ora acusados.

157. Não tem pertinência aqui as construções em torno de provas ilícitas. Ninguém pode invocar direito de que terceiro não celebre acordo de colaboração ou de leniência com o MPF.

158. Permanece, por evidente, a possibilidade da Defesa do acusado delatado de questionar a credibilidade do colaborador, já que depõe movido pelos benefícios prometidos, ou a eventual falta de prova de corroboração. Mas questionar a credibilidade ou falta de prova de corroboração não tem qualquer relação com a validade do próprio acordo.

159. A questão não é nova. Houve impugnação através de habeas corpus por pessoa delatada da validade da homologação do acordo de colaboração celebrado por Alberto Youssef perante o Egrégio Supremo Tribunal Federal. Na ocasião, o Plenário do Supremo Tribunal Federal rejeitou, por unanimidade, a legitimidade de delatado de questionar a validade do acordo. Transcreve-se a ementa do HC 127.483:

"Habeas corpus. Impetração contra ato de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Conhecimento. Empate na votação. Prevalência da decisão mais favorável ao paciente (art. 146, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal). Inteligência do art. 102, I, i, da Constituição Federal. Mérito. Acordo de colaboração premiada. Homologação judicial (art. 4º, § 7º, da Lei nº 12.850/13). Competência do relator (art. 21, I e II, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal). Decisão que, no exercício de atividade de deliberação, se limita a aferir a regularidade, a voluntariedade e a legalidade do acordo. Ausência de emissão de qualquer juízo de valor sobre as declarações do colaborador. Negócio jurídico processual personalíssimo. Impugnação por coautores ou partícipes do colaborador. Inadmissibilidade. Possibilidade de, em juízo, os partícipes ou os coautores confrontarem as declarações do colaborador e de impugnarem, a qualquer tempo, medidas restritivas de direitos fundamentais adotadas em seu desfavor. Personalidade do colaborador. Pretendida valoração como requisito de validade do acordo de colaboração. Descabimento. Vetor a ser considerado no estabelecimento das cláusulas do acordo de colaboração - notadamente na escolha da sanção premial a que fará jus o colaborador -, bem como no momento da aplicação dessa sanção pelo juiz na sentença (art. 4º, § II, da Lei nº 12.850/13). Descumprimento de anterior acordo de colaboração. Irrelevância. Inadimplemento que se restringiu ao negócio jurídico pretérito, sem o condão de contaminar, a priori, futuros acordos de mesma natureza. Confisco. Disposição, no acordo de colaboração, sobre os efeitos extrapenais de natureza patrimonial da condenação. Admissibilidade. Interpretação do art. 26.1 da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo), e do art. 37.2 da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção de Mérida). Sanção premial. Direito subjetivo do colaborador caso sua colaboração seja efetiva e produza os resultados almejados. Incidência dos princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança. Precedente. Habeas corpus do qual se conhece. Ordem denegada.

1. Diante do empate na votação quanto ao conhecimento de habeas corpus impetrado para o Pleno contra ato de Ministro, prevalece a decisão mais favorável ao paciente, nos termos do art. 146, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. Conhecimento do habeas corpus, nos termos do art. 102, I, "i", da Constituição Federal.

2. Nos termos do art. 21, I e II, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, o relator tem poderes instrutórios para ordenar, monocraticamente, a realização de quaisquer meios de obtenção de prova (v.g., busca e apreensão, interceptação telefônica, afastamento de sigilo bancário e fiscal).

3. Considerando-se que o acordo de colaboração premiada constitui meio de obtenção de prova (art. 3º da Lei nº 12.850/13), é indubitável que o relator tem poderes para, monocraticamente, homologá-lo (art. 4º, § 7º, da Lei nº 12.850/13).

4. A colaboração premiada é um negócio jurídico processual, uma vez que, além de ser qualificada expressamente pela lei como 'meio de obtenção de prova', seu objeto é a cooperação do imputado para a investigação e para o processo criminal, atividade de natureza processual, ainda que se agregue a esse negócio jurídico o efeito substancial (de direito material) concernente à sanção premial a ser atribuída a essa colaboração.

5. A homologação judicial do acordo de colaboração, por consistir em exercício de atividade de delibação, limita-se a aferir a regularidade, a voluntariedade e a legalidade do acordo, não havendo qualquer juízo de valor a respeito das declarações do colaborador.

6. Por se tratar de negócio jurídico personalíssimo, o acordo de colaboração premiada não pode ser impugnado por coautores ou partícipes do colaborador na organização criminosa e nas infrações penais por ela praticadas, ainda que venham a ser expressamente nominados no respectivo instrumento no 'relato da colaboração e seus possíveis resultados' (art. 6º, I, da Lei nº 12.850/13).

7. De todo modo, nos procedimentos em que figurarem como imputados, os coautores ou partícipes delatados - no exercício do contraditório - poderão confrontar, em juízo, as declarações do colaborador e as provas por ele indicadas, bem como impugnar, a qualquer tempo, as medidas restritivas de direitos fundamentais eventualmente adotadas em seu desfavor.

8. A personalidade do colaborador não constitui requisito de validade do acordo de colaboração, mas sim vetor a ser considerado no estabelecimento de suas cláusulas, notadamente na escolha da sanção premial a que fará jus o colaborador, bem como no momento da aplicação dessa sanção pelo juiz na sentença (art. 4º, § 11, da Lei nº 12.850/13).

9. A confiança no agente colaborador não constitui elemento de existência ou requisito de validade do acordo de colaboração.

10. Havendo previsão em Convenções firmadas pelo Brasil para que sejam adotadas 'as medidas adequadas para encorajar' formas de colaboração premiada (art. 26.1 da Convenção de Palermo) e para 'mitigação da pena' (art. 37.2 da Convenção de Mérida), no sentido de abrandamento das consequências do crime, o acordo de colaboração, ao estabelecer as sanções premiaias a que fará jus o colaborador, pode dispor sobre questões de caráter patrimonial, como o destino de bens adquiridos com o produto da infração pelo agente colaborador.

11. Os princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança tornam indeclinável o dever estatal de honrar o compromisso assumido no acordo de colaboração, concedendo a sanção premial estipulada, legítima contraprestação ao adimplemento da obrigação por parte do colaborador.

12. Habeas corpus do qual se conhece. Ordem denegada."

(HC 127.483, Plenário, Supremo Tribunal Federal, Rel. Min. Dias Toffoli, un., j. 27/08/2015)

160. Ainda que coubesse a delatado questionar a validade de acordos de colaboração com terceiros, é oportuno lembrar que os acordos de colaboração de Paulo Roberto Costa, Rogério Nora de Sá e Clóvis Renato Numa Peixoto foram celebrados com a Procuradoria Geral da República e homologados pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, especificamente pelo eminente e saudoso Ministro Teori Zavascki.

161. Descabe, portanto, perante este Juízo questionar a validade de acordos homologados na instância suprema.

162. Assim, além dos acordos não padecerem de vícios de validade, eventual reconhecimento em nada aproveitaria os delatados, ora acusados, já que levaria no máximo à cassação ou diminuição dos benefícios aos colaboradores, motivo pelo qual seria irrelevante para o julgamento.

II.6

167. Questiona parte das Defesas a oitiva dos colaboradores Paulo Roberto Costa, Rogério Nora de Sá e Clóvis Renato Numa Peixoto Primo como testemunhas, já que seriam partícipes dos crimes.

168. Observa-se que, originariamente, o MPF propôs a denúncia também contra Rogério Nora de Sá e Clóvis Renato Numa Peixoto Primo.

169. Então seriam ouvidos como acusados, mas com compromisso de dizer a verdade, já que haviam celebrado acordo de colaboração.

170. Entretanto, supervenientemente, o MPF constatou que ambos já haviam sido condenados, em outra ação penal, ao máximo da pena prevista no acordo de colaboração (item 140, retro) e, portanto, requereu, no evento 29, que fosse a ação penal suspensa em relação a eles e fossem eles ouvidos como testemunhas. O mesmo pedido foi feito pelas próprias Defesas de Rogério Nora de Sá e de Clóvis Renato Numa Peixoto (eventos 46 e 47).

172. Já Paulo Roberto Costa não foi denunciado desde o início considerando que já havia sido condenado, em outras ações penais, ao máximo previsto no acordo, tendo o MPF requerido que fosse ouvido como testemunha.

173. O requerimento de suspensão da ação penal em relação a Rogério Nora de Sá e Clóvis Renato Numa Peixoto Primo foi deferido pelo Juízo, conforme decisão de 03/02/2017 (evento 92):

"As Defesas de Rogério Nora de Sá e de Clóvis Renato Numa Peixoto requereram a suspensão dos processo em relação aos referidos acusados, argumentando que eles já foram condenados criminalmente, com trânsito em julgado, pela 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro ao máximo da pena convencionalizada no acordo de colaboração (evento 46 e 47).

O MPF igualmente peticionou (evento 69), informando o mesmo fato, que eles foram condenados, respectivamente a penas de 17 e 10 anos de reclusão, no máximo já previsto no acordo, requerendo a exclusão deles do pólo passivo da ação penal e a suspensão do processo em relação a eles.

Pleiteou ainda, em aditamento à denúncia, que sejam ouvidos como testemunhas.

Esclareceu ainda que não promoveu denúncia contra Alberto Quintaes em decorrência dos termos do acordo de leniência da Andrade Gutierrez.

Decido.

Rogério Nora de Sá e de Clóvis Renato Numa Peixoto celebraram acordos de colaboração e já foram condenados, com trânsito em julgado, pela 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro.

Esses acordos de colaboração vinculam as partes, mas devem ser tratados com deferência pela autoridade judicial.

Nessas condições, acolho os requerimentos das partes e determino a suspensão da ação penal em relação a ambos. Voltará ela a correr contra eles apenas se houver descumprimento do acordo. Anote-se também o silêncio para fins de certidão de antecedentes.

Defiro, frente à mudança da situação jurídica de ambos, o pedido para que sejam eles ouvidos na qualidade de testemunhas arroladas pela Acusação. Observo que a alteração nenhum prejuízo traz às Defesas, uma vez que, na condição anterior, seriam de todo modo ouvidos como acusados colaboradores, com o compromisso de dizer a verdade.

Relativamente à Alberto Quintaes acolho a promoção do MPF e em decorrência dos termos do acordo de leniência, fica suspensa a persecução penal contra referida pessoa."

174. E na mesma decisão, foi consignado:

"2.b. Requer [a Defesa de Adriana Ancelmo] reabertura do prazo de defesa considerando o aditamento da denúncia pelo MPF no evento 69 e já tratado por este Juízo no item 2.

O único acréscimo relevante para a Defesa de Adriana Ancelmo decorrente do aditamento é o fato de que Rogério Nora de Sá e de Clóvis Renato Numa Peixoto não serão mais ouvidos como acusados, com o compromisso de dizer a verdade (pelo acordo de colaboração), mas como testemunhas, com o compromisso de dizer a verdade.

*Não há em princípio necessidade de reabertura do prazo. De todo modo, **concedo** à Defesa dez dias para querendo complementar sua resposta, sem prejuízo da continuidade da ação penal."*

143): 175. Este Juízo voltou à questão no despacho de 13/02/2017 (evento

"A Defesa de Carlos Miranda pleiteia reconsideração da decisão que deferiu a oitiva de Rogério Nora e Clóvis Renato como testemunhas de acusação (evento 137).

A questão já foi objeto de decisão do Juízo no item 2 do despacho de 03/02/2017 (evento 92). Remeto aos fundamentos ali exarado, mantendo a decisão.

Agrego que, caso não fossem ouvidos como testemunhas de acusação nesse momento processual, poderiam ainda ser ouvidos como testemunhas na fase do art. 402 do CPP, pois a exclusão deles do pólo passivo da ação penal é fato superveniente à propositura da denúncia e então a necessidade de oitiva como testemunhas teria surgido no decorrer da instrução.

De qualquer modo, não há como não ouvi-los considerando a narrativa constante na denúncia que aponta ambos como os responsáveis pelo acerto de pagamento da propina no âmbito da Andrade Gutierrez.

De todo modo, em vista da reclamação da Defesa, concedo a ela, como fiz para a Defesa de Adriana Ancelmo (evento 92, item 2.b), o prazo de dez dias para querendo complementar sua resposta, sem prejuízo da continuidade da ação penal."

176. Não há nenhuma invalidade da medida.

177. Ainda que houvesse, tratar-se-ia de violação do princípio da obrigatoriedade, cujo remédio seria a retomada da ação penal contra eles três e isso jamais beneficiaria os acusados remanescentes.

178. Quanto a sua oitiva como testemunhas e não mais como acusados na presente ação penal, não há qualquer relevância jurídica na alteração havida para os demais acusados. Colaboradores, quer como acusados, quer como testemunhas, depõe com o compromisso de dizer a verdade, conforme art. 4.º, §14, da Lei n.º 12.850/2013:

"Nos depoimentos que prestar, o colaborador renunciará, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio e estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade."

179. Rigorosamente, a mudança no título da oitiva, como testemunhas e não mais acusados, apenas beneficiou a defesa dos demais acusados, pois foram eles ouvidos ainda na fase de instrução inicial e não mais no final do processo, permitindo, portanto, melhor defesa pelos demais acusados.

180. Por outro lado, não têm os delatados, ora acusados, interesse jurídico em reclamar contra a tomada de compromisso de dizer a verdade por parte dos colaboradores.

181. Afinal, a medida consiste em proteção aos delatados contra o falso testemunho e ela em nada altera a possibilidade dos delatados de questionar a credibilidade dos depoimentos ou eventual falta de prova de corroboração.

182. Assim, não cabe a delatado questionar medida jurídica que o beneficia.

183. Observa-se que não houve cerceamento de defesa como alega parte das Defesas, pois as partes foram intimadas dos despachos de 03/02/2017 e 13/02/2017(eventos 92 e 143), sendo ainda concedido novo prazo de dez dias para requerimentos probatórios complementares.

184. Não há falar ainda que a exclusão deles do pólo passivo consistia em aditamento da denúncia a reclamar novas citações. Não houve inclusão de fatos novos na denúncia, apenas acolhimento de suspensão da ação

penal em relação aos dois acusados Rogério Nora de Sá e de Clóvis Renato Numa Peixoto, nada se agregando contra os demais acusados. Ainda assim, além das partes serem intimadas, permitiu-se que, querendo, requeressem provas complementares, não tendo porém feito uso da oportunidade.

185. Então não há qualquer invalidade na oitiva dos colaboradores como testemunhas e não como acusados, antes tendo a medida beneficiado os delatados, ora acusados.

II.7

186. Alega a Defesa de Carlos Emanuel de Carvalho Miranda cerceamento de defesa por não ter sido deferido seu pedido de ampliação do prazo para alegações finais (evento 456).

187. Cumpre quanto ao ponto remeter ao despacho de 29/05/2017 (evento 458) no qual o pleito foi indeferido e no qual esgotou-se a questão.

188. Alega a Defesa de Adriana de Lourdes Anselmo cerceamento de defesa pelo indeferimento, na fase do art. 402 do CPP, de requerimento de provas complementares por ela formulado.

189. Quanto ao ponto, remete-se aos fundamentos da decisão de 28/04/2017 (evento 394):

"3.b. Parte relevante da imputação diz respeito, segundo o MPF, à aquisição de diversos bens por Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e por Adriana de Lourdes Anselmo com produto de crime de corrupção e mediante esquemas de ocultação e dissimulação, especialmente pagamentos vultosos em espécie, depósitos vultosos em espécie e estruturação de transações para evitar uma comunicação de operação suspeita pela instituição financeira.

Tais aquisições e pagamentos foram cumpridamente especificados na inicial e foram ouvidas em Juízo testemunhas que trabalhavam nas empresas responsáveis pela venda dos bens e serviços.

Na fase do art. 402 do CPP, pretende a Defesa de Adriana Anselmo que seja oficiadas a dezoito dessas empresas para "o encaminhamento de todas as trocas de mensagens (fac-simile, emails etc.) entre as partes negociantes que respaldaram a forma, o efetivo pagamento e a ulterior identificação dos depósitos".

Ora, na fase do art. 402 do CPP, cabem apenas "diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução".

Não se reabre, portanto, a instrução.

A prova pretendida, se pertinente, deveria ter sido requerida pela Defesa de Adriana Anselmo já na resposta preliminar.

Poderia ainda a Defesa de Adriana Anselmo, durante a oitiva das testemunhas que trabalhavam nas empresas responsáveis pela venda dos bens e serviços, ter indagado a elas se existiam esses elementos, faxes ou mensagens eletrônicas, em arquivo nas empresas.

A Defesa de Adriana Anselmo assim não procedeu.

Não cabe agora, intempestivamente, requerer diligências demoradas, máxime em processo com acusados presos.

Não há falar que a necessidade surgiu no decorrer da instrução, uma vez que as aquisições suspeitas estavam narradas discriminadamente desde a denúncia e a Defesa, reputando-a pertinente, poderia ter requerido a prova na resposta preliminar ou ainda poderia ter indagado a respeito as diversas testemunhas ouvidas no feito.

A necessidade não surgiu com o depoimento em Juízo de Sônia Ferreira Baptista, pois ela já havia sido ouvida extrajudicialmente, com o depoimento respectivo anexado à denúncia (evento 1, anexo77). Nem surgiu com o depoimento em Juízo da acusada Adriana Anselmo já que é evidente que a defesa dela teve a ela acesso muito antes desse momento processual.

Portanto, indefiro a prova em questão por não se enquadrar nas hipóteses do art. 402 do CPP."

190. Agregue-se apenas que, quanto a ela, a sentença é absolutória.

191. Reclamou ainda a Defesa de Adriana de Lourdes Ancelmo cerceamento de defesa porque o MPF não teria juntado à denúncia a integralidade do procedimento de investigação PIC 1.25.000.002382/2016-57 no qual ele teria ouvido algumas testemunhas.

192. Observa-se que o MPF juntou na denúncia os depoimentos tomados no referido procedimento.

193. E quando a Defesa requereu a juntada integral do procedimento, a medida foi deferida pelo Juízo, conforme despacho de 28/04/2017 (evento 394). O MPF, atendendo ao despacho, promoveu a juntada do procedimento, conforme eventos 430 e 431.

194. Então o pleito da Defesa, quando formulado, foi imediatamente atendido, não havendo como falar em cerceamento de defesa.

195. Em alegações finais, o defensor de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho alegou que não pôde conversar livremente com o seu cliente na prisão no Rio de Janeiro, mas somente por parlatório, tendo havido cerceamento de defesa.

196. Primeiro, cumpre destacar que a conversa por parlatório não envolve cerceamento de defesa.

197. Segundo, trata-se de pleito que não pode ser trazido ao Juízo em alegações finais. Não é crível que, com a denúncia recebida em 16/12/2016, não tenha tido o defensor condições de conversar longa e adequadamente com seu cliente para preparar a sua defesa.

198. Não há como reconhecer tal alegação de cerceamento de defesa, máxime considerando o momento tardio da arguição.

II.8

199. Tramitam por este Juízo diversos inquéritos, ações penais e processos incidentes relacionados à assim denominada Operação LavaJato.

200. A investigação, com origem nos inquéritos 2009.7000003250-0 e 2006.7000018662-8, iniciou-se com a apuração de crime de lavagem consumado em Londrina/PR, sujeito, portanto, à jurisdição desta Vara, tendo o fato originado a ação penal 5047229-77.2014.404.7000, posteriormente julgada (cópia no evento 308).

201. Em grande síntese, na evolução das apurações, foram colhidas provas de um grande esquema criminoso de cartel, fraude, corrupção e lavagem de dinheiro no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras cujo acionista majoritário e controlador é a União Federal.

202. Grandes empreiteiras do Brasil, entre elas a OAS, UTC, Camargo Correa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Queiroz Galvão, Engevix, SETAL, Galvão Engenharia, Techint, Promon, MPE, Skanska, IESA e GDK teriam formado um cartel, através do qual teriam sistematicamente frustrado as licitações da Petrobras para a contratação de grandes obras.

203. Além disso, as empresas componentes do cartel, pagariam sistematicamente propinas a dirigentes da empresa estatal calculadas em percentual, de um a três por cento em média, sobre os grandes contratos obtidos e seus aditivos.

204. Também constatado que outras empresas fornecedoras da Petrobrás, mesmo não componentes do cartel, pagariam sistematicamente propinas a dirigentes da empresa estatal, também em bases percentuais sobre os grandes contratos e seus aditivos.

205. A prática, de tão comum e sistematizada, foi descrita por alguns dos envolvidos como constituindo a "regra do jogo".

206. Na Petrobrás, receberiam propinas dirigentes da Diretoria de Abastecimento, da Diretoria de Engenharia ou Serviços e da Diretoria Internacional, especialmente Paulo Roberto Costa, Renato de Souza Duque, Pedro José Barusco Filho, Nestor Cuñat Cerveró, Jorge Luiz Zelada e Eduardo Costa Vaz Musa.

207. Surgiram, porém, elementos probatórios de que o caso transcende a corrupção - e lavagem decorrente - de agentes da Petrobrás, servindo o esquema criminoso para também corromper agentes políticos e financiar, com recursos provenientes do crime, partidos políticos.

208. Aos agentes e partidos políticos cabia dar sustentação à nomeação e à permanência nos cargos da Petrobrás dos referidos Diretores. Para tanto, recebiam remuneração periódica.

209. Entre as empreiteiras, os Diretores da Petrobrás e os agentes políticos, atuavam terceiros encarregados do repasse das vantagens indevidas e da lavagem de dinheiro, os chamados operadores.

210. Várias ações penais e inquérito envolvendo esses crimes tramitam perante este Juízo, parte delas já tendo sido julgada.

211. Destaco, dos casos já julgados, as sentenças prolatadas nas ações penais 5083258-29.2014.4.04.7000 (Camargo Correa), 5013405-59.2016.4.04.7000 (Keppel Fels), 5045241-84.2015.4.04.7000 (Engevix), 5023162-14.2015.4.04.7000, 5023135-31.2015.4.04.7000, 5039475-50.2015.4.04.7000 (Navio-sonda Titanium Explorer), 5083838-59.2014.4.04.7000 (Navio-sondas Petrobrás 10.000 e Vitória 10.000), 5061578-51.2015.4.04.7000 (Schahin), 5047229-77.2014.4.04.7000 (lavagem em Londrina), 5036528--23.2015.4.04.7000 (Odebrecht) e 5012331-04.2015.4.04.7000 (Setal e Mendes). Cópias dessas sentenças encontram-se no evento 206 da ação penal.

212. Embora em todas elas haja o relato do pagamento de propinas divididas entre agentes da Petrobrás e agentes políticos, estes últimos respondem, em sua maioria, a investigações ou ações penais perante o Egrégio Supremo Tribunal Federal em decorrência do foro por prerrogativa por função.

213. Em alguns poucos casos, relativamente a agentes políticos sem mandato ou cargo e, portanto, sem foro por prerrogativa de função, responderam eles a ações penais perante este Juízo, tendo sido condenados.

214. É o caso, por exemplo, de José Dirceu de Oliveira e Silva, ex-parlamentar federal e ex-Ministro Chefe da Casa Civil, condenado por corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo propinas acertadas em contratos da Petrobrás (ação penal 5045241-84.2015.4.04.7000, evento 404).

215. O mesmo fato foi verificado em relação ao ex-Deputado Federal João Luiz Correia Argolo dos Santos condenado, pelo recebimento de vantagem indevida em contratos da Petrobrás, na ação penal 5023162-14.2015.4.04.7000 (evento 206, arquivo sent4), e em relação ao ex-Deputado Federal Pedro da Silva Correa da Oliveira Andrade Neto, condenado na ação penal 5023135-31.2015.4.04.7000 (evento 402).

216. Merece, nessa mesma linha, destaque a sentença prolatada na ação penal 5051606-23.2016.4.04.7000, na qual restou provado que a aquisição pela Petrobrás de área de exploração de petróleo na África gerou o pagamento de vantagem indevida ao ex-Deputado Federal Eduardo Cosentino da Cunha (evento 406).

217. Em outras ações penais, foi provado, no julgamento, que parte da propina ajustada com agentes da Petrobrás em contratos da estatal foi direcionada para o financiamento ilícito de campanhas eleitorais ou para pagamento de dívidas de campanha.

218. Isso foi constatado, por exemplo, na sentença da ação penal 5012331-04.2015.4.04.7000 (evento 396), na qual foi condenado por crime de corrupção e lavagem de dinheiro João Vaccari Neto, Secretário de Finanças do Partido dos Trabalhadores, pelo direcionamento de parte de propinas em contratos da Petrobrás com a Mendes Júnior e com a Setal Engenharia para doações eleitorais ao Partido dos Trabalhadores.

219. Algo parecido foi provado na sentença da ação penal 5061578-51.2015.4.04.7000, quando um empréstimo concedido no interesse de agentes do Partido dos Trabalhadores foi quitado fraudulentamente com o direcionamento de um contrato na Petrobrás ao Grupo Schahin (evento 410).

220. Também verificado, na sentença da ação penal 5013405-59.2016.4.04.7000 (evento 405), que parte da vantagem indevida acertada em contratos da Petrobrás com o Grupo Keppel Fels foi direcionada para remuneração de serviços prestados por profissionais do marketing político ao Partido dos Trabalhadores. Neste caso, um diferencial relevante foi o pagamento da propina mediante depósitos em conta secreta mantida na Suíça.

221. Todos esses casos confirmam o padrão adiantado de que os acertos de propinas em contratos da Petrobrás não serviam somente ao enriquecimento ilícito dos agentes da Petrobrás, mas também ao enriquecimento ilícito de agentes políticos que davam sustentação política aos agentes da Petrobrás e igualmente ao financiamento criminoso de partidos políticos.

222. O presente caso insere-se perfeitamente no mesmo contexto.

223. Relata a denúncia que, em síntese, houve acerto de corrupção no âmbito do contrato de terraplanagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) celebrado entre o Consórcio Terraplanagem COMPERJ e a Petrobrás, em 28/03/2008.

224. Cópias do contrato e dos aditivos e informações relativas à licitação e à contratação encontram-se juntados à denúncia, evento 1, anexo5, anexo7 a anexo12.

225. O Consórcio Terraplanagem COMPERJ era composto pelas empresas Andrade Gutierrez, Odebrecht e Queiroz Galvão, sendo a primeira a empresa líder.

226. O contrato tinha o valor original de R\$ 819.800.000,00 e sofreu cinco aditivos que levaram ao incremento do valor para R\$ 1.179.845.319,30.

227. **Rogério Nora de Sá**, Presidente da Construtora Andrade Gutierrez no período dos fatos, foi ouvido como testemunha no presente feito (evento 276).

228. Declarou, em síntese, que as empresas fornecedoras de obras e serviços da Petrobrás reuniam-se periodicamente para ajustar os resultados de licitações da estatal, definindo entre elas as preferências. Revelou que, como parte

desses ajustes, as participantes concordavam em não participar de licitações ou de participar com propostas de "cobertura", a fim de garantir a vitória da empreiteira para a qual teria sido definida a preferência.

229. Também declarou que havia, como prática, o pagamento de vantagem indevida a agentes da Petrobrás, especificamente da Diretoria de Serviços e da Diretoria de Abastecimento de 2% e de 1%, respectivamente, calculados sobre o valor do faturamento.

230. Parte dos valores era destinada a agentes políticos ou a agremiações políticas.

231. Também declarou que a Andrade Gutierrez tinha um acordo com o Governador do Rio de Janeiro, Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, e com o Secretário de Estado Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho, para o pagamento de vantagem indevida de cerca de 5% sobre o valor dos contratos de obras realizadas no Estado do Rio de Janeiro.

232. A testemunha participou de reunião com Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e com Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho na qual teria havido o acerto de propinas.

233. No âmbito da Andrade Gutierrez, os pagamentos eram operacionalizados pelo gerente Alberto Quintaes, enquanto da parte do Governador, isso era tratado por Carlos Emanuel de Carvalho Miranda.

234. Nesse contexto, declarou Rogério Nora de Sá que o então Governador Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho solicitou a ele que houvesse um pagamento de vantagem indevida de 1% sobre o valor do contrato de terraplanagem do COMPERJ e que esse compromisso havia sido acertado previamente pelo Governador com Paulo Roberto Costa.

235. A testemunha declarou que confirmou a existência desse compromisso com Paulo Roberto Costa e por isso decidiu realizar o pagamento no valor de 2,7 milhões de reais correspondente a cerca de 1% do valor do contrato, considerando, porém, a participação de 1/3 da Andrade Gutierrez no Consórcio Terraplanagem COMPERJ.

236. Os valores foram repassados em espécie.

237. Ainda declarou que, apesar dos ajustes fraudulentos de licitação da Petrobrás, não teria havido acordo na licitação da obra da terraplanagem do COMPERJ, por falta de consenso entre os membros do cartel.

238. Como motivo para o pagamento da vantagem indevida, reportou-se ao receio de retaliação e ainda que o Governo do Rio de Janeiro teria definido a distribuição de obras no Estado e que a Andrade teria sido agraciada com contratos relevantes.

239. Transcreve-se:

"Ministério Público Federal: - É, o senhor foi, é, presidente da Andrade Gutierrez qual período?"

Rogério Nora de Sá: - De 2002 a setembro de 2011.

Ministério Público Federal: - 2002, setembro de 2011. É, no seu depoimento, no seu termo de colaboração número três juntos aos autos, você explicou, junto a Procuradoria Geral da República, situações envolvendo entendimentos prévios em obras e licitações da Petrobras. Você poderia explicar, rapidamente, por favor, como eram feito esses, esses entendimentos prévios?

Rogério Nora de Sá: - É, na realidade, é, quando havia algum conjunto de obras, as empresas se reuniam no sentido de não agressão. Na medida em que as obras eram complexas, e para que se fizesse o estudo era necessário investimento muito alto. Então as empresas que tinham mais afinidade com determinado nível de contrato, estudavam melhor aquele, aquele projeto pra poder participar em melhores condições.

Ministério Público Federal: - E nesse, nesse combinado, as empresas concorrentes elas não apresentavam proposta ou apresentavam propostas fantasiosas. É isso?

Rogério Nora de Sá: - Apresentavam proposta, sim. É, como cobertura.

Ministério Público Federal: - Como cobertura. É, dentro desse contexto dessa prática, nas diretorias da Petrobras que licitava essas obras, diretoria de serviço de abastecimento, tinha algum tipo de pagamento de vantagem indevida aos diretores dessas, da Petrobras?

Rogério Nora de Sá: - Havia uma definição de que haveria um pagamento de 2% pra área de engenharia e 1% pra área de abastecimento e rifim.

Ministério Público Federal: - Qual que era o contexto desses pagamentos?

Rogério Nora de Sá: - Em função do faturamento das obras.

Ministério Público Federal: - Ok. E, e havia algum tipo de vinculações agrêmiações partidárias esses pagamentos das diretorias?

Rogério Nora de Sá: - Era dito que na engenharia seria, eu não me lembro agora exatamente quais, eram o PMDB e o PT, que eram os partidos ditos como agraciados.

Ministério Público Federal: - Esses pagamentos eram pagamentos lícitos ou eram pagamentos obscuros?

Rogério Nora de Sá: - Eram pagamento ilícitos.

Ministério Público Federal: - É, na diretoria de abastecimento, você falou que... Você falou em quais partidos?

Rogério Nora de Sá: - É, na época era o PMDB e o PT, que eu me lembro.

Ministério Público Federal: - Tá. E você se lembra, se recorda de algum momento do partido progressista?

Rogério Nora de Sá: - Também foi falado. Eu só não sei a distribuição, como é que era essa divisão. Mas eu lembro que foi dito que o partido progressista também estaria agraciado.

Ministério Público Federal: - Ok. É, quem era o direto de abastecimento da Petrobras na época dos fatos?

Rogério Nora de Sá: - Paulo Roberto Costa.

Ministério Público Federal: - Paulo Roberto Costa. Ok. É, no seu depoimento também você falou em outras situações envolvendo obras no estado do Rio de Janeiro, que tinha o pagamento de propina. Aí você citou, é, algumas obras. É, por exemplo, Rocinha, Manguinhos, Pac Alemão. Como que eram, se davam esses pagamentos?

Rogério Nora de Sá: - É, houve uma reunião, no palácio, com o governador e Wilson Carlos, na presença do nosso representante comercial Alberto Quintas, e foi dito que o Wilson Carlos é que coordenaria essa divisão das obras, e que sobre essas obras haveria o pagamento de 5% sobre as faturas das obras que empresas executassem.

Ministério Público Federal: - E a Andrade concordou com esses pedidos?

Rogério Nora de Sá: - Concordou.

Ministério Público Federal: - E fez os pagamentos?

Rogério Nora de Sá: - Fez os pagamentos, não na totalidade, porque a empresa sempre teve dificuldade em conseguir os recursos. Mas cumpriu um número significativo.

Ministério Público Federal: - Você falou o nome de quem? Do senhor Wilson Carlos?

Rogério Nora de Sá: - Wilson Carlos.

Ministério Público Federal: - Quem era Wilson Carlos?

Rogério Nora de Sá: - Ele era secretário de governo.

Ministério Público Federal: - Hum. Tá. E quem era o governador a época?

Rogério Nora de Sá: - Governador Sérgio Cabral.

Ministério Público Federal: - Ok. Mais algum, alguma pessoa estava envolvida nessas tratativas ou como eram feito esses pagamentos?

Rogério Nora de Sá: - Da parte do governo, eram as duas pessoas.

Ministério Público Federal: - Humrum.

Rogério Nora de Sá: - E quem cuidava dos pagamentos por parte da empresa era o senhor Alberto Quintas que tinha a relação. E o Wilson Carlos defenia a quem esse recurso ser entregue.

Ministério Público Federal: - Isso. Em algum momento você tomou conhecimento a quem era entregue esses recursos?

Rogério Nora de Sá: - A informação de que era entregue ao senhor Carlos Miranda.

Ministério Público Federal: - Carlos Miranda. Ok. Nesse contexto de pagamento de obras e de vantagens indevidas para o ex-governador Sérgio Cabral, a denúncia trata da obra do contrato de terraplanagem do COMPERJ, em que a Andrade Gutierrez era com consorciada da Odebrechet e da Queiroz Galvão. É,

houve algum, você se lembra de algum tipo de pedido de vantagem indevida por parte do ex-governador relativo a esse contrato de terraplanagem do COMPERJ?

Rogério Nora de Sá: - É, esse contrato houve um pedido específico do governador de pagamento sobre esse contrato. Na época, eu disse ao governador que havia muita dificuldade conseguir honrar, por que foi um contrato ganho numa concorrência muito acirrada, com preço bem abaixo do orçamento da Petrobras. Mas ele me disse que havia o compromisso do Paulo Roberto de que deveria ser pago 1% sobre o valor da terraplanagem e das obras da terraplanagem. Eu, então procurei o senhor Paulo Roberto pra poder checar se realmente havia esse compromisso. O senhor Paulo Roberto confirmou essa informação. Então eu voltei ao governador e disse que nós iríamos fazer, efetuar esse pagamento.

Ministério Público Federal: - Ok. É, e vocês efetuaram esses pagamentos?

Rogério Nora de Sá: - Efetuamos.

Ministério Público Federal: - Nessas reuniões que você ia ao governador, eram, eram realizadas aonde?

Rogério Nora de Sá: - Essas reuniões ocorreram no Palácio Guanabara.

Ministério Público Federal: - Palácio Guanabara. você ia sozinho ou você ia acompanhado de outras pessoas?

Rogério Nora de Sá: - Ia acompanhado de seu Alberto Quintas.

Ministério Público Federal: - Ok. Além dessas questões envolvendo esses pagamentos. Esses pagamentos eram motivados por algum tipo de contrapartida que Andrade receberia do governo, por exemplo, a gente, ou, ou aceitação de cartéis em obras do estado. Algum tipo de contrapartida era?

Rogério Nora de Sá: - No caso da terraplanagem não foi uma concorrência ganha com menor preço.

Ministério Público Federal: - Sim, mas o ambiente desses, pagamentos, que eu estou perguntado. Qual que era o motivo da Andrade pagar esses valores?

Rogério Nora de Sá: - Por que havia uma solicitação do governo de que fosse pago pra efeito de um conjunto de obras que haveria no estado, e que essas obras, então, precisaria de contribuir pra que o governo, não sei exatamente o que ele faria com esse dinheiro, mas era uma, uma definição de governo que nós aceitamos.

Ministério Público Federal: - Ok. E, e caso não houve pagamento?

Rogério Nora de Sá: - É, não existia nenhuma posição formal de que se não pagasse haveria retaliação. Mas no nosso entendimento, isso poderia ocorrer e nós não corremos o risco.

Ministério Público Federal: - Ok. É, o Alberto Quintas, ele no depoimento dele, ele relatou situações envolvendo um cartel de empresas, e que Wilson Carlos trabalhava a divisão das obras com as empresas. Você tem ciência disso?

Rogério Nora de Sá: - Tenho ciência de que foi dito que Wilson Carlos seria a pessoa que fazia a distribuição e a orientação dos consórcios pra execução dessas obras. Eu não acompanha diretamente isso, por que o Alberto é que era a

peessoa nossa que cuidava dessa relação, mas eu tinha informação.

Ministério Público Federal: - E a Andrade Gutierrez era beneficiada de algum, recebia, nessa distribuição de obras ela era agraciada?

Rogério Nora de Sá: - Foi agraciada com a obra de Manguinhos, que eu me lembro, obra de Manguinhos. Do arco rodoviário, mas que nós, declinamos em função de ser uma obra de resultado muito ruim. E participamos também do consórcio do Maracanã.

Ministério Público Federal: - Ok. Essa obra do contrato pra terraplanagem COMPERJ. Se lembra dos valores que foram pagos?

Rogério Nora de Sá: - Foi pago R\$ 2,7 milhões, é, referente a nossa participação.

Ministério Público Federal: - Tá. E como que era feito esse pagamento?

Rogério Nora de Sá: - Esse pagamento era efetuado pelo Alberto Quintas e com recursos de caixa dois que ele pegava junto com o diretor financeiro da empresa.

Ministério Público Federal: - Ok. É, além do Roberto Quintas, você, conhece o senhor Clóvis Peixoto Primo?

Rogério Nora de Sá: - O Clóvis era o diretor responsável por todas as obras do Rio de Janeiro. E o Alberto Quintas era ligado ao Clóvis.

Ministério Público Federal: - Ok. Então o senhor Clóvis também tinha ciência desses pagamentos?

Rogério Nora de Sá: - Tinha."

240. E ainda:

"Juiz Federal: - O juízo quer só alguns detalhes, esclarecimentos do senhor. O senhor mencionou que houve essa reunião em que foi solicitado esse adiantamento, esses pagamentos relacionados a obras no estado do Rio de Janeiro, o senhor mencionou, quem estava presente nessa reunião? O senhor pode me repetir?

Rogério Nora de Sá: - Na primeira reunião que foi pedido esse adiantamento, só estava presente, só eu estava presente. É...

Juiz Federal: - O senhor presente com quem?

Rogério Nora de Sá: - Com o governador Sérgio Cabral.

Juiz Federal: - Certo.

Rogério Nora de Sá: - E nas reuniões subsequentes, é, sempre com a presença do Alberto Quintas, por que ele é que fazia a relação comercial com as obras do governo.

Juiz Federal: - Certo.

Rogério Nora de Sá: - Com o governo.

Juiz Federal: - E quem estava da parte do governador nessas subsequentes?

Rogério Nora de Sá: - É, na reunião que eu participei com o Alberto estavam o governador e o senhor Carlos, Wilson Carlos.

Juiz Federal: - Wilson Carlos. E o senhor Carlos Miranda esteve presente em alguma reunião?

Rogério Nora de Sá: - Não.

Juiz Federal: - E nessas reuniões foi tratado de maneira explícita sobre a questão desses pagamentos?

Rogério Nora de Sá: - Exatamente.

Juiz Federal: - Certo. Na reunião com o senhor Paulo Roberto Costa, quem estava presente?

Rogério Nora de Sá: - Eu estava presente.

Juiz Federal: - Mais alguém presente?

Rogério Nora de Sá: - Não.

Juiz Federal: - É, o senhor mencionou que foi combinado esse 1% no contrato da terraplanagem?

Rogério Nora de Sá: - Do COMPERJ.

Juiz Federal: - Do COMPERJ, certo. Pra esse contrato foi pago também, ahn, algum percentual, algum valor pro próprio Paulo Roberto Costa?

Rogério Nora de Sá: - Não.

Juiz Federal: - Esse 1% era somente...

Rogério Nora de Sá: - Que eu me lembre, não. Esse 1%, eu me lembro claramente desse pedido do governador. Eu acho que nesse contrato do COMPERJ, não houve pagamento. Nos outros contratos ocorreram.

Juiz Federal: - Tá.

Rogério Nora de Sá: - Nos outros contratos da Petrobras.

Juiz Federal: - Nos outros contratos ocorreram pagamentos ao senhor Paulo Roberto Costa?

Rogério Nora de Sá: - É, eram uma parte o Paulo Roberto Costa e uma parte pro... Era uma parte pra diretoria do senhor Renato Duque e uma parte pra diretoria do Paulo Roberto Costa.

Juiz Federal: - Certo. E o senhor mencionou percentuais de dois e 1%, é isso?

Rogério Nora de Sá: - Isso.

Juiz Federal: - Por que nesse não teve esses 2 ou 1%?

Rogério Nora de Sá: - *Por que foi uma obra de uma concorrência, realmente, uma concorrência que não houve nenhum entendimento entre as empresas, e foi ganha num valor muito abaixo do orçamento da Petrobras.*

Juiz Federal: - *Não ficou claro aqui pra mim, nas respostas que o senhor deu ao senhor procurador, por que a Andrade Gutierrez aceitava realizar esses pagamentos de propinas, por exemplo, ao senhor Paulo Costa e ao senhor Renato Duque?*

Rogério Nora de Sá: - *Por que entendia que isso já havia uma praxe, já havia uma combinação com outras empresas que já vinham operando nesse processo. E nós entendemos que se questionássemos ou não pagasse, nós poderíamos não conseguir participar de novas concorrências.*

Juiz Federal: - *Mas chegou haver alguma resistência da Andrade Gutierrez ou da sua parte? Não vamos pagar a comissão ou propina? Não sei qual que era a expressão utilizada.*

Rogério Nora de Sá: - *Nós sempre reagimos a isso, tanto é que nós nunca conseguimos pagar integralmente todas as dívidas.*

Juiz Federal: - *Uhum.*

Rogério Nora de Sá: - *É, parte também pela dificuldade que nós tínhamos de conseguir gerar esses recursos. Que nós não, era uma coisa complicada pra que a gente conseguisse.*

Juiz Federal: - *Certo. Mas chegaram a dizer, não vamos pagar, por exemplo?*

Rogério Nora de Sá: - *Não.*

Juiz Federal: - *Nesse contrato ou naquele?*

Rogério Nora de Sá: - *Não.*

Juiz Federal: - *Recusar uma solicitação explícita do senhor Paulo Roberto ou do senhor Renato Duque?*

Rogério Nora de Sá: - *Não.*

Juiz Federal: - *E nesse caso do senhor ex-governador do estado. Chegou haver alguma recusa explícita por parte da Andrade Gutierrez?*

Rogério Nora de Sá: - *Não.*

Juiz Federal: - *E por exemplo, nesse caso do, nesse... Bem, o senhor já respondeu isso. Mas nesse caso do COMPERJ, o pagamento foi feito puramente por conta da solicitação do senhor Paulo Roberto?*

Rogério Nora de Sá: - *É, confirmação dele. Por que o governador solicitou...*

Juiz Federal: - *Uhum.*

Rogério Nora de Sá: - *... nós achamos que não deveríamos pagar pela situação do contrato. Mas como ele mencionou que havia um pedido do senhor Paulo Roberto, nós confirmamos. Ele confirmou que deveria ser pago. E então nós não queríamos ficar fugindo a um contexto preestabelecido. E apesar de perder, de sair do lucro, nós resolvemos pagar.*

Juiz Federal: - E houve alguma, vamos dizer assim, facilitação, algum, alguma coisa que o senhor governador teria, o ex-governador teria disponibilizado a Andrade Gutierrez em relação a esse contrato do COMPERJ?

Rogério Nora de Sá: - Não.

Juiz Federal: - Alguma interferência pra que ela fosse contratada?

Rogério Nora de Sá: - Não.

Juiz Federal: - Ou alguma facilidade no local do governo...

Rogério Nora de Sá: - Não.

Juiz Federal: - ... ou alguma coisa assim?

Rogério Nora de Sá: - Nada.

Juiz Federal: - Nenhuma movimentação?

Rogério Nora de Sá: - Não.

Juiz Federal: - Isso não foi justificado, por exemplo, ao senhor Paulo Roberto Costa como por que ele teria ajudado alguma coisa?

Rogério Nora de Sá: - É um entendimento que deve ter havido entre eles, mas nós não participamos nem tivemos nenhum benefício por conta disso.

Juiz Federal: - E ele também não lhe deu alguma justificativa o senhor Paulo Roberto Costa?

Rogério Nora de Sá: - Não.

Juiz Federal: - Do porquê se pagar ao governador?

Rogério Nora de Sá: - Não.

Juiz Federal: - Certo. E esses repasses o senhor mencionou, é, eles eram em espécie que eram feitas pela empresa ou o senhor não tem conhecimento?

Rogério Nora de Sá: - Não, foram feitas em espécie e o Alberto Quintas é que providenciou.

(...)

Juiz Federal: - Então na ação penal 5063231, continuidade do depoimento do senhor Rogério Nora de Sá. Uma última pergunta do juízo que me ocorreu. Talvez o senhor tenha até respondido, mas não recordo. Em quais dessas reuniões estava presente o senhor Clóvis?

Rogério Nora de Sá: - Nas reuniões com o governador, ele não esteve presente em nenhuma, em nenhuma oportunidade. Ele participou de algumas reuniões com senhor Wilson Carlos junto com Alberto Quintas. Mas quem ficava realmente no dia a dia...

Juiz Federal: - Uhum.

Rogério Nora de Sá: - ... era o Alberto Quintas, mas o Clóvis chegou a participar de algumas reuniões.

Juiz Federal: - Mas reuniões que o senhor não estava?

Rogério Nora de Sá: - Com o governador não. Não. Não estava.

Juiz Federal: - O senhor não estava nessas reuniões entre o Clóvis...

Rogério Nora de Sá: - Não.

Juiz Federal: - ... o Quintas e o...

Rogério Nora de Sá: - Não. Eu só participei até o momento em que ficou definido as questões dos valores que deveriam ser pagos como propina. Depois da operacionalização disso, eu não participei."

241. Foi também ouvido como testemunha **Clóvis Renato Numa Peixoto** Primo, Diretor Geral da Andrade Gutierrez ao tempo dos fatos (evento 276).

242. Em síntese, confirmou os fatos já afirmados no depoimento de Rogério Nora de Sá.

243. Disse que foi comunicado por Rogério Nora de Sá do acerto do pagamento de vantagem indevida de 1% sobre a parte da Andrade Gutierrez no contrato de terraplanagem do COMPERJ a Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho.

244. Encarregou Alberto Quintaes de realizar os pagamentos que foram feitos em espécie a Carlos Emanuel de Carvalho Miranda, pessoa indicada pelo ex-Governador.

245. Também confirmou que havia um acerto mais amplo de pagamento de propinas envolvendo obras da Andrade Gutierrez no Rio de Janeiro.

246. Revelou que, em uma oportunidade, tratou com Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho sobre propina, em ocasião na qual este cobrou pagamentos em atraso. Da mesma forma esteve uma vez com Carlos Emanuel de Carvalho Miranda, quando este foi à Andrade Gutierrez receber valores e também reclamou de atrasos.

247. Transcreve-se trecho:

"Ministério Público Federal: - No seu termo de depoimento prestado na Procuradoria Geral da República, você fala em um dos anexos, relacionados aos fatos, relacionados à obra do COMPERJ. Gostaria de dizer, de perguntar ao senhor, sobre eventuais vantagens ilícitas acordadas na obra da terra terraplanagem do COMPERJ. O senhor tem ciência disso?

Clóvis Primo: - Eu tenho de um assunto que teve lá.

Ministério Público Federal: - Ok. Pode explicitar, por favor.

Clóvis Primo: - Foi com o Governo do Estado.

Ministério Público Federal: - Ok. Pode...

Clóvis Primo: - Essa obra, eu vou ter que dissertar um pouquinho sobre a... Essa obra foi uma licitação que nós participamos, é uma terraplanagem muito grande, à época. E nós juntamos com mais duas empresas, foram três empresas. Era a maior obra do Brasil de terraplanagem, cinquenta milhões de metro cúbico, muito grande. Eu nunca tinha feito uma obra para Petrobras. A minha área na Andrade Gutierrez era a área de obras e infraestrutura. E como era uma obra de terraplanagem, tinha muito a ver com aquilo que eu fazia, ela veio para a minha diretoria. Nós começamos a obra, não lembro muito bem assim se foi em 2009, por aí. Ela foi 09, 10 e 11, que eu tenho a memória. Queria esclarecer que eu já estou fora há quatro anos da Andrade, estou com sessenta anos. Então não sei se vou precisar tudo aqui em detalhe. Então, mais ou menos começou a obra, e no decorrer dela houve uma reunião, o meu chefe à época, era o Rogério, foi chamado, para ter uma contribuição...

Ministério Público Federal: - Reunião com quem?

Clóvis Primo: - Com o Governador do Rio.

Ministério Público Federal: - Quem?

Clóvis Primo: - Sérgio Cabral. E o Rogério foi nessa reunião, e voltou me dizendo que tinha que ter uma contribuição lá de 1% do valor do nosso contrato.

Ministério Público Federal: - Essa contribuição significa...?

Clóvis Primo: - Uma propina de 1%.

Ministério Público Federal: - Essa reunião foi aonde, você sabe me dizer?

Clóvis Primo: - Que eu me lembre, foi no Governo mesmo, no palácio lá. E ele veio da reunião e me falou isso, - "Olha, teve essa condição aí". - Rogério, então, nós ganhamos essa obra, e foi uma disputa forte, o preço foi apertado, que era um negócio de 1 bilhão e tanto, nós ganhamos por 800 milhões. - Impossível isso aqui. - Mas é e tal. E aí eu passei o assunto para o Alberto, que era o meu superintendente lá no Rio, para ele fazer e viabilizar esse pagamento aí. Inclusive do atrasado, foi 1% da participação da Andrade nesse contrato, que na época o contrato era de 820 milhões, a parte da Andrade era um terço, acho que era 270 milhões, e esse 1% correspondia a 2,7 milhões.

Ministério Público Federal: - Aí o seu subordinado era quem?

Clóvis Primo: - Alberto Quintaes, que era meu superintendente lá no Rio.

Ministério Público Federal: - E o Alberto Quintaes, ele teve que se relacionar com quem para fazer esses pagamentos?

Clóvis Primo: - O Alberto, quem o procurava à época, que eu lembro, era uma pessoa que chama Carlos Miranda.

Ministério Público Federal: - E essa pessoa Carlos Miranda foi indicada por quem?

Clóvis Primo: - Pelo Governador.

Ministério Público Federal: - Entendi. E aí o senhor Alberto Quintaes o procurava, e como é que era o relacionamento?

Clóvis Primo: - Ele é que procurava o Alberto, na verdade. Ia lá no escritório da Andrade, e tinham uns pagamentos lá, que eu não sei se eram todos no escritório. Acho que o Alberto tem mais detalhes, mas ele quem fazia esses pagamentos.

Ministério Público Federal: - E esses pagamentos como eram feitos, em espécie, em transferência bancária, via TED?

Clóvis Primo: - Que eu me recordo era em espécie.

Ministério Público Federal: - E o valor foi pago integralidade?

Clóvis Primo: - Pois é, eu não tenho certeza se foi na integralidade. Eu diria que foi, que eu me lembro assim, mas o Alberto poderá confirmar.

Ministério Público Federal: - Além desses pagamentos, você tem ciência de pagamento de propina, no contexto do Governo do Estado do Rio de Janeiro em outras obras?

Clóvis Primo: - Tenho.

Ministério Público Federal: - O senhor pode explicitar rapidamente. Por exemplo, aqui o seu depoimento, você falou que houve pagamento no Maracanã, em Manguinhos etc. O senhor confirma isso?

Clóvis Primo: - Confirmo.

Ministério Público Federal: - Isso foram solicitações do Governo Sérgio Cabral?

Clóvis Primo: - Sim.

Ministério Público Federal: - O senhor conhece Wilson Carlos?

Clóvis Primo: - Conheci.

Ministério Público Federal: - Quem era Wilson Carlos?

Clóvis Primo: - Wilson Carlos era um Secretário de Governo. Quem falava com ele pela Andrade era o Alberto, pelo Rio. Olhava toda a Andrade no Brasil, as obras de infraestrutura. E no Rio, a parte comercial era com o Alberto. Então ele que conversava mais com o Wilson. Mas eu conheço ele de algum evento, alguma inauguração. Ele era o Secretário do Governo e ele falava em nome do Governador, para esses assuntos aí ilícitos.

Ministério Público Federal: - Só deixar mais claro, ele falava em nome do Governador para assuntos ilícitos, relativos à propina, é isso?

Clóvis Primo: - Isso."

248. E ainda:

"Defesa: - Boa tarde, eu defendo o Wilson Carlos. Pelo que eu entendi dos seus depoimentos anteriores, o senhor narra a participação de Wilson Carlos, através do que ouviu do Alberto. E pelo que eu entendi hoje aqui, o senhor conhece o

Wilson Carlos de ambientes fora de eventos. Então não consegui entender. Pelo que eu entendi, o senhor quando diz que o Wilson Carlos tratava desses assuntos de propina, o senhor está repetindo que ouviu do Alberto, que é quem lhe dava com o Governo. É isso?

Clóvis Primo: - O Alberto quem lidava com ele.

Defesa: - Então, essa afirmativa o senhor está repetindo o que ele diz. É isso? O senhor chegou a tratar...

Clóvis Primo: - Não entendi a sua pergunta.

Juiz Federal: - A questão assim, só para o Doutor. O senhor chegou a tratar diretamente com o senhor Wilson Carlos sobre esse assunto de comissão de propina?

Clóvis Primo: - Não, eu tive uma vez, que ele me chamou lá para cobrar, e falou que estava atrasado.

Juiz Federal: - Quem?

Clóvis Primo: - Esse Wilson Carlos. Eu fui junto com o Alberto, foi uma única vez que eu estive.

Juiz Federal: - E o que foi tratado?

Clóvis Primo: - Ele cobrando valor que estava atrasado.

Juiz Federal: - Desculpe, Doutor, só para ajudar.

Defesa: - E isso foi aonde?

Clóvis Primo: - Isso foi lá na sala dele, me chamou lá para cobrar.

Defesa: - Ou seja, o contato que o senhor teve referente...

Clóvis Primo: - Com ele, com foi esse, mais nenhum.

(...)

Clóvis Primo: - Em 2008 eu era o Diretor do Brasil das operações. Em 2001 eu fui promovido a CEO da empresa, e aí pegava América Latina, Brasil e os países. Em 2013, em Abril, eu saí.

Juiz Federal: - Com quem o senhor tratou especificamente sobre essa questão de comissões, ou propinas nesse contrato do COMPERJ?

Clóvis Primo: - Eu não tratei com ninguém. Quem tratou foi o Rogério com o Governador, me passou essa informação, eu passei para o Alberto para fazer o pagamento.

Juiz Federal: - O senhor não teve nenhuma reunião então, com o senhor Sérgio Cabral?

Clóvis Primo: - Desse assunto, não.

Juiz Federal: - E das propinas, ou das comissões relativas aos outros contratos, teve?

Clóvis Primo: - Também não.

Juiz Federal: - Adriano Anselmo, o senhor teve alguma reunião?

Clóvis Primo: - Não conheço.

Juiz Federal: - O senhor Carlos Miranda, o senhor mencionou que o conheceu em uma oportunidade quando ele esteve na empresa?

Clóvis Primo: - Sim.

Juiz Federal: - Teve alguma outra reunião?

Clóvis Primo: - Não.

Juiz Federal: - E nessa ocasião que ele esteve na empresa, chegaram a entabular alguma conversa?

Clóvis Primo: - Ele foi lá para cobrar um valor que estava atrasado do Alberto. O Alberto pediu para conhecê-lo lá, aí eu fui conhecê-lo, e ficou nisso.

Juiz Federal: - E trataram desse assunto?

Clóvis Primo: - Ele cobrou, mas não pagou, também não tinha.

Juiz Federal: - Mas ele cobrou do senhor também, ou só do Alberto?

Clóvis Primo: - Cobrou. Não falou detalhe, mas falou que estava atrasado, tinha que acertar o valor e tal.

Juiz Federal: - E como que se reportava esses... Como é que... Por exemplo, nessa conversa, qual era o termo utilizado para esses valores? Falaram corrupção, propina, falaram...?

Clóvis Primo: - Eles nunca falavam propina, falavam comissão.

Juiz Federal: - O senhor Wilson Carlos, o senhor mencionou também, respondendo o defensor, que o senhor teve um encontro com ele. Isso?

Clóvis Primo: - De trabalho. Eu tive alguns encontros assim, de inauguração de alguma obra. Mas de cobrança, de propina, foi uma vez que ele me chamou lá, a mim e o Alberto, para cobrar um...

Juiz Federal: - O senhor e o senhor Alberto, tinha mais alguém presente?

Clóvis Primo: - Não.

Juiz Federal: - Senhora Mônica Araújo Macedo, o senhor chegou a conhecer?

Clóvis Primo: - Não conheço.

Juiz Federal: - O senhor pode me esclarecer o motivo pelo qual, a Andrade Gutierrez aceitou realizar esses pagamentos?

Clóvis Primo: - Bom, à época, eu lembro que o Rogério estava preocupado de ter uma retaliação da gente não receber as obras que ele tinha no estado. Então tinha que pagar, acho que ele marcou ainda com algumas outras pessoas, mas tinha que pagar.

Juiz Federal: - Mas chegou a ver alguma movimentação concreta, por parte do Estado do Rio de Janeiro ou do Governador, para, vamos dizer, pressionar a empresa para fazer esse pagamento, o senhor tem conhecimento disso?

Clóvis Primo: - Teve essa reunião, que ele foi cobrado, que a obra já estava no meio. Não estava no início, nós já não estávamos pagando, vamos dizer assim. Ai teve essa cobrança forte aí, o Rogério então passou para mim que tinha que pagar, que não tinha jeito.

Juiz Federal: - Essa obra que o senhor se refere, é a terraplanagem?

Clóvis Primo: - É, terraplanagem.

Juiz Federal: - E por exemplo, era uma obra da Petrobras, por que pagar o Governador de Estado?

Clóvis Primo: - Também não entendi na época, porque isso, totalmente contra, mas veio uma orientação, tinha que pagar. Senão nós íamos, poderíamos ter problema de receber o que tinha para receber dos outros contratos. Realmente não tinha nada a ver com o Governo.

Juiz Federal: - O senhor Rogério Nora declarou que ele chegou a conversar com o senhor Paulo Roberto Costa sobre esse assunto?

Clóvis Primo: - Ele falou que falou com ele sim.

Juiz Federal: - O senhor teve algum contato com o senhor Paulo Roberto Costa?

Clóvis Primo: - Não conheço. Eu não trabalhava para a Petrobras. As obras era só... Era outro CEO, nós só éramos dois CEO.

Juiz Federal: - Mas essa obra de terraplanagem estava na sua área?

Clóvis Primo: - A terraplanagem ficou na minha área porque tinha muito equipamento, e era uma obra de muita especificidade."

249. O referido **Alberto Quintaes** também foi ouvido em Juízo como testemunha (evento 276). Era na época dos fatos Superintendente Comercial da Andrade Gutierrez no Rio de Janeiro.

250. Declarou em síntese que, em 2007, assumiu a gerência de obras da Andrade Gutierrez no Rio de Janeiro, quando foi informado por seus superiores da necessidade de pagamento de propina a Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho.

251. Informou que a Andrade Gutierrez pagou propinas de 7% na obra do Mergulhão de Duque de Caxias e de 5% na reforma do Maracanã para os Jogos Pan-Americanos. Também pagou propinas em obras de Manguinhos, no percentual de 3%, e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, no percentual de 1%. Informou que a Andrade chegou a pagar R\$ 350.000,00 mensais de propina ao ex-Governador.

252. Participou de reunião com Rogério Nora de Sá e Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho na qual a propina no COMPERJ foi acertada e foi apontado Wilson Carlos Cordeiro da Silva como a pessoa de confiança do ex-Governador para tratar desses assuntos.

253. Já Carlos Emanuel de Carvalho Miranda seria a pessoa de confiança do ex-Governador encarregada de receber os valores da propina em espécie.

254. As entregas dos valores eram feitas no Rio de Janeiro, mas também foram feitas entregas na sede da Andrade Gutierrez em São Paulo, tendo a testemunha e Carlos Emanuel de Carvalho Miranda se deslocado para lá.

255. Ainda na fase de investigação, Alberto Quintaes havia apresentado planilha com registros dos pagamentos efetuados a Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho.

256. Essa planilha foi juntada pelo MPF com a denúncia (evento 1, anexo14, fl. 3).

257. A planilha revela um total de propinas pagas pela Andrade Gutierrez de cerca de R\$ 7.706.000,00 relativamente a diversas obras. Ali consta, em separado, lançamento de R\$ 2.700.000,00 somente a título de propina do contrato no COMPERJ ("CPRJ 2.700.000"). Foi ele indagado sobre a planilha durante o depoimento.

258. Transcreve-se:

Ministério Público Federal: - Ok. O senhor relatou no seu depoimento, que em 2007 o senhor foi chamado pelo senhor João Marcos e Rogério Nora, para falar de pagamentos de vantagens e propina, vantagens indevidas ao Governador Sérgio Cabral. Você confirma isso?

Alberto Quintaes: - Confirmando.

Ministério Público Federal: - Pode relatar, por favor.

Alberto Quintaes: - Quando eu entrei na construtora, para assumir o Estado do Rio de Janeiro, tinham algumas obras em andamento, e eles me passaram uma... O João Marcos me passou uma planilha, que ele tinha um controle. E não me lembro aqui exato todas as planilhas, mas que todo o faturamento feito tinha um percentual.

Ministério Público Federal: - E esse faturamento feito de que, de obras do Rio?

Alberto Quintaes: - De obra, no Rio de Janeiro.

Ministério Público Federal: - E esse percentual, era percentual de propina, isso?

Alberto Quintaes: - Exato.

Ministério Público Federal: - Ok. Vou te passar aqui, é o documento que o senhor apresentou ao Ministério Público Federal, está juntado na Ação Penal, que essa planilha. Essa planilha que se encontra nos autos, aqui não me recordo a localização específica, mas é uma planilha que tem lá no seu topo, Operação Mecânica, Mês, aí uma relação de meses com valores, e no lado direito dela, uma tabelinha, Produção MNP Equipe, está sendo mostrado lá, à testemunha. Eu

vou te perguntar algumas coisas dessa planilha, na coluna horizontal dela, nas colunas horizontais, tem lá, MCNA igual a cinco. O que significa MCNA igual a cinco?

Alberto Quintaes: - Maracanã, Pan-americano, e cinco era 5%, era uma planilha que lá recebia assim. Que como eu falei, o meu chefe era o João Marcos, ele que fez essa planilha, ele que botou, eu só complementei ela.

Ministério Público Federal: - Então a partir de dado momento, você passou a alimentar essa planilha?

Alberto Quintaes: - Exatamente.

Ministério Público Federal: - Ok. MCNA igual a cinco, seria o quê? Maracanã 5%.

Alberto Quintaes: - Exatamente.

Ministério Público Federal: - O que significa 5%?

Alberto Quintaes: - 5% de todo o faturamento, de toda medição recebida, da parte da Andrade Gutierrez, que era um consórcio, deveria ser repassada.

Ministério Público Federal: - Era a título de propina?

Alberto Quintaes: - De propina.

Ministério Público Federal: - O que significa CAX igual a sete?

Alberto Quintaes: - Mergulhão de Caxias.

Ministério Público Federal: - E sete, seria o quê?

Alberto Quintaes: - 7% de propina.

Ministério Público Federal: - MCO zero quarto igual a cinco?

Alberto Quintaes: - MCO é uma obra do metrô de Copacabana, é uma obra muito antiga, muito antes do meu tempo de entrada da Andrade Gutierrez. Seria 5%, essa obra nunca teve nenhum fatura.... Na minha época da Andrade Gutierrez, nunca teve nenhum recibo de pendência, e nós, várias vezes, cobrávamos isso do Estado.

Ministério Público Federal: - Ok. Mangueiros igual a três?

Alberto Quintaes: - É uma obra de...

Ministério Público Federal: - Mangueiros igual a três, desculpa.

Alberto Quintaes: - é uma obra do Complexo de Mangueiros, e a propina era 3%.

Ministério Público Federal: - AMRJ igual a três?

Alberto Quintaes: - Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, a mesma coisa.

Ministério Público Federal: - Ok. No seu depoimento, você falou que foi dito ao senhor, que tinha que fazer um adiantamento de propina. É isso?

Alberto Quintaes: - Foi, o Rogério Nora, certa vez, chegou no começo da minha entrada na Andrade, falou que tinha conversado com o Governador Sérgio Cabral, e que ele tinha pedido um adiantamento. Foi pedido ao Rogério.

Ministério Público Federal: - Ok. Adiantamento de...?

Alberto Quintaes: - Adiantamento de propina, né? Como se fosse uma mesada.

Ministério Público Federal: - E qual que era o valor da sua mesada?

Alberto Quintaes: - Trezentos e cinquenta mil reais por mês.

Ministério Público Federal: - Ok. E em determinado momento, o senhor Clóvis Primo, pediu para ao senhor parar esses pagamentos?

Alberto Quintaes: - Sim, porque no controle tínhamos pago mais do que a gente estava recebendo. Então parou até equalizar esse débito e crédito.

Ministério Público Federal: - E depois foram retomados os pagamentos?

Alberto Quintaes: - Foram retomados.

Ministério Público Federal: - Essa planilha, custo mensal aqui, que tem aqui trezentos e cinquenta mil, trezentos e cinquenta, trezentos e cinquenta mil. Seria o controle desses pagamentos mensais de propina?

Alberto Quintaes: - Exatamente.

Ministério Público Federal: - Ok. Quem é Wilson Carlos?

Alberto Quintaes: - Era Secretário de Governo do Rio de Janeiro. E... Secretário de Governo do Rio de Janeiro.

Ministério Público Federal: - O senhor informou no seu depoimento ao Ministério Público Federal, que ele era um homem e confiança do Governador, para tratar de assuntos relacionados à propina.

Alberto Quintaes: - Sim.

Ministério Público Federal: - Quem te apresentou o senhor Wilson Carlos?

Alberto Quintaes: - Doutor Rogério Nora, Presidente da Construtora Andrade Gutierrez.

Ministério Público Federal: - E como é que foi que vocês...? O Sérgio Cabral também, estava nesse momento que você foi apresentado ao Wilson Carlos?

Alberto Quintaes: - Não me recordo se o Sérgio Cabral estava presente ou não, mas quem me apresentou, tanto o Sérgio Cabral quanto ao Wilson Carlos, foi o Rogério Nora.

Ministério Público Federal: - Ok. Mas o senhor disse que o Wilson Carlos era o homem de confiança do Cabral?

Alberto Quintaes: - Sim.

Ministério Público Federal: - E como é que o senhor tomou conhecimento disso?

Alberto Quintaes: - Em certa vez, em uma reunião com Rogério Nora e Sérgio Cabral, o Governador deixou claro que ele era a pessoa de confiança. Que só ele falaria em nome dele em relação à propina.

Ministério Público Federal: - Ok. E quem seria Carlos Miranda?

Alberto Quintaes: - Carlos Miranda era a pessoa que fazia um acompanhamento. Gerenciava para mim, o que eu devia ou não ao... o que Andrade Gutierrez deveria ou não. E era a pessoa de confiança que buscava essa propina.

Ministério Público Federal: - E quem lhe apresentou ele?

Alberto Quintaes: - Provavelmente Wilson Carlos.

Ministério Público Federal: - Ok, tudo bem.

Alberto Quintaes: - Com certeza, posso lhe falar.

Ministério Público Federal: - Então voltando à planilha, no canto direito dela, tem uma anotação escrito CPRJ dois e setecentos. Você poderia esclarecer o que seria isso?

Alberto Quintaes: - COMPERJ, valor do COMPERJ, dois milhões e setecentos mil reais.

Juiz Federal: - Ok. Há uma questão, o Doutor falou lado esquerdo?

Ministério Público Federal: - Direito. Você papou de alguma reunião com o senhor Sérgio Cabral?

Alberto Quintaes: - Algumas.

Ministério Público Federal: - E nessa reunião o Rogério Nora estava presente?

Alberto Quintaes: - A maioria.

Ministério Público Federal: - Ok. Em alguma dessas reuniões, foi tratado assuntos relacionados à propina?

Alberto Quintaes: - A única que eu me lembro que teve, foi sobre o COMPERJ, que nós estávamos em uma reunião, pelo que eu me lembro, pedindo para ele pagar minha reunião metrô de Copacabana, que é MCO, aí que nós estamos falando. Que era uma dívida muito antiga da Andrade Gutierrez, na qual ele para o Rogério, virou e falou que teria um... Se ele sabia do acerto da terraplanagem do COMPERJ.

Ministério Público Federal: - Esse acerto teria sido feito com quem?

Alberto Quintaes: - Pelo que eu escutei, que era o senhor Paulo Roberto. Que eu não sei quem era, sei que é da Petrobras, teria falado com ele. O Rogério disse que não, e a reunião se encerrou ali, com o pedido do Cabral, para ele procurar o Paulo Roberto.

Ministério Público Federal: - E você sabe se o Paulo Roberto foi procurado pelo Rogério Nora?

Alberto Quintaes: - Não sei quanto tempo depois, o Rogério Nora procurou o Clóvis Primo, que era o meu chefe direto. Me chamou na sala, e disse que tinha procurado, e que nós, apesar de termos ganho a obra com preço baixo,

disputada, deveria atender ao pedido.

Ministério Público Federal: - E você sabe qual a porcentagem dessa propina pedida?

Alberto Quintaes: - 1%.

Ministério Público Federal: - 1%.

Alberto Quintaes: - Olha só, eu só queria deixar uma coisa. Eu não tinha nada a ver com a área de Petrobras, só fui incluído no meio, porque tinha Sérgio Cabral.

Ministério Público Federal: - Ok. E os pagamentos ocorreram?

Alberto Quintaes: - Ocorreram. Ao Carlos Miranda.

Ministério Público Federal: - Ok. Você falou que foram dois ou três pagamentos ao Carlos Miranda. Isso?

Alberto Quintaes: - Que eu me recorde, faz muito tempo, e eu não notei, como não fazia parte do... Eu anotei só o total, que foram dois ou três.

Juiz Federal: - Dois ou três pagamentos dos 2.700?

Alberto Quintaes: - Dos 2.700.

Ministério Público Federal: - Tem uma viagem sua, que o senhor relatou para a gente, no dia 14 de Outubro de 2008, e com registros de entrada também, do caso Miranda na sede lá. Você foi em 14 de Outubro de 2008, o senhor foi e voltou para São Paulo no mesmo dia.

Alberto Quintaes: - Sim.

Ministério Público Federal: - Por qual motivo o senhor foi lá?

Alberto Quintaes: - Essa viagem bate com a data de entrega de uma das parcelas, para o Doutor Carlos Miranda.

Ministério Público Federal: - E por que o senhor foi para São Paulo e não fez o pagamento no Rio?

Alberto Quintaes: - Porque o Clóvis Primo, que conversava isso dentro da Andrade Gutierrez, com o Diretor Financeiro, que chama-se Ricardo Campulina. E esse dinheiro estava em São Paulo.

Ministério Público Federal: - Ok. Aí o senhor foi para São Paulo?

Alberto Quintaes: - Foi.

Ministério Público Federal: - O entregou uma planilha de supostas viagens no seu acordo, só queria confirmar se isso aqui era o relato de viagem que o senhor fazia em nome da empresa, é isso?

Alberto Quintaes: - Sim.

Ministério Público Federal: - Ok. Essa planilha foi junta aos autos, Excelência, junto com a denúncia, e são relativas às passagens aéreas do colaborado. O senhor falou que foram dois ou três pagamentos, você tem aqui duas viagens, de

03 de Março de 2009, 10 de Março de 2009 para São Paulo, com ida e volta no mesmo dia, e nos seus documentos, que o senhor também entregou, em compromissos funcionais, a gente tem aqui duas reuniões com Carlos Miranda, em 12 de Janeiro de 2009, 14 de Janeiro de 2009, ou seja, datas bem próximos a 14 de Outubro. Esses outros pagamentos podem ter ocorridos nessas datas?

Alberto Quintaes: - Pelo que eu me recordo, nós pagamos isso em um período mais curto. Então eu acho que a gente pode ter pago não tão longo assim, nesse dia especificamente eu me lembro, eu acho que deve ter sido uma coisa mais curta.

Ministério Público Federal: - Tá. Mas algum pagamento...?

Alberto Quintaes: - Pode ter sido algum outro pagamento.

Ministério Público Federal: - Pode ter sido feito nessas datas?

Alberto Quintaes: - Talvez.

Ministério Público Federal: - Ok. Os pagamentos eram feitos como, era transferência bancária, como que eram feitos esses pagamentos?

Alberto Quintaes: - Em espécie.

Ministério Público Federal: - Em espécie?

Alberto Quintaes: - Sim.

Ministério Público Federal: - Ok. Você já fez pagamentos também no Rio de Janeiro para o senhor Carlos Miranda, em propinas?

Alberto Quintaes: - Sim.

Ministério Público Federal: - Em quais endereços? Vou melhorar a pergunta, você declinou alguns endereços aqui. Rua Taufó Paiva, 1251, e depois Rua Jardim Botânico 674. O que são esses endereços?

Alberto Quintaes: - Esses endereços era um escritório do Carlos Miranda no Rio de Janeiro, aonde, de vez em quando, ele me chamava, para cobrar, para mostrar planilha, o que eu estava devendo, eu levava minha planilha, até para poder saber se era devido ou não.

Ministério Público Federal: - Ok. Aqui foi apresentado também, no seu acordo, algumas reuniões nos compromissos com Carlos Miranda, e o senhor Sérgio Cabral. Só gostaria que o senhor confirmasse, por favor, não precisa olhar um a um, mas só...

Juiz Federal: - Tem a localização do processo?

Ministério Público Federal: - Está na denúncia também, não tenho aqui o evento específico, mas se for o caso eu...

Juiz Federal: - Tá. Então são documentos que estão sendo mostrados aqui à testemunha, que segundo Ministério Público, constam na denúncia, um deles começa aqui, assunto, reunião, Governo Sérgio Cabral, local, próximo à Guanabara, início, 04/10/2007, fim, 04/10/2007. E outra, grupo de documentos, começa, assunto, lembrar a que, reunião no Leblon, Carlos Miranda, hoje, nove horas.

Ministério Público Federal: - Gostaria de certificar se o seu compromisso, funciona no contexto da Andrade Gutierrez?

Alberto Quintaes: - Olha, o que eu posso falar, sobre reunião com o Governador, existiam várias reuniões, se você for pegar lá. E como eu falei, não eram sobre propina, eram sobre obras em andamento, muita cobrança, atraso de pagamento que a gente ia cobrar, o assunto não era somente isso. Com Carlos Miranda, com certeza, esses eventos eram para bater planilha, aceitar entregar de propina ou não. Entendeu? Mas eram mais relacionados a isso, eram relacionados a isso.

Ministério Público Federal: - Ok. Você relatou também no depoimento, que o Wilson Carlos, ele gerenciava um cartel, distribuía obras, que eram licitadas para o Rio de Janeiro, confirma isso?

Alberto Quintaes: - Eu confirmo que ele dizia, no caso nosso aí de Manguinhos, e do Arco Metropolitano, em qual obra a gente iria entrar e com quais empresas a gente iria entrar.

Ministério Público Federal: - E o resultado do que era combinado com ele, era o que ocorria no final da licitação?

Alberto Quintaes: - A maioria das vezes.

Ministério Público Federal: - Ok. E o senhor disse também, que apesar das tratativas iniciais, era praxe, pagamento de 5% de propina para o Estado do Rio de Janeiro, nessas obras. No geral, e depois balanceava. O senhor confirma?

Alberto Quintaes: - Eh, nem sempre eram cinco, você pode ver aí que tem algumas obras que não são 5%. Mas existia a propina, e quem falava isso aí era o Doutor Wilson Carlos."

259. E ainda:

"Juiz Federal: - Outros defensores têm questões? Um esclarecimento muito rápido do juízo aqui. Senhor Alberto, pelo que eu entendi, o senhor mencionou que o senhor participou daquela reunião com o senhor Rogério Sá, junto com o Sérgio Cabral, no qual ele havia mencionado esse pagamento da obra do COMPERJ. Foi isso ou eu entendi errado?

Alberto Quintaes: - Da primeira reunião, eu me lembro claramente, Doutor, eu estava junto.

Juiz Federal: - Que foi mencionada a questão do COMPERJ?

Alberto Quintaes: - Exatamente.

Juiz Federal: - O senhor se lembra, por ventura, as palavras que foram utilizadas pelo senhor Sérgio Cabral?

Alberto Quintaes: - Eu me lembro quando nós estávamos na reunião, querendo receber a obra do metrô, que era de outro Governo, e no final da reunião, ele questionou ao Rogério Nora, o Rogério Nora disse que se sentiu muito desconfortável, disse que não, que aquilo tinha sido uma disputa muito acirrada, muito abaixo do preço de mercado...

Juiz Federal: - Mas questionou como, o senhor se recorda dos termos, essa é a minha pergunta?

Alberto Quintaes: - Do jeito que eu estou falando para o senhor, que a obra tinha sido ganha com um preço muito abaixo de preço de mercado, e aquilo ali...

Juiz Federal: - Não o Rogério, quero saber do Sérgio Cabral. O que ele disse?

Alberto Quintaes: - Se ele já tinha sido informado, eu não lembro o termo exato, Doutor, eu não posso me lembrar. Mas eu me lembro que ele cobrou isso, e falou no valor de 1%, e conversa se encerrou, e ele pediu que fosse procurado o Paulo Roberto.

Juiz Federal: - Tinha mais alguém além do senhor, do Rogério, e do senhor Sérgio Cabral?

Alberto Quintaes: - Não, que eu me lembre, não.

Juiz Federal: - Certo. E o senhor mencionou depois, que o senhor foi apresentado ao senhor Carlos Miranda pelo senhor Wilson Carlos. Isso?

Alberto Quintaes: - Isso, isso foi antes até dessa reunião, tá?

Juiz Federal: - Isso era relativo aqueles pagamentos das outras obras?

Alberto Quintaes: - Sim. Lembro que no começo da planilha, não era quem tratava disso tudo, mas teve uma época em 2007, que sim.

Juiz Federal: - E o senhor se lembra quais foram as palavras do senhor Wilson Carlos ao apresentá-lo ao Carlos Miranda, ao descrever qual que seria a função de um e outro?

Alberto Quintaes: - Que ele seria a pessoa responsável pelo controle de cobrança junto à Andrade Gutierrez."

Sobre as entregas de dinheiro:

"Juiz Federal: - E acerca das perguntas que foram feitas, esses valores em espécie que o senhor entregava, isso eram volumes grandes de dinheiro em espécie, como é que era isso?

Alberto Quintaes: - São esses volumes que estão aí. Cada entrega na coluna, tem uma coluna que diz aí, foi trezentos e cinquenta mil, quatrocentos mil, quinhentos mil.

Juiz Federal: - Mas o que isso em geral, significativa de volume que o senhor tinha que levar?

Alberto Quintaes: - Era... Eu me lembro que o Carlos Miranda...

Juiz Federal: - O senhor levava isso como, envelope, sacola?

Alberto Quintaes: - Ele vinha buscar, mas a maioria das vezes, que eu me lembre, senão todas, acho que a maioria, e ele sai com uma mochila.

Juiz Federal: - E o senhor quando levava ele, levava no quê?

Alberto Quintaes: - Eu lembro muito mais dele vindo do que eu indo. Mas eu posso ter levado alguma vez? Posso. Mas se eu levaria, eu devo ter levado em uma mochila.

Juiz Federal: - E àquelas visitas que o senhor mencionou, que o senhor fazia naqueles endereços, era para levar dinheiro, ou para outro propósito, então?

Alberto Quintaes: - Muitas vezes, ele me mostrava uma planilha, ele me cobrando a falta de pagamento. Você pode ver que a Andrade Gutierrez deixou de pagar muito, estava sempre pagando atrasada, e eles pressionavam muito quanto a isso.

Juiz Federal: - Mas o senhor levava também dinheiro nesses endereços, ou era só para discutir essas questões?

Alberto Quintaes: - Alguma vez posso ter levado esse dinheiro.

Juiz Federal: - O senhor entrou esses valores em espécie a alguém, além do senhor Carlos Miranda?

Alberto Quintaes: - Que eu me recorde, não, senhor. Nunca ao Governador, e nunca ao Wilson Carlos.

Juiz Federal: - Esses valores relativos à vantagens indevida do COMPERJ, esses dois e setecentos, isso foi inteiramente pago?

Alberto Quintaes: - Foi inteiramente pago.

Juiz Federal: - E o senhor falando sobre essa planilha, só para deixar claro, foi o senhor que colocou esses dois e setecentos na planilha?

Alberto Quintaes: - Sim.

Juiz Federal: - E isso na época dos fatos?

Alberto Quintaes: - Na época dos fatos, posso não ter colocado no dia do pagamento, posso ter colocado uma semana, duas semanas depois, mas em torno disso.

Juiz Federal: - E o senhor mencionou, salvo o equívoco meu, que foi em três vezes?

Alberto Quintaes: - Eu me lembro de ter pago em duas ou três vezes. Foi uma coisa muito curta, por orientação do Doutor Rogério Nora. Que estava com medo de retaliação.

Juiz Federal: - E o motivo do pagamento desses valores, o senhor foi informado pelo senhor Rogério, porque nós vamos pagar esses valores? Ou para alguém da empresa, qual era o motivo do pagamento desses valores aos agentes do Governo do Estado do Rio de Janeiro?

Alberto Quintaes: - Não foi me dito. O Doutor Rogério estava junto com o Doutor Clóvis, em uma sala da Andrade Gutierrez, me chamaram, me comunicaram que deveria ser pago.

Juiz Federal: - O senhor chegou a receber alguma espécie de ameaça dos agentes do Governo do Rio de Janeiro, para fazer esses pagamentos de atrasados?

Alberto Quintaes: - Esse especificamente, não.

Juiz Federal: - E de outros, sim?

Alberto Quintaes: - Também não. Tinha ameaça que estava muito atrasado, tem que pagar...

Juiz Federal: - Mas tinha ameaça, ou era só cobrança?

Alberto Quintaes: - Não, só cobrança.

Juiz Federal: - O relacionamento era cordial?

Alberto Quintaes: - Era cordial, se pode chamar isso de cordial."

260. Também foi ouvido como testemunha **Paulo Roberto Costa**, Diretor de Abastecimento da Petrobrás na época dos fatos (evento 274).

261. Ele, em síntese, confirmou que assumiu o cargo de Diretor da Petrobrás por apoio político e que permaneceu no cargo por meio desse apoio.

262. Declarou que havia pagamento sistemático de propinas por empresas fornecedoras da Petrobrás, inclusive pela Andrade Gutierrez, e que elas eram divididas em parte para agentes da Petrobrás e outra parte para agentes ou partidos políticos.

263. Declarou também que tinha conhecimento da existência do cartel das empreiteiras e dos ajustes fraudulentos de licitação.

264. Disse ainda que teve reunião com Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, na qual estiveram presentes Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho e ainda o então Vice-Governador e também na qual o primeiro declarou que previsava de apoio financeiro das empresas responsáveis pelas obras do COMPERJ para a campanha ele.

265. Sucessivamente, Paulo Roberto Costa declarou que procurou algumas empresas para quel elas realizassem essas contribuições.

266. Declarou ainda que foi procurado por Rogério Nora de Sá, da Andrade Gutierrez, que lhe indagou se deveria mesmo realizar pagamentos destinados a Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho por conta do contrato de terraplanagem do COMPERJ. Na ocasião, Paulo Roberto Costa confirmou que os pagamentos deveriam ser realizados.

267. Os valores pagos pelas empresas teriam sido descontados dos valores de vantagem indevida que originariamente seriam destinados ao Partido Progressista.

268. Transcreve-se:

Ministério Público Federal:- Nesse depoimento eu gostaria que o senhor me explicasse, por gentileza, como que o senhor foi indicado para a Diretoria de Abastecimento da Petrobrás.

Paulo Roberto Costa:- Eu fui indicado pelo Partido Progressista através do na época deputado José Janene.

Ministério Público Federal:- E era necessário algum tipo de apoio político para o senhor conseguir alcançar uma diretoria da Petrobrás?

Paulo Roberto Costa:- Era, desde... Eu entrei na Petrobrás em 1977, e as indicações de diretores da Petrobrás e indicação de presidente da Petrobrás sempre foram, sem exceção, indicações políticas. Eu fui técnico da Petrobrás durante 27 anos, tendo assumido vários cargos importantes, e nunca precisei de nenhuma indicação para ter nenhum cargo desses que eu assumi, mas para chegar à Diretoria sem a indicação política não era possível. Infelizmente eu aceitei a indicação política para chegar à diretoria.

Ministério Público Federal:- Em depoimentos anteriores prestados aqui no decorrer da Operação Lava-Jato, o senhor disse que o que foi lhe solicitado foi arrecadação para o Partido Progressista, poderia me circunstanciar isso, por gentileza?

Paulo Roberto Costa:- Posso. Inicialmente, a primeira conversa que eu tive foi com o José Janene, Pedro Correia, e depois com Pedro Henry, mas um pouco mais adiante, eles me colocaram a necessidade de ajudar empresas que eles teriam interesse que participassem de licitações da Petrobrás. Para participar de licitações da Petrobrás as empresas precisam ser cadastradas, então não era qualquer empresa que ia participar de licitação. A empresa, o primeiro ponto, era ter o nome no cadastro da companhia. E depois, mais tarde, não foi no início, depois, mais tarde, por volta de 2006/2007, que eu fiquei sabendo do processo de cartelização. Até então eu não sabia porque dentro da área de abastecimento não tinha obra, os orçamentos não... Só previam orçamentos para exploração e produção. Então dentro da área de abastecimento não tinha projeto, nem orçamento. Depois eu fiquei sabendo do processo de cartelização e o meu erro foi que não delatei, me acomodei com a situação. E aí, através desse processo de cartelização, houve muita arrecadação realmente para os partidos políticos.

Ministério Público Federal:- Posso dizer que o senhor não delatou porque era conveniente para o senhor, até porque o senhor arrecadava também?

Paulo Roberto Costa:- É. Eu fiquei também, obviamente, recebi valores a partir de 2006. Como falei, em 2004 quando entrei não tinha projeto, os projetos foram acontecer em 2006. Infelizmente eu errei e assumi também valores, tiveram valores para mim. Perfeitamente.

Ministério Público Federal:- Se o senhor não contribuísse com essa arrecadação, o partido que lhe indicou ficaria incomodado com a sua atitude?

Paulo Roberto Costa:- Desculpe, eu não entendi a sua pergunta, poderia repetir?

Ministério Público Federal:- Se o senhor não se comprometesse, já no cargo, com essa arrecadação de propina, o seu cargo poderia estar ameaçado, os partidos que lhe apoiavam ficariam incomodados?

Paulo Roberto Costa:- Com certeza, porque aí ele iam procurar colocar outra pessoa que ajudasse os partidos, e eu com certeza seria retirado da Diretoria.

Ministério Público Federal:- Ok. Nesse cartel como era a sistemática de funcionamento, o senhor pode detalhar, por favor?

Paulo Roberto Costa:- É, como eu falei, a partir de final de 2006/2007, eu tomei conhecimento desse processo de cartelização. E nas grandes obras da Petrobrás, o número de empresas do cadastro não era muito grande porque as obras de grande porte e grande complexidade não tinham mais do que 10 ou 15 empresas, 15 empresas talvez. E obviamente que houve, vamos dizer, um “boom” de obras muito grande nesse período 2007/ 2008 pra frente, em todas as áreas da Petrobrás. Isso gerou o envolvimento aí de muitas empresas e muitos trabalhadores, muitos empregos, etc., pela quantidade de obra, não só na área de abastecimento, mas como também na área de exploração e produção, na área de transporte. Então isso gerou, vamos dizer, uma participação muito grande dessas empresas. E essas empresas se comunicavam entre elas e faziam tipo uma divisão de obras entre elas, e dentro desse processo de cartelização. Isso que eu fiquei sabendo depois obviamente, mas era isso que acontecia.

Ministério Público Federal:- A Andrade Gutierrez participava desse cartel?

Paulo Roberto Costa:- Participava.

Ministério Público Federal:- E o senhor recebia valores da Andrade Gutierrez também?

Paulo Roberto Costa:- Cheguei a receber algumas coisas da Andrade Gutierrez sim.

Ministério Público Federal:- E qual era o seu contato na Andrade Gutierrez?

Paulo Roberto Costa:- Os valores eu nunca recebi diretamente, sempre vinham valores através ou do Alberto Youssef ou do Fernando Soares. Mas dentro da Andrade Gutierrez eu tinha contato acho que mais era com o Rogério, inicialmente com o Rogério Nora.

Ministério Público Federal:- Senhor Paulo Roberto, o senhor já revelou também uma história, aqui nessas inúmeras audiências que participou, a respeito de determinado momento em que o PMDB apoiasse a sua permanência na Diretoria de Abastecimento. O senhor poderia, por favor, circunstanciar isso, por gentileza?

Paulo Roberto Costa:- Pois não. Eu fiquei muito adoentado no final de 2006 e quase nem voltei para a Petrobrás por motivos de saúde. E nesse período houve, vamos dizer, movimentações dentro da companhia para colocar outra pessoa na Diretoria. E aí eu fui procurado, quando eu restabeleci minha saúde eu fui procurado pelo PMDB. Nesse momento o PP já não estava, vamos dizer, com uma força muito grande dentro do governo. Eu fui procurado pelo PMDB, que o PMDB então ofereceu me dar suporte para continuar na diretoria.

Ministério Público Federal:- O Sergio Cabral era um político filiado ao PMDB, é isso?

Paulo Roberto Costa:- Perfeitamente.

Ministério Público Federal:- E ele era uma figura importante no partido à época?

Paulo Roberto Costa:- Era, era uma figura importante. Ele era governador aqui do Estado e na época se falava até da possibilidade de ele vir a ser até vice-presidente na chapa do PT, vir a ser até vice-presidente na chapa do Partido dos Trabalhadores.

Ministério Público Federal:- Essas circunstâncias, do fato de ele ser inclusive um político filiado ao PMDB, influiu no auxílio que a diretoria de abastecimento deu nesses pedidos de propina em relação ao Sergio Cabral?

Paulo Roberto Costa:- É. Com essa definição do apoio do PMDB o governador na época me chamou algumas vezes lá no palácio e pediu ajuda monetária para ele e para as campanhas dele.

Ministério Público Federal:- Essa reunião que o senhor fez com o Sergio Cabral foi onde?

Paulo Roberto Costa:- Foi no Palácio Guanabara. Palácio do governo.

Ministério Público Federal:- E o que ele pediu para o senhor?

Paulo Roberto Costa:- Isso ocorreu no ano de 2010. Ele me chamou lá um dia, eu estive lá no Palácio. E nós falamos, vamos dizer, já se reportando à obra do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. E ele falou pra mim que ele precisava através dessas empresas que estavam executando a obra do complexo, que precisava de apoio financeiro para a campanha dele e que eu tinha que ter, vamos dizer, uma atitude junto às empresas para dar esse apoio a ele.

Ministério Público Federal:- E o senhor teve alguma atitude em relação às empresas?

Paulo Roberto Costa:- Sim. Nessa reunião que eu fui no Palácio Guanabara, estava presente ele, o secretário Wilson Carlos e na época o vice-governador Pezão. Os três estavam presentes nessa reunião. E nessa reunião ele incumbiu Wilson Carlos de ser o interlocutor junto às empresas, e assim foi feito.

Ministério Público Federal:- Ok. E, só um parêntese, quem fez o pedido nessa reunião foi somente o Cabral ou outra pessoa também?

Paulo Roberto Costa:- Não, o pedido foi só feito por ele, pelo Sergio Cabral.

Ministério Público Federal:- O senhor teve algum papel nessa aproximação com as empresas?

Paulo Roberto Costa:- Sim. Eu fiz o contato com as empresas e foi montada uma agenda de reuniões. Na época o Secretário agendou, marcou num apartamento no Hotel Ceasar Park lá em Ipanema. E foi feito um agendamento com as empresas, eu fiz contato com as empresas. E tivemos então reuniões, que eu participei de três reuniões inicialmente, depois eu tinha outros compromissos, eu saí. Mas o Secretário continuou em reunião com as outras empresas. Então foram feitos vários contatos nesse dia com várias empresas, coordenado pelo secretário Wilson Carlos.

Ministério Público Federal:- Você fez os contatos com as empresas porque os pedidos eram vinculados à Diretoria de Abastecimento, a contratos na Petrobrás?

Paulo Roberto Costa:- Eu fiz o pedido pela solicitação do governador Sergio Cabral na época, e obviamente que essas empresas eram vinculadas a contratos. Com certeza.

Ministério Público Federal:- Contratos da Petrobrás, é isso?

Paulo Roberto Costa:- Correto.

Ministério Público Federal:- Especificamente sobre a Andrade Gutierrez, o senhor conhece Rogério Nora como especificou aqui. Ele já lhe procurou alguma vez para indagar sobre pagamentos solicitados por Sergio Cabral à empresa?

Paulo Roberto Costa:- Sim. Nessa reunião do hotel eu participei com três empresas, da reunião da parte da manhã, foi com Skanska, com a Techint e com a Lusa. E depois no período da tarde ia ter mais uma série de reuniões previstas com a Andrade, com a UTC, com a Odebrecht e outras empresas. E passado esse dia da reunião, eu não sei precisar agora exatamente quantos dias, mas o Rogério Nora me procurou na Petrobrás e me indagou se era realmente pra fazer o pagamento para o governador Sergio Cabral. E como ele tinha me pedido, o governador me pediu, eu falei que sim, que era pra fazer. Então houve uma reunião da na Petrobrás com o Rogério Nora, onde ele fez essa pergunta, se era ou não pra fazer o pagamento para o governador, e eu falei "Sim, faça o pagamento".

Ministério Público Federal:- Ok. Esses valores que eram pagos por essas empresas eram descontados nos valores que a diretoria de abastecimento depois passava aos partidos?

Paulo Roberto Costa:- Sim, esses valores foram descontados de valores que a princípio iam para o PP.

Ministério Público Federal:- Ok. Valores para o PMDB também?

Paulo Roberto Costa:- Sim.

Ministério Público Federal:- Depois dessas reuniões foi lhe dito em algum momento que foi pago ou reclamaram da ausência de pagamento? O senhor tem ciência se esses valores foram quitados?

Paulo Roberto Costa:- Eu não tenho a informação de quanto cada empresa colaborou com o Governador. Essa informação eu não tenho porque os contatos aí deixaram de ser feitos comigo, e aí quem estava conduzindo esse assunto era o secretário Wilson Carlos. Eu não tinha tomado a frente desse processo, quem manteve o contato com as empresas era o Secretário. Mas o Governador nunca reclamou que esses valores não teriam sido pagos, então... Eu me encontrei com ele depois, várias vezes depois desse evento, e outros assuntos de relacionamento da Petrobrás com o Governo do Estado, na parte de licenciamento ambiental, uma série de outras atividades de inter-relacionamento empresarial entre a Petrobrás e o Governo do Estado, e ele nunca se queixou que não teriam sido feitos os pagamentos."

269. E ainda:

"Juiz Federal:- A defesa de Mônica Macedo também não tem perguntas, né. Alguns esclarecimentos do Juízo. Senhor Paulo Costa, o senhor consegue só me identificar no tempo aproximadamente quando foi essa reunião no Palácio Guanabara?

Paulo Roberto Costa:- Excelência, foi... Tem em um dos depoimentos aí talvez eu tenha com mais precisão pra lhe dizer, na verdade não me recordo exatamente a data, mas foi antes da eleição de 2010. Então acredito que tenha sido aí nos primeiros meses, no primeiro semestre do ano de 2010. Acho que foi isso, mas tem um depoimento meu que talvez tenha mais clareza nessa pergunta que Vossa Excelência me fez.

Juiz Federal:- Consta no depoimento dos dirigentes da Andrade Gutierrez a informação que essa solicitação de valores foi posterior ao contrato celebrado entre a Petrobrás e o Comperj, o dado que eu tenho aqui específico é que esse contrato foi celebrado em 28/03/2008. Essa reunião por acaso não foi mais cedo, em 2008 ou em 2009, ou o senhor acha que foi realmente em 2010?

Paulo Roberto Costa:- Eu não me recordo com exatidão, Excelência. Mas eu sempre, na minha memória aqui, pensei que foi alguma coisa por volta de 2010 porque foi a solicitação para a campanha de reeleição aí do Governador, mas eu não tenho, eu não me recordo exatamente de quando é que foi essa reunião. Mas sempre imaginei eu foi alguma coisa em 2010.

Juiz Federal:- Quando o senhor teve essa reunião com o senhor Rogério, que o senhor mencionou, isso foi logo em seguida a essa reunião no Palácio Guanabara ou houve algum lapso temporal?

Paulo Roberto Costa:- Não. Teve um certo espaçamento de tempo porque, como lhe falei no meu depoimento aqui hoje, quem conduzia esse contato com as empresas a partir daquele momento foi o secretário Wilson Carlos. E o Rogério possivelmente não chegou a algum acordo com ele e foi me procurar para confirmar se era pra fazer o pagamento ou não, onde eu solicitei a ele que o fizesse. Então teve um espaço de tempo, mas também não posso lhe assegurar se foram semanas ou alguns meses, eu não tenho essa lembrança desse momento.

Juiz Federal:- E, desculpe eu lhe perguntar isso, talvez o senhor não se recorde, mas, assim, o senhor saberia me descrever mais ou menos qual foi o teor do diálogo entre o senhor e o senhor Rogério nessa ocasião?

Paulo Roberto Costa:- Sim, que eu me recordo né. Ele pediu a reunião, a gente fez essa reunião, por parte da Petrobrás só estava eu, por parte da Andrade eu acho que tinha mais gente com ele, não estava sozinho, eu acho que tinha mais gente com ele, mas também não me recordo quem seriam as pessoas que estavam da Andrade Gutierrez junto com ele. E onde ele me fez uma pergunta no sentido se era pra honrar o compromisso com o Governador, eu respondi, só respondi sim, era pra honrar.

Juiz Federal:- Eles mencionaram que havia um compromisso de 1 por cento do valor do contrato de terraplanagem do Comperj, eles chegaram nesse detalhamento, em mencionar o contrato do Comperj e o percentual?

Paulo Roberto Costa:- Não, eu não me recordo que ele tenha falado em percentual. Se ele falou eu realmente não me recordo. Mas o que eu me recordo com bastante clareza é que ele perguntou se era pra honrar o compromisso com o governador e minha resposta foi que era pra honrar o compromisso com o governador.

Juiz Federal:- E qual compromisso seria esse?

Paulo Roberto Costa:- No pedido que foi feito pelo Governador nessa reunião do Palácio Guanabara, o Governador me pediu 30 milhões de reais para a sua campanha. Como seria feito esse rateio com as empresas eu não participei disso,

possivelmente o secretário Wilson Carlos tenha participado dessas conversas com as empresas, eu não participei. Mas o valor total que me foi pedido pelo Governador na data da reunião foram 30 milhões de reais.

Juiz Federal:- O senhor aceitou ajudá-lo na ocasião?

Paulo Roberto Costa:- Eu aceitei ajudá-lo na ocasião.

Juiz Federal:- E por qual motivo que o senhor aceitou ajuda-lo e fazer essas solicitações às empresas?

Paulo Roberto Costa:- Pelo motivo que ele era uma figura proeminente dentro do PMDB à época e o PMDB era o partido que estava me apoiando junto com o PP.

Juiz Federal:- São essas as questões apenas do Juízo. Uma última pergunta para o senhor, o senhor também recebeu pagamentos da Andrade Gutierrez diretamente, não foi? A Andrade Gutierrez também pagou ao senhor?

Paulo Roberto Costa:- Diretamente, é não... Através ou do Alberto Youssef ou do Fernando Soares, mas devo ter recebido sim valores da Andrade Gutierrez. Sim.

Juiz Federal:- Devo ou recebeu, senhor Paulo?

Paulo Roberto Costa:- Não, recebi, mas... Recebi com certeza, mas através do Fernando Soares ou do Alberto Youssef, mas a resposta é sim.

Juiz Federal:- E o senhor recebia parte desses pagamentos também em contas no exterior?

Paulo Roberto Costa:- O Alberto Youssef não, mas o Fernando Soares fez depósitos no exterior. Pode ser que tenha tido valores aí da Andrade Gutierrez, não tenho como lhe precisar, mas o Fernando Soares fez depósitos no exterior, o Alberto Youssef não."

270. Ainda como prova, foi ouvida como testemunha Tânia Maria Silva Fontenelle, gerente financeira da empreiteira Carioca Engenharia (evento 274).

271. Ela, embora não tivesse conhecimento sobre o objeto específico da acusação, confirmou que também a Carioca Engenharia teria pago, sistematicamente, valores em espécie a Carlos Emanuel de Carvalho Miranda, que lhe foi apresentado como uma "pessoa de confiança do então Governador". Não teria ela, porém, conhecimento do motivo dos pagamentos, tendo cogitado que se tratava ou de doações eleitorais não registradas ou de propina. Transcreve-se dois trechos:

"Carlos Miranda era uma pessoa que me foi apresentada, me foi apresentado por um acionista da empresa, eu não lembro se Ricardo Pernambuco Júnior ou Eduardo Bacoiser, como uma pessoa de confiança do então governador Sergio Cabral e a quem eu deveria fazer pagamentos mensais."

" Eu sabia que uma vez que eu pagaria através de caixa 2 que eram recursos, digamos, para alguma... Ou propina, ou doação eleitoral não computada, não contabilizada, mas eu não sabia o destino dos recursos nem a finalidade."

272. Na mesma linha, ouvido em Juízo Eduardo Backheuser (evento 346), acionista e Diretor da Carioca Engenharia, que confirmou que também a Carioca Engenharia tinha acertado com o então Governador Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho pagamentos de cerca de duzentos mil reais mensais a ele como vantagem indevida em obras da empreiteira no Estado do Rio de Janeiro. Transcreve-se:

"Ministério Público Federal:- Qual a sua vinculação com a Carioca Engenharia?"

Eduardo Backheuser:- Eu sou acionista da empresa e diretor da empresa.

Ministério Público Federal:- A empresa firmou contratos com o governo do estado do Rio de Janeiro de 2008 em diante?

Eduardo Backheuser:- Se pegou contratos do estado do Rio de Janeiro, foi essa pergunta?

Ministério Público Federal:- Isso.

Eduardo Backheuser:- Sim.

Ministério Público Federal:- O senhor prestou um depoimento junto à Procuradoria da República no Rio de Janeiro, juntado a esses autos, que fala sobre pagamentos indevidos que teriam se iniciado no segundo semestre de 2008, em favor de Sergio Cabral, o senhor confirma isso?

Eduardo Backheuser:- Confirmo.

Ministério Público Federal:- O senhor conhece Carlos Miranda?

Eduardo Backheuser:- Sim.

Ministério Público Federal:- E qual é a vinculação dele com o senhor Sergio Cabral?

Eduardo Backheuser:- O senhor Carlos Miranda, me foi passado pelo meu pai, em meados de 2008, que havia uma combinação de serem feitos os pagamentos ao governador, ao Governo do Estado, e me pediu então que eu me incumbisse de fazer esses pagamentos através do senhor Carlos Miranda, ele me disse que era a pessoa de confiança...

Ministério Público Federal:- Pessoa de confiança...

Eduardo Backheuser:- Seria uma pessoa de confiança do doutor Sergio Cabral, do governador Sergio Cabral.

Ministério Público Federal:- E esses pagamentos eram feitos de que forma?

Eduardo Backheuser:- Eles eram feitos (inaudível), se essa foi a pergunta.

Juiz Federal:- O senhor vai ter que repetir porque cortou o áudio aqui, pode repetir a resposta?

Eduardo Backheuser:- Eram pagamentos feitos em espécie, se essa era a pergunta.

Ministério Público Federal:- E qual era o valor médio desses pagamentos?

Eduardo Backheuser:- Então, havia uma solicitação de serem feitos pagamentos da ordem de 200 mil mensais, eles ocorriam não necessariamente a cada 30 dias, a depender da disponibilidade de recursos."

273. As várias testemunhas relatam um *modus operandi* no qual todo grande contrato de obras no Estado do Rio de Janeiro durante o Governo de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, 2006 a 2014, gerava vantagem indevida, calculada em percentuais sobre os valores contratados.

274. Segundo as provas constantes nestes autos, dirigentes de duas grandes empreiteiras confirmaram os acertos criminosos, a Andrade Gutierrez e a Carioca Engenharia.

275. O acerto envolveu até mesmo contrato de terraplanagem do COMPERJ celebrado com a Petrobrás e não com o Governo do Estado pelo simples fato de ter sido realizado no Rio de Janeiro.

276. O que explica tal pagamento é a intervenção do Diretor Paulo Roberto Costa da Petrobrás em favor do Governador, solicitando à Andrade Gutierrez que realizasse os pagamentos.

277. O que, por sua vez, explica a conduta de Paulo Roberto Costa é o fato de que dependia de apoio político para permanecer no cargo de Diretor.

278. Trata-se, porém, de depoimentos de criminosos colaboradores, ainda que de seis deles, sendo que quatro confirmam especificamente o objeto da acusação.

279. Os depoimentos são convergentes quanto aos relatos, o que lhes confere maior credibilidade.

280. O ponto mais significativo de divergência é circunstancial e consiste na época do acerto de corrupção envolvendo o contrato de terraplanagem do COMPERJ.

281. Os dirigentes da Andrade Gutierrez afirmam que isso teria ocorrido por volta da contratação, ainda em 2008, enquanto Paulo Roberto Costa afirma que isso teria ocorrido por volta da eleição de 2010.

282. Como Paulo Roberto Costa, como Diretor da Petrobrás, recebeu sistematicamente propinas de contratos da Petrobrás é possível que tenha se equivocado quanto à época do acerto.

283. Observa-se que a propina foi calculada sobre o valor originário da contratação, cerca de 1% sobre a parte de 1/3 do contrato de R\$ 819.800.000,00, o que é indicativo de que o acerto foi em 2008, pois em 2009 ou 2010 o valor já havia sido agregado por aditivos celebrados a partir de 09/03/2009.

284. Identificou ainda o MPF anotação em mensagem eletrônica enviada a Paulo Roberto Costa pelo Governador Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, tendo por objetivo o agendamento de reunião em 08/10/2008 para tratar de "Confidencial - COMPERJ" (fls. 18-19 das alegações finais, evento 453), sendo possível que tenha o acerto sido definido nesta ocasião.

285. Mais relevante do que precisar a data é a presença ou não de prova de corroboração.

286. O MPF juntou alguns elementos de corroboração.

287. Alberto Quintaes apresentou informações de vôos aéreos do Rio de Janeiro para São Paulo, inclusive em 14/10/2008, 14/11/2008 e 18/12/3008, com retorno na mesma data, relativamente às ocasiões nas quais, segundo afirma, teria viajado aquela cidade para proceder à entrega dos valores a Carlos Miranda, já que, circunstancialmente, não havia dinheiro em espécie disponível no Rio de Janeiro (evento 1, anexo14, fls. 1 e 2).

288. Tais informações foram confirmadas pelo MPF junto às companhias áreas ou junto a extratos de milhagem nas companhias correspondentes, conforme fl. 32 das alegações finais (evento 453) e documentos juntados no evento 425. Como ali também consta, verificado, com base nos mesmos documentos, que Carlos Emanuel de Carvalho Miranda viajou nessas mesmas datas para São Paulo.

289. Também colhida prova de que Carlos Emanuel de Carvalho Miranda esteve na sede da Andrade Gutierrez em São Paulo, na data de 14/10/2008, ou seja, na mesma data em que Alberto Quintaes e, na qual, segundo o último, teria sido entregue dinheiro a ele em espécie (evento 1, anexo14, fl. 4).

290. Também apresentadas por Alberto Quintaes cópias de agendamento no aplicativo "outlook" de reuniões entre 2007 a 2011 que teria mantido com o Governador Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho (evento 1, anexo13).

291. São provas de corroboração muito circunstanciais, já que por exemplo a realização de reunião nada diz a respeito do seu objeto.

292. Mais significativa a aludida planilha apresentada por Alberto Quintaes na qual há o registro dos pagamentos de propina, inclusive dos aludidos R\$ 2.700.000,00 do contrato do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), conforme evento 1, anexo14, fl. 13.

293. Relativamente a esta planilha, cumpre destacar que ela foi entregue ao MPF pela Andrade Gutierrez em formato eletrônico (evento 1, out15, fl.2). Submetida a planilha a exame pericial, o Laudo 2495/2016/SETEC/PR revelou que o arquivo eletrônico foi criado em 18/10/2007 e que foi alterado pela

última vez em 29/03/2102, o que exclui a possibilidade de que tenha sido criado ou alterado no interesse da celebração do acordo de colaboração ou de leniência (evento 1, out15).

294. Não tendo a planilha sido criada para instruir a colaboração, trata-se de prova significativa, pois as cifras e valores nela contidas são convergentes com a identificação das obras realizadas pela Andrade Gutierrez no Rio de Janeiro e com os valores de propinas afirmados pelos criminosos colaboradores e pagadores de propina.

295. Entretanto, a prova de corroboração mais relevante é examinada no tópico seguinte.

296. Foram identificados gastos dos três acusados, Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, Carlos Emanuel de Carvalho Miranda e Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho, no montante de R\$ 2.665.598,15, para aquisição de bens de consumo e com a adoção de padrão de conduta incomum, especificamente a realização de pagamentos vultosos em espécie e, para parte deles, com estruturação de transações financeiras para burlar os sistemas de controle e prevenção de lavagem de dinheiro impostos às instituições financeiras.

297. Especificamente, foram R\$ 1.419.746,05 de gastos por Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, R\$ 766.104,38 por Wilson Carlos Cordeiro da Silva e R\$ 479.747,75 por Carlos Emanuel de Carvalho Miranda.

298. Tais pagamentos, como ver-se-á no próximo tópico, representam os gastos do produto do crime de corrupção.

299. Parte dos pagamentos configura operações de lavagem de dinheiro, já que, além dos gastos vultosos em espécie, envolveu, como discriminado no tópico seguinte, a estruturação de transações financeiras em espécie para burlar os sistemas de controle e prevenção de lavagem de dinheiro existentes no âmbito das instituições financeiras.

300. Os acusados Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho, em seus interrogatórios judiciais, confrontados com essas operações, não negaram a sua existência (evento 448). Já Carlos Emanuel de Carvalho Miranda ficou em silêncio. Embora os dois primeiros tenham negado que os gastos tivessem origem em recursos originários de crimes de corrupção, não conseguiram explicar, circunstanciadamente, a proveniência dos recursos, nem conseguiram, o que é mais relevante, explicar o motivo de terem realizado tais gastos na aquisição de bens sempre com transações em espécie e especialmente mediante a sua estruturação financeira para burlar os sistemas de controle e prevenção de lavagem de dinheiro. Adiante, as alegações dos acusados são examinadas com mais vagar. Tampouco as suas Defesas lograram, apesar de não negarem as operações, apresentas essas explicações.

301. Quando agentes públicos realizam gastos extravagantes, utilizando recursos cuja origem não explicam, salvo talvez de maneira vaga e imprecisa, e utilizando expedientes fraudulentos para burlar os sistemas de controle e prevenção de lavagem de dinheiro, a explicação natural é a de que assim procedem porque os recursos envolvidos têm natureza e origem criminosa.

302. No caso, a única explicação concreta para esses gastos, a origem dos recursos e os procedimentos de estruturação, foi apresentada pelo Ministério Público Federal e não pelos acusados e seus defensores, que se limitaram a afirmações vagas, imprecisas e implausíveis, como ver-se-á adiante.

303. A realização dos gastos extravagantes, em espécie e, em parte, com expedientes de lavagem, constitui prova de corroboração dos depoimentos dos colaboradores quanto à prática do crime de corrupção, tendo este originado os recursos criminosos.

304. Afinal, trata-se do rastreamento do produto da corrupção, sendo ele utilizado para gastos na aquisição de bens pelos acusados.

305. De certa forma, é o equivalente a ser encontrada a integralidade do produto do crime ocultada em conta secreta no exterior.

306. Considerando cumulativamente os depoimentos dos quatro colaboradores, que descreveram o acerto de corrupção no contrato do COMPERJ, dos outros dois colaboradores que informam os acertos de corrupção envolvendo outras obras no Rio de Janeiro, os elementos documentais de corroboração, inclusive a planilha da propina e principalmente a prova documental dos gastos da corrupção e de operações de lavagem de dinheiro, cumpre reconhecer a presença de prova acima de qualquer dúvida razoável do crime de corrupção narrado na inicial.

307. A Andrade Gutierrez pagou ao ex-Governador Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e a seus associados Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho e Carlos Emanuel de Carvalho Miranda cerca de R\$ 2.700.000,00 em vantagem indevida calculada sobre o valor do contrato de terraplanagem do COMPERJ.

308. O fato configura crime de corrupção passiva. Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho era ao tempo dos fatos Governador do Estado do Rio de Janeiro e Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho Secretário de Estado. Não há dúvida de que o pagamento foi efetuado em decorrência de seus cargos. Ainda houve participação do Diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa que direcionou a vantagem indevida usualmente paga em contratos da Petrobrás para o grupo dirigido por Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho. Houve, portanto, envolvimento de três agentes públicos e há prova de autoria em relação a todos eles, que participaram do acerto da vantagem indevida, sendo que dois foram beneficiários diretos dos valores.

309. Carlos Emanuel de Carvalho Miranda não era agente público ao tempo dos fatos, mas responde como partícipe, na forma do art. 29, caput, e do art. 30 do CP:

"Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

(...)"

"Art. 30 - Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime."

310. Carlos Emanuel de Carvalho Miranda não só recebeu os valores da vantagem indevida em espécie da Andrade Gutierrez para repassar a Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e a Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho, mas também ficou com parte do numerário.

311. Houve a prática de ato de ofício com infração funcional em duas perspectivas.

312. Por um lado, os pagamentos de vantagem indevida no âmbito dos contratos da Petrobrás serviam para que as empreiteiras componentes do cartel mantivessem uma boa relação com os agentes da Petrobrás, prevenindo que esses tomassem qualquer atitude contra os ajustes fraudulentos de licitação. O fato do contrato em questão não ter sido obtido pelo ajuste fraudulento não muda o quadro, já que no contexto era essa a prática das empreiteiras com o beneplácito dos agentes da Petrobrás.

313. Por outro lado, os pagamentos de vantagem indevida pela Andrade Gutierrez para o grupo de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho inseriam-se em um contexto mais amplo, da solicitação de pagamento de percentual sobre toda obra pública no Estado do Rio de Janeiro, sendo as empreiteiras beneficiadas com distribuição de contratos no Estado, com violação da normas da concorrência.

314. Além disso, não se pode olvidar o contexto maior, de que o direcionamento de propinas para agentes políticos era a forma com a qual os Diretores da Petrobrás obtinham o apoio político para alcançarem o cargo e nele se manterem.

315. Certamente, não se encontra entre as atribuições normais do Governador de qualquer Estado empenhar apoio político à indicação ou permanência de alguém no cargo de direção de estatal federal. Entretanto, se na prática isso ocorre, deve ele responder pelo desvio funcional e por corrupção se assim age não para contribuir para o bom Governo, mas sim para nomear e sustentar alguém de sua confiança com o intuito de arrecadar ilicitamente recursos para si e para outrem. Há um evidente desvio de função, com a prática de ato pelo Governador com o intuito de garantir fonte de recursos ilegal junto à Petrobrás.

316. Portanto, os valores da vantagem indevida negociados no contrato da Petrobrás não só foram em parte direcionados ao então Governador Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho em razão de seu cargo, como também houve prática da parte dos envolvidos, do Diretor de Abastecimento da Petrobrás e dele mesmo, de atos de ofício com infração de dever funcional.

317. Não há falar que os repasses foram efetuados a título de doação eleitoral não-registrada. Primeiro, não houve reconhecimento pelos acusados de que a Andrade Gutierrez teria repassado valores a esse título, o que torna inviável reconhecer o fato como álibi. De todo modo, os acertos de corrupção teriam

ocorrido em 2008, longe das eleições estaduais de 2006 e 2010 e além disso os repasses foram calculados em percentuais sobre contrato público. Não existe doação eleitoral como comissão por obra pública.

318. Cumpre, portanto, reconhecer a materialidade do crime de corrupção passiva narrado na denúncia e a autoria e participação em relação a Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, Carlos Emanuel de Carvalho Miranda e Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho.

319. Imputou o MPF o crime de corrupção passiva também à acusada Adriana de Lourdes Ancelmo. Ela era esposa de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho ao tempo dos fatos. Não há, porém, qualquer prova de que teria participado do acerto da corrupção, não tendo nenhum dos colaboradores mencionado seu envolvimento na negociação da propina. Como ver-se-á no tópico seguinte, ela beneficiou-se da propina, pois utilizou os recursos provenientes da corrupção para aquisição de bens. Por este fato, pode eventualmente responder por lavagem de dinheiro, caso tenha participado de atos de ocultação e dissimulação do produto do crime. Não cabe, porém, a sua responsabilização pelo próprio crime de corrupção que pressupõe o dolo direto e, portanto, a participação com conhecimento ou na solicitação da vantagem indevida ou no recebimento, tendo ciência direta do acerto criminoso. Esse elemento não encontra, porém, prova nos autos. Assim e por mais que seja reprovável o gasto, em bens, do produto do crime de corrupção, isso não torna o cônjuge de agente público corrompido partícipe do crime de corrupção. Assim, Adriana de Lourdes Ancelmo deve ser absolvida da imputação de corrupção. Quanto a sua responsabilidade pela lavagem, será examinada a seguir.

II.9

320. A denúncia também abrange crimes de lavagem do produto do crime de corrupção e de ajuste fraudulento de licitações.

321. Como já visto, o contrato em questão, de terraplangem do COMPERJ, não foi obtido mediante ajuste fraudulento de licitações, por ele ter circunstancialmente falhado, devendo este crime ser excluído como antecedente. Entretanto, a corrupção foi reputada provada e pode figurar sozinha como crime antecedente.

322. A lavagem abrangeria, segundo a denúncia, valores de cerca de R\$ 2.665.598,18. Tais atos estão descritos a partir da fl. 23 da denúncia e abrangeriam diversas modalidades de ocultação e dissimulação.

323. Parte deles teria ocorrido mediante aquisições de bens com vultosos pagamentos em espécie, utilizando valores recebidos nos crimes de corrupção.

324. Também constatada, em parte das aquisições, estruturação dos gastos dos acusados com aquisições de bens com depósitos bancários em espécie em valor inferior a dez mil reais.

325. Segundo a denúncia, a estruturação teria por fim evitar os sistemas de controle e prevenção contra a lavagem de dinheiro instituídos pela Lei nº 9.613/1998 e pela Circular nº 3.461, de 24/07/2009, do Banco Central.

326. Para esclarecer, a Lei nº 9.613/1998 e a Circular nº 3.461, de 24/07/2009, do Banco Central estabelecem parâmetros de prevenção à utilização de instituições financeiras para lavagem de dinheiro e critérios de controle.

327. A circular estabelece, por exemplo, que operações em espécie de depósito, saque e provisão de saque de valores iguais ou superiores a cem mil reais devem ser comunicadas pelas instituições financeiras ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF (via Bacen), que é a unidade de inteligência financeira criada pela Lei nº 9.613/1998 para supervisionar ações de inteligência na prevenção e repressão da lavagem de dinheiro

328. Também estabelece obrigações de comunicação de operações bancárias suspeitas de lavagem de dinheiro de valor igual ou superior a R\$ 10.000,00 (art. 13, I). Transcreve-se a disposição relativa à comunicação de operações suspeitas de lavagem de dinheiro em valor igual ou superior a dez mil reais:

"Art. 13. As instituições de que trata o art. 1º devem comunicar ao Coaf, na forma

deter minada pelo Banco Central do Brasil:

I - as operações realizadas ou serviços prestados cujo valor seja igual ou superior

a R\$10.000,00 (dez mil reais) e que, considerando as partes envolvidas, os valores, as formas de realização, os instrumentos utilizados

ou a falta de fundamento econômico ou legal, possam

configurar a existência de indícios dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 1998;

(...)"

329. Assim, caso realizada, na rede bancária, transação financeira de valor igual ou superior a dez mil reais, além das obrigações de registro, a instituição financeira deve comunicar o fato ao COAF quando houver suspeita de que ela envolve lavagem de dinheiro.

330. Recebendo a informação, o COAF, após processá-la e eventualmente agregar dados adicionais, deve encaminhá-la às autoridades policiais ou do Ministério Público para instauração de investigação e persecução.

331. Com a adoção desses parâmetros de prevenção e controle, não é incomum que criminosos, buscando ocultar transações com dinheiro de origem e natureza ilícita, utilizem expedientes para estruturar suas operações em valores fracionados para que fiquem abaixo do parâmetro de dez mil reais.

332. O objetivo seria evitar o sistema de prevenção e controle, ou seja, escapar do "radar" instituído legalmente e evitar que a transação seja identificada pela instituição financeira e por ela comunicada ao COAF e, sucessivamente, às autoridades policiais ou do Ministério Público.

333. No presente caso, são essas operações de aquisição de bens, com depósitos bancários em espécie e estruturados em transações inferiores a dez mil reais, que mais chamam a atenção na denúncia.

334. Por meio da realização da transação em espécie, dificulta-se o rastreamento bancário.

335. Por meio da estruturação das transações em valores inferiores a dez mil reais, dificulta-se a sua detecção pelo sistema de prevenção e controle instaurado pela Lei n.º 9.613/1998 e pela Circular nº 3.461, de 24/07/2009, do Banco Central.

336. Todas as transações envolvendo depósitos em espécie e estruturação encontram prova documental nos autos.

337. Fosse uma ou outra oportunidade, até poder-se-ia cogitar em coincidência. Mas, como demonstrado em seguida, isso se verificou em pelo menos dezoito aquisições de bens.

338. Observa-se que, nos interrogatórios judiciais, os acusados não lograram apresentar qualquer explicação para essa proceder, depósitos em espécie estruturados em transações inferiores a dez mil reais.

339. Tampouco as Defesas, em suas alegações finais, lograram apresentar uma explicação qualquer para o proceder dos acusados.

340. Passa-se a examiná-las materialmente, fato por fato.

341. Primeiro as operações de lavagem por depósitos em espécie estruturados atribuídas a **Carlos Emanuel de Carvalho Miranda**.

342. Consta na denúncia, como fato 03, que o acusado Carlos Emanuel de Carvalho Miranda, utilizando produto do crime, adquiriu, em novembro de 2013, equipamentos relacionados à produção de leite junto à empresa Delaval Ltda. mediante nove depósitos em dinheiro e estruturados no valor total de R\$ 76.260,00, mas todos inferiores a dez mil reais.

343. Os seguintes depósitos em espécie foram feitos por Carlos Miranda na conta da Delaval:

- 13/11/2013 - R\$ 9.000,00;

- 13/11/2013 - R\$ 9.900,00;

- 13/11/2013 - R\$ 1.260,00;
- 14/11/2013 - R\$ 9.600,00;
- 14/11/2013 - R\$ 9.800,00;
- 14/11/2013 - R\$ 8.100,00;
- 14/11/2013 - R\$ 9.000,00;
- 14/11/2013 - R\$ 9.700,00; e
- 14/11/2013 - R\$ 9.900,00.

344. A documentação pertinente encontra-se no evento 1, anexo 30, e foi disponibilizada voluntariamente pela empresa Delaval Ltda. ao Ministério Público Federal. Ali constam:

a) duas notas fiscais emitidas pela empresa vendedora, a Delaval Ltda., contra Carlos Emaunel de Carvalho Miranda, com compra no valor total de R\$ 76.260,00; e

b) extratos de conta corrente da Delaval Ltda. nos quais se visualizam os depósitos fracionados efetuados por Carlos Emanuel de Carvalho Miranda e que foram identificados pela própria Delaval (fls. 7, 48 e 49 do arquivo eletrônico anexo30, evento1).

345. Foi ainda ouvida em Juízo, como testemunha Camila Rosa Salveti, empregada da Delaval Ltda., que confirmou a autenticidade da documentação e os fatos retratados nos documentos (evento 341).

346. Então a imputação do crime de lavagem encontra prova documental e testemunhal nos autos.

347. Consta na denúncia, como fato 04, que o acusado Carlos Emanuel de Carvalho Miranda, utilizando produto do crime, adquiriu, em abril de 2014, equipamentos agrícolas junto à empresa GEA Farm Technologies do Brasil mediante doze depósitos em dinheiro e estruturados no valor total de R\$ 96.661,04, mas todos inferiores a dez mil reais.

348. Os seguintes depósitos em espécie foram feitos por Carlos Miranda na conta da Gea Equipamentos:

- 29/05/2014 - R\$ 9.600,00;
- 29/05/2014 - R\$ 9.300,00;
- 29/05/2014 - R\$ 2.031,04;
- 29/05/2014 - R\$ 9.900,00;
- 29/05/2014 - R\$ 9.800,00;

- 29/05/2014 - R\$ 9.400,00;
- 29/05/2014 - R\$ 9.700,00;
- 29/05/2014 - R\$ 9.000,00;
- 29/05/2014 - R\$ 9.500,00;
- 29/05/2014 - R\$ 9.000,00;
- 29/05/2014 - R\$ 3.800,00; e
- 29/05/2014 - R\$ 5.630,00.

349. A documentação pertinente encontra-se no evento 1, anexo 31, e foi disponibilizada voluntariamente pela empresa Gea Equipamentos ao Ministério Público Federal. Ali constam:

a) duas notas fiscais, n.os 57490 e 58998, emitidas pela empresa vendedora, a Gea Equipamentos contra Carlos Emaunel de Carvalho Miranda, com compra no valor total de R\$ 96.661,04; e

b) extratos de conta corrente da Delaval Ltda. nos quais se visualizam os depósitos fracionados efetuados por Carlos Emanuel de Carvalho Miranda e que foram identificados pela própria Gea Equipamentos (fls. 4, 57 e 58 do arquivo eletrônico anexo31, evento1).

350. Foi ainda ouvida em Juízo, como testemunha, Camila Borges Geremias, empregada da empresa Gea Equipamentos, que confirmou a autenticidade da documentação, os fatos retratados nos documentos e que os recebimentos deram-se por depósitos em espécie (evento 341).

351. Então a imputação do crime de lavagem encontra prova documental e testemunhal nos autos.

352. Consta na denúncia, como fato 05, que o acusado Carlos Emanuel de Carvalho Miranda, utilizando produto do crime, adquiriu, em julho de 2013, equipamentos agrícolas junto à empresa Matria Máquinas Tratores e Implementos Agrícolas mediante três depósitos em dinheiro e estruturados no valor total de R\$ 20.435,00, mas todos inferiores a dez mil reais. Um diferença de preço de R\$ 1.645,00 faltante foi paga mediante compensação de crédito com a empresa.

353. Os seguintes depósitos em espécie foram feitos por Carlos Miranda na conta da Matria Máquinas:

- 08/11/2013 - R\$ 1.535,00;
- 08/11/2013 - R\$ 9.000,00;
- 08/11/2013 - R\$ 9.900,00.

354. A documentação pertinente encontra-se no evento 1, anexo 32, e foi disponibilizada voluntariamente pela empresa Mátria Máquinas ao Ministério Público Federal. Ali constam:

a) uma nota fiscal, nº 167.798, emitida pela empresa vendedora, a Mátria Máquinas contra Carlos Emaunel de Carvalho Miranda, com compra no valor total de R\$ 21.600,00; e

b) extratos de conta corrente da Mátria Máquinas nos quais se visualizam os depósitos fracionados efetuados por Carlos Emanuel de Carvalho Miranda e que foram identificados pela própria Mátria Máquinas (fls. 18 e 19 do arquivo eletrônico anexo32, evento1).

355. Foi ainda ouvido em Juízo, como testemunha, Leandro Sandro Rocha, gerente da Mátria Máquinas, que confirmou a autenticidade da documentação e os fatos retratados nos documentos (evento 308).

356. Então a imputação do crime de lavagem encontra prova documental e testemunhal nos autos.

357. Consta na denúncia, como fato 06, que o acusado Carlos Emanuel de Carvalho Miranda, utilizando produto do crime, adquiriu, em junho de 2013, equipamentos agrícolas no valor de R\$ 155.800,00 junto à empresa Matria Máquinas Tratores e Implementos Agrícolas.

358. À Mátria seria devido apenas o sinal de R\$ 20.540,00, já que o restante era financiado junto ao Banco De Lage.

359. Carlos Emanuel de Carvalho Miranda também devia à Mátria o montante adicional de R\$ 13.817,60 relativamente a títulos e taxas, tudo totalizando R\$ 34.357,60.

360. Parte do pagamento foi efetuada mediante quatro depósitos em dinheiro e estruturados no valor total de R\$ 35.523,00, mas todos inferiores a dez mil reais. A diferença a maior também serviu para quitar a aquisição mencionada no fato 04.

361. Os seguintes depósitos em espécie foram feitos por Carlos Miranda na conta da Mátria Máquinas:

- 30/10/2013 - R\$ 9.900,00;

- 30/10/2013 - R\$ 9.000,00;

- 30/10/2013 - R\$ 9.800,00;

- 30/10/2013 - R\$ 6.823,00.

362. A documentação pertinente encontra-se no evento 1, anexo 32, e foi disponibilizada voluntariamente pela empresa Mátria Máquinas ao Ministério Público Federal. Ali constam:

a) quatro notas fiscais, n.os 16596, 17833, 16595 e 17834, emitidas pela empresa vendedora, a Mátria Máquinas contra Carlos Emaunel de Carvalho Miranda, com compra no valor total de R\$ 155.800,00; e

b) extratos de conta corrente da Mátria Máquinas nos quais se visualizam os depósitos fracionados efetuados por Carlos Emanuel de Carvalho Miranda e que foram identificados pela própria Mátria Máquinas (fls. 21 e 27 do arquivo eletrônico anexo32, evento1).

363. Foi ainda ouvido em Juízo, como testemunha, Leandro Sandro Rocha, gerente da Mátria Máquinas, que confirmou a autenticidade da documentação e os fatos retratados nos documentos (evento 308).

364. Então a imputação do crime de lavagem encontra prova documental e testemunhal nos autos.

365. Examinam-se agora as operações de lavagem por depósitos em espécie estruturados atribuídas a **Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e Adriana de Lourdes Ancelmo**.

366. Consta na denúncia, como fato 07, que os acusados Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e Adriana de Lourdes Ancelmo, utilizando produto do crime, adquiriram, em dezembro de 2010, móveis de escritório junto à empresa Marcenaria Carmona mediante seis depósitos em dinheiro e estruturados no valor total de R\$ 56.349,00, mas todos inferiores a dez mil reais.

367. Os seguintes depósitos em espécie foram feitos na conta da Marcenaria Carmona:

- 17/09/2010 - R\$ 9.000,00;
- 17/09/2010 - R\$ 9.783,00;
- 04/11/2010 - R\$ 9.000,00;
- 04/11/2010 - R\$ 9.783,00;
- 07/01/2011 - R\$ 9.900,00; e
- 07/01/2011 - R\$ 8.883,00.

368. A documentação pertinente encontra-se no evento 1, anexo 34, e foi disponibilizada voluntariamente pela empresa Marcenaria Carmona ao Ministério Público Federal. Ali constam:

a) uma nota fiscal, nº 370, emitida pela empresa vendedora, a Marcenaria Carmona contra Adriana de Lourdes Ancelmo Cabral, com compra no valor total de R\$ 56.349,00; e

b) extratos de conta corrente da Marcenaria Carmona nos quais se visualizam os depósitos fracionados efetuados e que foram identificados pela própria Marcearia (fls. 4-7 e 12-14 do arquivo eletrônico anexo34, evento1).

369. Foi ainda ouvida em Juízo, como testemunha, Lissa Carmona Tozzi, administradora da Marcenaria Carmona, que confirmou a autenticidade da documentação e os fatos retratados nos documentos (evento 341).

370. Então a imputação do crime de lavagem encontra prova documental e testemunhal nos autos.

371. Consta na denúncia, como fato 08, que os acusados Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e Adriana de Lourdes Ancelmo, utilizando produto do crime, adquiriram, em maio de 2014, roupas, especificamente vestidos de festa, junto à empresa Fred & Le Confecções Ltda. ME mediante sete depósitos em dinheiro e estruturados no valor total de R\$ 57.138,00, mas todos inferiores a dez mil reais.

372. Os seguintes depósitos em espécie foram feitos na conta da Fred & Le:

- 07/01/2014 - R\$ 5.238,00;

- 07/01/2014 - R\$ 9.900,00;

- 07/01/2014 - R\$ 9.900,00;

- 07/01/2014 - R\$ 9.900,00;

- 19/03/2014 - R\$ 6.100,00;

- 20/03/2014 - R\$ 7.000,00;

- 20/03/2014 - R\$ 9.000,00.

373. A documentação pertinente encontra-se no evento 1, anexo 35, e foi disponibilizada voluntariamente pela empresa Fred & Le ao Ministério Público Federal. Ali constam:

a) uma nota fiscal, nº 329, emitida pela empresa vendedora, a Fred & Le contra Adriana de Lourdes Ancelmo Cabral, com compra no valor total de R\$ 57.138,00; e

b) extrato de conta corrente da Fred & Le nos quais se visualizam os depósitos fracionados efetuados e que foram identificados pela própria Fred & Le (fls. 4-7 e 10-11 do arquivo eletrônico anexo35, evento1).

374. Foi ainda ouvido em Juízo, como testemunha, Daniele Rocha Santos, empregada da empresa Fred & Le (evento 341), que confirmou a autenticidade da documentação e os fatos retratados nos documentos.

375. Então a imputação do crime de lavagem encontra prova documental e testemunhal nos autos.

376. Consta na denúncia, como fato 09, que os acusados Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e Adriana de Lourdes Ancelmo, utilizando produto do crime, contrataram, em agosto de 2014, serviços de blindagem de veículo

Freelander junto à empresa STA Serviços de Blindagem de Veículos mediante sete depósitos em dinheiro e estruturados no valor total de R\$ 58.000,000, mas todos inferiores a dez mil reais.

377. Os seguintes depósitos em espécie foram feitos na conta da STA Serviços:

- 15/08/2014 - R\$ 9.900,00;
- 15/08/2014 - R\$ 9.300,00;
- 15/08/2014 - R\$ 9.800,00;
- 15/08/2014 - R\$ 9.500,00;
- 15/08/2014 - R\$ 9.500,00;
- 15/08/2014 - R\$ 9.600,00;
- 15/08/2014 - R\$ 400,00.

378. A documentação pertinente encontra-se no evento 1, anexo 36, e foi disponibilizada voluntariamente pela empresa STA Serviços de Blindagem ao Ministério Público Federal. Ali constam:

a) duas notas fiscais, n.os 1838 e 8.915, emitida pela empresa vendedora, a STA Serviços de Blindagem, contra a empresa Coelho e Ancelmo Advogados, dirigida por Adriana de Lourdes Ancelmo Cabral, com compra no valor total de R\$ 58.000,00; e

b) extratos de conta corrente da STA Serviços de Blindagem nos quais se visualizam os depósitos fracionados efetuados e que foram identificados pela própria STA (fls. 7 e 11 do arquivo eletrônico anexo36, evento1).

379. Foi ainda ouvida em Juízo, como testemunha, Stella Maria de Mello Jodar, empregada da STA Serviços de Blindagem, que confirmou a autenticidade da documentação e os fatos retratados nos documentos (evento 341).

380. Então a imputação do crime de lavagem encontra prova documental e testemunhal nos autos.

381. Consta na denúncia, como fatos 18 e 19, que os acusados Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e Adriana de Lourdes Ancelmo, utilizando produto do crime, adquiriram, em junho e setembro de 2011, móveis junto à empresa Artefacto (Proart Decorações Ltda.) mediante quatro depósitos em dinheiro e estruturados no valor total de R\$ 23.811,85, mas todos inferiores a dez mil reais.

382. Os seguintes depósitos em espécie foram feitos na conta da Artefacto:

- 15/06/2011 - R\$ 9.900,00;

- 15/06/2011 - R\$ 3.847,00;
- 16/05/2011 - R\$ 9.000,00; e
- 16/05/2011 - R\$ 1.064,85.

383. A documentação pertinente encontra-se no evento 1, anexo 39, e foi disponibilizada voluntariamente pela empresa Artefacto ao Ministério Público Federal. Ali constam:

a) relação de duas notas fiscais, n.os 7176 e 21249, emitidas pela empresa vendedora, a Artefacto, contra Adriana de Lourdes Ancelmo, com compra no valor total de R\$ 58.000,00; e

b) extratos de conta corrente da Artefacto (Proart Decorações) nos quais se visualizam os depósitos fracionados efetuados e que foram identificados pela própria Proart (fls. 13-15, 28-30 e 34do arquivo eletrônico anexo39, evento1).

384. Então a imputação do crime de lavagem encontra prova documental nos autos.

385. Examinam-se agora as operações de lavagem por depósitos em espécie estruturados atribuídas exclusivamente a **Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho**.

386. Consta na denúncia, como fatos 11 a 16, que o acusado Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, utilizando produto do crime, adquiriu, por diversas vezes, entre 20/07/2011 a 10/06/2015, roupas, especialmente ternos, na empresa Ezeza Brasil Participações Ltda. (Ermenegildo Zegna), mediante depósitos em dinheiro e estruturados.

387. As compras totalizaram R\$ 226.950,00, mas os pagamentos foram feitos mediante vinte e sete depósitos em espécie e estruturados, todos inferiores a dez mil reais.

388. Os seguintes depósitos em espécie foram feitos na conta da Ezeza Brasil por parte de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho:

- 26/05/2011 - R\$ 9.000,00;
- 26/05/2011 - R\$ 9.000,00;
- 26/05/2011 - R\$ 9.000,00;
- 13/04/2012 - R\$ 9.130,00;
- 18/04/2012 - R\$ 9.000,00;
- 18/04/2012 - R\$ 3.895,00;
- 18/04/2012 - R\$ 9.900,00;
- 06/07/2012 - R\$ 9.000,00;

- 06/07/2012 - R\$ 9.900,00;
- 06/07/2012 - R\$ 9.950,00;
- 06/07/2012 - R\$ 9.000,00;
- 06/07/2012 - R\$ 9.900,00;
- 09/07/2012 - R\$ 9.900,00;
- 10/07/2012 - R\$ 9.800,00;
- 10/07/2012 - R\$ 9.900,00;
- 10/07/2012 - R\$ 2.300,00;
- 10/07/2012 - R\$ 9.300,00;
- 10/07/2012 - R\$ 1.000,00;
- 23/10/2012 - R\$ 9.900,00;
- 23/10/2012 - R\$ 4.975,00;
- 23/10/2012 - R\$ 9.000,00;
- 15/05/2013 - R\$ 9.900,00;
- 15/05/2013 - R\$ 6.000,00;
- 09/06/2015 - R\$ 9.500,00;
- 09/06/2015 - R\$ 9.500,00;
- 09/06/2015 - R\$ 9.215,00; e
- 09/06/2015 - R\$ 9.500,00.

389. A documentação pertinente encontra-se no evento 1, anexo 38, e foi disponibilizada voluntariamente pela empresa Ezeza Brasil Participações ao Ministério Público Federal. Ali constam:

a) três cupons fiscais, n.os 9122, 9123 e 9124, emitidos em 20/07/2011 pela empresa vendedora, a Ezeza Participações Ltda., contra cliente identificado como "Sergi", com compras no valor total de R\$ 26.840,00;

b) quatro cupons fiscais, n.os 10715, 10716, 10717 e 4426, emitidos entre 19/04/2012 a 23/05/2012 pela empresa vendedora, a Ezeza Participações Ltda., contra cliente identificado como "Serg", com compras no valor total de R\$ 31.925,00;

c) doze cupons fiscais, n.º 11132, 11133, 11134, 11442, 11443, 11444, 11445, 11446, 11447, 11596, 11597 e 11641, emitidos entre 13/07/2012 a 14/09/2012 pela empresa vendedora, a Ezeza Participações Ltda., contra cliente identificado como "Serg", com compras no valor total de R\$ 89.950,00;

d) quatro notas fiscais, n.º 112, 113, 119 e 120, emitidas entre 26/10/2012 a 30/11/2012 pela empresa vendedora, a Ezeza Participações Ltda., contra Sergio Cabral, com compras no valor total de R\$ 23.875,00;

e) duas notas fiscais, n.os 12 e 838, emitidas entre 15/05/2013 e 21/05/2013 pela empresa vendedora, a Ezeza Participações Ltda., com compras no valor total de R\$ 16.645,00;

f) quatro notas fiscais, n.os 132, 133, 134 e 135, emitidas em 10/06/2015 pela empresa vendedora, a Ezeza Participações Ltda., com compras no valor total de R\$ 37.715,00;

g) extratos de conta corrente da empresa Ezeza Brasil Participações nos quais se visualizam os depósitos fracionados efetuados e que foram identificados pela própria Ezeza (fls. 12-157 do arquivo eletrônico anexo38, evento1, com relação dos depósitos de Sergio Cabral na fl. 12 e relação das compras de Sergio Cabral com discriminação dos pagamentos pertinentes na fl. 204);

h) fotos extraídas quando da busca e apreensão na residência de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho de diversos ternos da marca Ermenegildo Zegna ali encontrados (fls. 4-9 do arquivo eletrônico anexo38, evento 1);

390. Foram ainda ouvidos em Juízo, como testemunhas, Alexandre Cardoso Ferreira e Fábio Trigo Martins, empregados da Ezeza, que confirmaram a autenticidade da documentação e os fatos retratados nos documentos (eventos 341 e 346).

391. Então a imputação do crime de lavagem encontra prova documental e testemunhal quanto aos fatos 11 a 16 narrados na denúncia.

392. Reporta-se ainda o MPF à aquisição efetuada pelo acusado Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, consubstanciada em duas notas fiscais, n.os 1966 e 5643, emitidas em 14/12/2015 pela empresa vendedora, a Ezeza Participações Ltda., com compras no valor total de R\$ 37.715,00. Entretanto, nessa caso, apesar da empresa ter atribuído essas compras a Sergio Cabral, observa-se que, em uma nota, não há identificação do cliente, e, na outra, o cliente é identificado como Luiz Carlos Bezerra (fls. 163 e 197 do arquivo eletrônico anexo38, evento 1). Nessa condição, a prova não é consistente o suficiente para atribuir essa aquisição a Sergio de Oliveira Cabral Santos Filhos e, por conseguinte, os depósitos fracionados correspondentes.

393. Consta na denúncia, como fato 25, ainda mais uma compra efetuada na Ezeza Participações Ltda., em circunstâncias similares, com o diferencial de que a nota foi emitida contra Adriana de Lourdes Ancelmo, o que levou o MPF a imputar o crime de lavagem a ela e a Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho. Segundo ali consta, utilizando produto do crime, ambos adquiriram,

em setembro de 2011, roupas, na empresa Ezeza Brasil Participações Ltda. (Ermenegildo Zegna), mediante três depósitos em dinheiro e estruturados no valor total de R\$ 14.255,00, mas todos inferiores a dez mil reais.

394. Os seguintes depósitos em espécie foram feitos na conta da Ezeza Brasil por parte de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho:

- 12/05/2011 - R\$ 9.000,00;
- 12/05/2011 - R\$ 3.255,00; e
- 12/05/2011 - R\$ 2.000,00.

395. A documentação pertinente encontra-se no evento 1, anexo 38, e foi disponibilizada voluntariamente pela empresa Ezeza Brasil Participações ao Ministério Público Federal. Ali constam:

a) uma nota fiscal, n.º 606, emitida em 29/09/2011 pela empresa vendedora, a Ezeza Participações Ltda., contra Adriana de Lourdes Ancelmo com compras no valor total de R\$ 14.030,00 (fl. 199 do anexo38, evento1);

b) extratos de conta corrente da empresa Ezeza Brasil Participações nos quais se visualizam os depósitos fracionados efetuados e que foram identificados pela própria Ezeza (fls. 12-157 do arquivo eletrônico anexo38, evento1, com relação dos depósitos de Adriana Ancelmo na fl. 13 e relação das compras de Adriana Ancelmo com discriminação dos pagamentos pertinentes na fl. 204).

396. Foram ainda ouvidos em Juízo, como testemunhas, Alexandre Cardoso Ferreira e Fábio Trigo Martins, empregados da Ezeza, que confirmaram a autenticidade da documentação e os fatos retratados nos documentos (eventos 341 e 346).

397. Então a imputação do crime de lavagem encontra prova documental e testemunhal quanto aos fatos 11 a 16 e 25 narrados na denúncia.

398. Examinam-se agora as operações de lavagem por depósitos em espécie estruturados atribuídas a **Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho**.

399. **Consta** na denúncia, como fato 10, que o acusado Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho, utilizando produto do crime, adquiriu, em dezembro de 2013, móvel junto à empresa Maxcoil Colchões mediante seis depósitos em dinheiro e estruturados no valor total de R\$ 17.300,000, mas todos inferiores a dez mil reais.

400. Os seguintes depósitos em espécie foram feitos na conta da Maxcoil Colchões:

- 10/12/2013 - R\$ 3.000,00;
- 10/12/2013 - R\$ 3.000,00;
- 10/12/2013 - R\$ 3.000,00;

- 10/12/2013 - R\$ 3.000,00;
- 10/12/2013 - R\$ 3.000,00; e
- 10/12/2013 - R\$ 2.300,00.

401. A documentação pertinente encontra-se no evento 1, anexo 37, e foi disponibilizada voluntariamente pela empresa Maxcoil Colchões Ltda. ao Ministério Público Federal. Ali constam:

a) uma nota fiscal, n.º 054845, emitida pela empresa vendedora, a Maxcoil Colchões, contra Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho, com compra no valor total de R\$ 17.300,00; e

b) extratos de conta corrente da Maxcoil nos quais se visualizam os depósitos fracionados efetuados e que foram identificados pela própria Maxcoil (fls. 3 e 9 do arquivo eletrônico anexo37, evento1).

402. Foi ainda ouvido em Juízo, como testemunha, Betânia Morandi Donatti, empregada da Macoil, que confirmou a autenticidade da documentação e os fatos retratados nos documentos (evento 274).

403. Então a imputação do crime de lavagem encontra prova documental e testemunhal nos autos.

404. Consta na denúncia, como fato 24, que o acusado Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho, utilizando produto do crime, adquiriu, em maio de 2013, embarcação naval (barco inflável com motor) junto à empresa Flexboat Construções Náuticas Ltda. mediante vinte e nove depósitos em dinheiro e estruturados no valor total de R\$ 264.000,000, mas todos inferiores a dez mil reais.

405. Na conduta, o acusado teria, segundo a denúncia, tido o apoio de sua esposa Mônica Araújo Macedo Carvalho.

406. Os seguintes depósitos em espécie foram feitos na conta da Flexboat:

- 30/04/2013 - R\$ 9.000,00;
- 30/04/2013 - R\$ 8.000,00;
- 30/04/2013 - R\$ 8.000,00;
- 30/04/2013 - R\$ 8.000,00;
- 30/04/2013 - R\$ 8.000,00;
- 30/04/2013 - R\$ 8.000,00;
- 30/04/2013 - R\$ 3.000,00;
- 30/04/2013 - R\$ 9.800,00;

- 30/04/2013 - R\$ 9.300,00;
- 30/04/2013 - R\$ 9.800,00;
- 30/04/2013 - R\$ 9.900,00;
- 30/04/2013 - R\$ 9.700,00;
- 30/04/2013 - R\$ 9.600,00;
- 30/04/2013 - R\$ 9.500,00;
- 30/04/2013 - R\$ 9.400,00;
- 30/04/2013 - R\$ 9.300,00;
- 30/04/2013 - R\$ 9.000,00;
- 30/04/2013 - R\$ 8.000,00;
- 30/04/2013 - R\$ 9.900,00;
- 30/04/2013 - R\$ 9.500,00;
- 30/04/2013 - R\$ 9.600,00;
- 30/04/2013 - R\$ 9.700,00;
- 30/04/2013 - R\$ 9.842,00;
- 30/04/2013 - R\$ 9.000,00;
- 30/04/2013 - R\$ 9.900,00;
- 30/04/2013 - R\$ 1.300,00;
- 30/04/2013 - R\$ 1.158,00;
- 30/04/2013 - R\$ 9.000,00; e
- 30/04/2013 - R\$ 9.800,00.

407. Adicionalmente, a embarcação foi registrada em nome de Wilson da Silva Carvalho Júnior que é irmão de Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho.

408. A documentação pertinente encontra-se no evento 1, anexo46, e foi disponibilizada voluntariamente pela empresa Flexboat Construções Náuticas Ltda. ao Ministério Público Federal. Ali constam:

a) duas notas fiscais, n.os 1.219 e 341, emitidas, em 09/05/2013, pela empresa vendedora, a Flexboat do Brasil, contra Wilson da Silva Carvalho Júnior, com compra no valor total de R\$ 264.000,00, constando o recibo de entrega do

produto subscrito pela acusada Mônica Araújo Macedo Carvalho;

b) contrato para aquisição da embarcação assinado em 13/05/2013 pela acusada Mônica Araújo Macedo Carvalho;

c) extratos de conta corrente da Flexboat nos quais se visualizam os depósitos fracionados efetuados e que foram identificados pela própria Flexboat (fls. 10 e 20-22 do arquivo eletrônico anexo46, evento1).

409. Foram ainda ouvidos em Juízo, como testemunhas, Jaime José Alves Filho e Giovanni Murro Júnior, gerentes da Flexboat, que confirmaram a autenticidade da documentação e os fatos retratados nos documentos (evento 308).

410. Então a imputação do crime de lavagem encontra prova documental e testemunhal nos autos.

411. Foram interrogados os acusados em Juízo sobre essas operações (evento 448).

412. Em síntese, nenhum deles questionou a ocorrência dos fatos.

413. Como alibi, Mônica Araújo Macedo Carvalho, relativamente à imputação que lhe é feita, declarou que os pagamentos para aquisição da embarcação e motor da Flexboat teriam sido feitas exclusivamente por seu marido Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho.

414. Na mesma linha, Adriana de Lourdes Ancelmo, relativamente à imputação que lhe é feita, confirmou que realizou as aquisições, mas que foi o seu marido, Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, quem se encarregou do pagamento.

415. Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho e Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho admitiram, em síntese, serem responsáveis pelos pagamentos relativos às aquisições imputadas às suas esposas.

416. Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho não lograram, em seus interrogatórios, explicar o motivo de terem realizadas as aludidas aquisições de bens por meio de operações em espécie e estruturadas em transações inferiores, sempre, a dez mil reais.

417. Também em comum não lograram dar uma explicação precisa da origem do dinheiro.

418. Transcreve-se do depoimento de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho:

"Juiz Federal:- Certo. A acusação também aqui, senhor Sérgio Cabral, ela faz referência a diversas aquisições de bens que o senhor e a sua esposa teriam realizado que, segundo a acusação, são diversas aquisições em espécie, especialmente aquisições feitas através de depósitos em espécies fracionadas. O senhor gostaria de explicar isso, de fornecer alguma explicação a esse respeito?... Não, o silêncio, o senhor tem que dizer que não responde.

Sérgio Cabral:- Tá, vou responder aos advogados. Desculpa, doutor Sergio.

Juiz Federal:- Senão é brincar de vaca amarela.

Sérgio Cabral:- Hanhan.

Juiz Federal:- Perfeito. Parte da acusação há uma referência aqui nos fatos, fato 11, fato 12, fato 13, fato 14, fato 15, fato 16 e fato 17, há diversas aquisições de roupas, por exemplo, dentre aquelas aquisições em espécie que eu falei aqui para o senhor, eu vou ficar apenas nessa. Já que o senhor adiantou que não pretende responder. Diversas aquisições de roupas que o senhor teria feito, isso baseado em afirmações da própria Ermenegildo Zegna. Por exemplo, o senhor teria gasto cerca de 282 mil reais em roupas na Ermenegildo Zegna, isso entre 2011 e 2016. E o que é afirmado pelo menos pelo Ministério Público é que diversas dessas aquisições teriam sido feitas em espécie e de uma forma fracionada. Por exemplo, aqui na folha 39 da denúncia se tem a afirmação que relativamente à aquisição de 3 notas fiscais aqui especificadas teria sido pago em 06/07/2012, mediante um depósito de 9 mil reais, um depósito de 9.900, um depósito de 9.950, depois mais um depósito de 9 mil, outro de 9.900, depois em 09/07 um de 9.900, em 10/07 um de 9.800, em 10/07 um de 9.900, em 10/07 um outro de 2.300, em 10/07 um de 9.300, em 10/07 de 1000 reais. O senhor sabe me explicar esse perfil de pagamentos, isso se repete em vários fatos relacionados na denúncia. O Ministério Público chama isso de fracionamento para não identificar essas transações. O senhor gostaria de dar alguma explicação?

Defesa:- Eu vou dar explicação na pergunta dos meus advogados.

Juiz Federal:- Perfeito. Então, basicamente são essas as questões, teria outras, mas também não quero ser cansativo aqui, passo ao Ministério Público."

419. Na resposta ao seu defensor, o acusado Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho alegou que também havia pagamento por valores maiores a dez mil reais e ainda sugeriu que o fracionamento decorreria de parcelamento:

"Defesa:- O Ministério Público diz que os pagamentos dessas mercadorias foram feitos propositalmente abaixo de 10 mil reais, com a finalidade específica de burlar a fiscalização do Coaf. Isso é verdade?

Sérgio Cabral:- Não é verdade, há compras feitas abaixo e acima desse valor. Então, portanto, verifica-se aí na lista de compras que há valores superiores a esse e valores inferiores a esse, jamais dei esse tipo de orientação a qualquer pessoa.

Defesa:- O senhor tinha o hábito de pagar parceladamente as suas compras?

Sérgio Cabral:- Tinha o hábito de pagar parceladamente.

Defesa:- A esses estabelecimentos comerciais o senhor solicitou que não fossem emitidas notas fiscais em seu nome ou que esses estabelecimentos emitissem em nome de terceiros?

Sérgio Cabral:- Não, sempre em meu nome e no nome da Adriana, minha mulher, mas sempre de minha responsabilidade.

Defesa:- Pois bem, com relação a sua mulher, algumas das notas fiscais de fato estão em nome dela. Era ela que fazia essas compras?

Sérgio Cabral:- As compras eram feitas por mim, com recursos meus e sob minha responsabilidade. Havia alguns produtos que ela poderia escolher o produto. Uma coisa pra casa, um vestido que eu havia comprado pra ela, agora, são recursos meus, recursos próprios meus, recursos. Eu vejo aqui, doutor Moro, que o senhor, vossa excelência tem ouvido aqui muitas observações a respeito de caixa 2, sobra de campanha, isso é fato. Isso é um fato real na vida nacional. E eu reconheço esse erro, reconheço. São recursos advindos de recursos próprios e recursos de sobras de campanha e de caixa 2. Esses recursos, nada a ver nem com a minha mulher e muito menos a ver com essa questão dessa acusação de Comperj."

420. A explicação não é, contudo, consistente com as provas dos autos. As aquisições eram superiores a dez mil reais, mas o pagamentos eram fracionados em depósitos em espécie de valor sempre inferior a dez mil reais.

421. Ainda que existam também alguns pagamentos em valor superior a dez mil reais sem estruturação, há uma quantidade significativa de transações estruturadas como visto no presente tópico.

422. Parcelamento, por outro lado, não é uma explicação consistente com a realização de diversos pagamentos na mesma data de valor inferior a dez mil reais.

423. Quanto à origem, a única explicação de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filhos foi a de que os recursos utilizados para as aquisições seriam provenientes de "recurso próprios e com sobras de campanha".

424. No trecho seguinte, respondendo a questões do Juízo, assumiu mais claramente a responsabilidade pelas aquisições e pagamentos narrados na denúncia e a ele imputados e igualmente aqueles pagamentos imputados também a sua esposa:

"Juiz Federal:- Certo. Eu me sinto compelido a solicitar alguns esclarecimentos do senhor, o senhor escolhe se responde ou não. Eu vou perguntar por conta das respostas que o senhor deu aos seus defensores. A denúncia, o senhor deve ter lido a denúncia, eu quero que isso fique claro, se é essa a sua resposta. Uma série de fatos que são aquisições de bens pelo senhor, pela sua esposa, e várias vezes pelo senhor e sua esposa em conjunto..."

Sérgio Cabral:- Por mim, excelência.

Juiz Federal:- Tá, essa questão...

Sérgio Cabral:- Por mim.

Juiz Federal:- Em relação a todos esses fatos é o senhor, então foi o responsável...

Sérgio Cabral:- Eu sou o responsável.

Juiz Federal:- Por exemplo, o senhor, como eu disse, fique à vontade para responder ou não. No fato 8 da denúncia há uma referência aqui a uma aquisição de vestidos de 57.098 reais, que evidentemente deve ter sido para a sua esposa.

Sérgio Cabral:- Isso?

Juiz Federal:- Esses pagamentos o senhor que foi responsável?

Sérgio Cabral:- Eu fui o responsável.

Juiz Federal:- Os recursos o senhor que era o responsável?

Sérgio Cabral:- Exatamente.

Juiz Federal:- Consta lá, por exemplo, em 07/01/14 pagamento de 5.238, 9.900 na mesma data, mais 9.900, mais 9.900 em 07/01/14, em 19/03 6.100, 20/03...

Sérgio Cabral:- Eu sou o responsável.

Juiz Federal:- O senhor é responsável por todos?

Sérgio Cabral:- Excelência, eu sou o responsável.

Juiz Federal:- O senhor também, respondendo ali a questões do seu advogado, o senhor disse que tinha pagamentos superiores, mas na denúncia aqui os pagamentos são basicamente todos inferiores a 10 mil reais, esses que foram depositados em dinheiro. O senhor tem alguma explicação pra esses pagamentos serem todos abaixo de 10 mil reais?

Sérgio Cabral:- Não tenho explicação, mas posso dizer que não tem nada a ver com a minha mulher. As pessoas responsáveis, Sônia Batista, Carlos Miranda, jamais trataram com a minha mulher qualquer tipo de assunto financeiro.

Defesa:- Excelência, apenas um esclarecimento de fato. Os fatos 29 a 30, vários depósitos em quantia superior a 10 mil reais, 18.300, 18.300, 13.000...

Juiz Federal:- Certo, mas a grande maioria deles até lá, são todos abaixo de 10 mil reais.

Defesa:- Alguns sim.

Juiz Federal:- Basicamente todos né, doutor, mas, tudo bem. Na mesma linha, o senhor fique à vontade para responder ou não.

Sérgio Cabral:- Pois não, excelência.

Juiz Federal:- Tem um pagamento de blindagem, eu pergunto isso, porque é um veículo que foi faturado em nome do escritório Coelho e Anselmo Advogados. Isso está no fato 9 da denúncia...

Sérgio Cabral:- Perfeito.

Juiz Federal:- E consta esses pagamentos também estruturados. O responsável foi o senhor e não sua esposa?

Sérgio Cabral:- Fui eu o responsável. A Sônia Batista, reitero aqui a vossa excelência, a senhora Sônia Batista e o senhor Carlos Miranda jamais tiveram quaisquer reuniões com a minha mulher para tratar de gastos.

Juiz Federal:- O senhor mencionou também essa questão de sobras de campanha. O senhor gostaria de dizer, dar mais detalhes a respeito disso?

Sérgio Cabral:- Excelência, eu estou assistindo e vendo da minha cela na televisão...

Juiz Federal:- Não, mas, assim, sobre os fatos específicos, porque veja, a sua afirmação é sobras de campanha, não é?

Sérgio Cabral:- Isso.

Juiz Federal:- Então, assim, alguma coisa mais detalhada, de onde vieram esses recursos, que empresas, da onde veio essa sobra de campanha?

Sérgio Cabral:- Excelência, acho que não tem a ver com o tema aqui em questão. Eu poderia numa outra oportunidade até fazer esclarecimentos sobre isso. Como não tem nada a ver com a Petrobras, como não tem nada a ver com o Comperj, esse vínculo é um vínculo absurdo. Jamais pedi ao senhor Paulo Roberto Costa, posso lhe assegurar isso, qualquer apoio financeiro de campanha. Isso é um invencionice do senhor Paulo Roberto, então..."

425. O álibi é inaceitável. Não é viável admitir álibi de que as aquisições foram feitas com recursos próprios ou com sobras de campanha com base somente na palavra do acusado Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, quando ausente qualquer outra mínima prova, e máxime quando o acusado ou sua Defesa sequer prestam qualquer informação específica sobre origem desses valores, como por exemplo das afirmadas "sobras de campanha". Quem teria doado valores que teriam sobrado? Quando isso aconteceu e em qual montante? Nada disso foi esclarecido pelo acusado, tornando o álibi vago e, por conseguinte, de inviável acolhimento.

426. Transcreve-se do depoimento de Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho:

"Juiz Federal:- Consta aqui que foi pago 264 mil reais, o preço do barco, foi isso?

Wilson Carlos Carvalho:- Como eu disse ao senhor, excelência, em torno de 260 mil reais pelo que eu me recordo.

Juiz Federal:- Consta aqui no processo, folhas 56 e 57, essa informação, segundo o Ministério Público, foi prestada pela vendedora, foram 29 transações, consta aqui, por exemplo, em 30/04/2013 um depósito em espécie de 9.000 reais, outro de 8.000 reais, outro de 8.000 reais, mais 3 de 8.000 reais, um de 3.000 reais, um de 8.900 reais, outro de 9.300 reais, outro de 9.800 reais, mais um de 9.900, depois um de 9.700, depois um de 9.600, 9.500, 9.400, 9.300, 9.000, 8.000, 9.900, 9.500, 9.600, 9.700, isso em 30/04/2013. Depois em 02/05/2013 tem um de 9.842, 9.000, 9.900, 1.300, 1.158, 9.000, 9.800. O senhor pode me explicar porque foi dessa forma?

Wilson Carlos Carvalho:- Excelência, como eu já narrei a vossa excelência, eu solicitei a conhecidos que fizessem... Na verdade eu adquiri esse empréstimo com conhecidos e paguei ao longo dos meses subsequentes, dos 24 meses

subsequentes, a esses conhecidos. Então, eu solicitei que eles fizessem o depósito diretamente, o pagamento diretamente à Flexboat, entendo que por serem pessoas atarefadas possam ter solicitado a portadores, boy, para que fizessem o depósito, eu não sei exatamente...

Juiz Federal:- E daí teriam solicitado vários depósitos de 9.000, 8.000 reais, de 9.800, 9.300. Não entendi a questão do boy?

Wilson Carlos Carvalho:- Eu solicitei ao...

Juiz Federal:- A quem o senhor... Quem pagou esses valores aqui, com quem o senhor fez empréstimo?

Wilson Carlos Carvalho:- Excelência, eu vou me permitir preservar a identidade dessas pessoas. Não queria expor, por mais que isso pudesse me prejudicar, não gostaria de expor as pessoas que me estenderam a mão na hora em que eu precisei.

Juiz Federal:- E tem algum contrato?

Wilson Carlos Carvalho:- Não, não, empréstimo entre amigos, entre conhecidos.

Juiz Federal:- Por que o senhor não arrolou essas pessoas como testemunhas nesse processo?

Wilson Carlos Carvalho:- Eu, excelência, na verdade estabeleci com os meus advogados que eu não quis trazer ninguém, nem como testemunha, não quero expor ninguém, não vou citar o nome de ninguém, eu...

Juiz Federal:- Mas aí o senhor, com base na sua palavra esses 264 vieram de outras pessoas, esses depósitos vieram de outras pessoas?

Wilson Carlos Carvalho:- Exatamente, conhecidos, empréstimos que eu pude pagar ao longo dos meses subsequentes, é importante deixar claro...

Juiz Federal:- Como é que o senhor pagou a essas pessoas nos meses subsequentes?

Wilson Carlos Carvalho:- Fui pagando aos poucos, na medida das minhas...

Juiz Federal:- Como o senhor pagou essas pessoas?

Wilson Carlos Carvalho:- Ia pagando em dinheiro, é importante deixar claro, excelência, eu sempre, eu preferi sempre ter os meus recursos, ao invés de deixar no banco eu me senti sempre mais seguro ter esses recursos comigo. Então sempre que eu podia eu sacava recursos do banco, dos meus proventos, e mantinha, quando pagava as minhas contas eu mantinha esses recursos em minha posse.

Juiz Federal:- Quanto tempo o senhor levou para pagar esse empréstimo?

Wilson Carlos Carvalho:- Mais de 2 anos, em meados de 2015 mais ou menos.

Juiz Federal:- 2015? Tinha uma regularidade?

Wilson Carlos Carvalho:- Não, não, na medida das minhas... Eram conhecidos, na medida da minha possibilidade.

(...)

Juiz Federal:- Alguns esclarecimentos, aqui que me ocorreu, apenas do juízo, aquele empréstimo do barco, de 260 mil, que o senhor fez, o senhor declarou também esse empréstimo no imposto de renda?

Wilson Carlos Carvalho:- Não, excelência, o empréstimo foi feito...

Juiz Federal:- Por qual motivo?

Wilson Carlos Carvalho:- Não me ative a esse importante detalhe na ocasião, mas...

Juiz Federal:- Se eu entendi também, e não entendi errado, o senhor devia 130.000 ao seu irmão?

Wilson Carlos Carvalho:- Não, eu devia, eu tinha uma dívida com o meu irmão de 150.000 reais.

Juiz Federal:- 150.000?

Wilson Carlos Carvalho:- É.

Juiz Federal:- E o senhor emprestou 260 de outras pessoas para comprar o barco?

Wilson Carlos Carvalho:- É, eu adquiri o empréstimo com os conhecidos para adquirir a embarcação, para o desfrute do nosso núcleo familiar. E o meu irmão aceitou então que, metade do barco era dele. Eu paguei cem por cento do financiamento, mas liquidei uma dívida que eu tinha com ele de 150.000, foi isso que eu esclareci e...

Juiz Federal:- Tá bom. Tem alguma coisa que o senhor gostaria de dizer ainda?

Wilson Carlos Carvalho:- Para encerrar?

Juiz Federal:- Isso."

427. Como se verifica no final do trecho transcrito, o acusado Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho apresentou uma explicação inusitada para o barco ter sido registrado no nome do irmão Wilson da Silva Carvalho Júnior. Segundo ele, o acusado devia cento e cinquenta mil reais ao irmão. Daí resolver adquirir o barco para ambos, já que irmãos, oportunidade na qual liquidaria a dívida de cento e cinquenta mil reais com o irmão.

428. O mais interessante da versão é que o acusado Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho também não tinha dinheiro para comprar o barco de 267 mil reais, então emprestou os recursos de terceiro, que teria pago diretamente o preço ao vendedor.

429. Parece pouco plausível que alguém que já devesse 150 mil reais, resolvesse comprar um barco sem ter recursos próprios, emprestando mais 267 mil reais.

430. De todo modo, não é viável aqui admitir o álibi de que os pagamentos teriam sido feitos por terceiros com base somente na palavra do acusado Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho, máxime quando ausente qualquer outra prova e quando o acusado sequer presta qualquer informação ou detalhe sobre o afirmado empréstimo, recusando-se inclusive a identificar os supostos mutuantes.

431. Mesmo defeito padece seu álibi em relação ao fato 10 narrado na denúncia (itens 399-403), tendo ele afirmado no interrogatório que o bem em questão foi um presente de um "amigo", mas ausente qualquer discriminação ou detalhamento de quem seria. A nota fiscal foi emitida contra o nome do próprio acusado Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho e não de terceiro, o que seria o usual se a aquisição fosse feita por outra pessoa. Não existe qualquer registro na documentação fornecida pela empresa (evento 1, anexo37) do envolvimento de um terceiro e não é possível acolher um álibi de negativa de autoria com base apenas na palavra vaga do acusado.

432. Já Carlos Emanuel de Carvalho Miranda ficou em silêncio. Sua Defesa, nas alegações finais, tampouco apresentou explicação para a realização dos pagamentos com depósitos estruturados e em espécie ou ainda sobre a origem dos recursos utilizados.

433. Os fatos examinados neste tópico, aquisição de diversos bens com depósitos em espécie e transações estruturadas, configuram crimes de lavagem de dinheiro.

434. A realização de transações em espécie por si só não configura lavagem de dinheiro.

435. Entretanto, aqui identificado um padrão, com a sistemática realização de pagamentos com depósitos em espécie vultosos, o que refoge à normalidade.

436. O objetivo é óbvio, evitar que os valores transitassem previamente em contas bancárias titularizadas pelos próprios acusados e gerassem suspeita de enriquecimento ilícito.

437. Com a medida igualmente dificulta-se o rastreamento da origem dos valores envolvidos.

438. Mas, mais do que isso, as condutas que caracterizam explicitamente a lavagem consistem na estruturação sistemática dos pagamentos em depósitos em espécie de valor inferior a dez mil reais.

439. Em relação a todos eles, não há nenhuma causa econômica lícita imaginável que justifique que alguém, exemplificadamente, escolha realizar, na mesma data e para o mesmo beneficiário, diversos pagamentos de valores inferiores a dez mil reais ao invés de um único depósito no montante global. Como exemplos, tomem-se os três casos mais aberrantes, o do item 348, com doze depósitos em espécie, todos inferiores a dez mil reais, na mesma data, o do item

388, com vinte e sete depósitos em espécie, todos inferiores a dez mil reais, para o mesmo vendedor em oito datas entre 26/05/2011 a 09/06/2015, e o do item 406, com vinte e nove depósitos, todos inferiores a dez mil reais, na mesma data.

440. Tanto não há uma causa econômica lícita, que os três referidos acusados e seus defensores não lograram apresentar nenhuma explicação, embora não tenham negado os fatos.

441. O propósito óbvio de tal conduta, internacionalmente denominada de "smurfing", é burlar os já examinados sistemas de prevenção e controle da lavagem de dinheiro instituídos pela Lei n.º 9.613/1998 e pela Circular n.º 3.461, de 24/07/2009, do Banco Central.

442. A estruturação de transações financeiras para evitar uma comunicação no âmbito do sistema financeira configura conduta de ocultação e dissimulação apta a tipificar o crime de lavagem de dinheiro previsto no caput do art. 1º da Lei n.º 9.613/1998.

443. O argumento das Defesas de que não haveria lavagem pois as aquisições geraram notas fiscais emitidas em nome dos acusados não é consistente.

444. A ocultação e dissimulação ocorreu em relação aos pagamentos das aquisições de bens.

445. Os sistemas de prevenção e controle de lavagem de dinheiro são relativamente mais eficientes no âmbito das instituições financeiras e a estruturação buscou burlar esses sistemas, ocultando as transações dos "radares" bancários.

446. Já as empresas fornecedores de bens, a maioria delas sequer está sujeita às obrigações de vigilância da Lei n.º 9.613/1998 e mesmo em relação as que estão, os sistemas de controle e prevenção são muito mais precários do que aqueles instituídos no âmbito das instituições financeiras.

447. Assim, a aquisição de bens com notas fiscais nominais não afasta a ocultação e dissimulação das transações financeiras, visto que o objetivo era evitar que as instituições financeiras detectassem as operações e as comunicassem ao COAF e este, sucessivamente, às autoridades encarregadas da investigação e persecução de crimes.

448. Não há falar que não haveria lavagem porque esta exigiria a prática de condutas destinadas a conferir ao produto do crime aparência lícita.

449. Considerando a redação do caput do art. 1ª da Lei n.º 9.613/1998, qualquer conduta de ocultação e dissimulação de qualquer característica do produto do crime é apta a tipificar o crime de lavagem de dinheiro. Não se exige, portanto, para a tipificação ou consumação do crime a prática completa do ciclo de lavagem, com as comumente identificadas etapas da colocação, circularização e integração.

450. Assim, a estruturação de transação financeira que envolva produto de crime de forma a evitar a sua detecção pelos sistemas de prevenção e controle de lavagem de dinheiro é apta a tipificar sozinha o crime de lavagem, pois caracteriza ocultação e dissimulação de produto de crime.

451. Adicionalmente, na denúncia, em relação aos fatos dos itens 404-410 e 393-397 (fatos 24 e 25), alega-se que teria havido a aquisição de bens com pessoa interposta.

452. No primeiro caso, a denúncia reporta-se à colocação da embarcação em nome do irmão de Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho, embora a aquisição do bem tenha sido feita por ele, assim como eram dele os recursos utilizados nas transações. Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho apresentou, como visto nos itens 427-430, uma explicação nada convincente para a colocação do bem no nome do irmão, uma suposta união familiar muito próxima. Ora, o irmão foi de fato utilizado como pessoa interposta. Mas a questão é na prática irrelevante para o julgamento, pois o crime de lavagem já se configurou pela estruturação das transações de pagamento para evitar os sistemas de controle e prevenção. Não é necessária para a configuração do crime de lavagem a adoção de mecanismos de ocultação adicionais.

453. No segundo caso, a denúncia reporta-se à aquisição de roupas com nota emitida em nome de Adriana de Lourdes Ancelmo, enquanto o beneficiário seria Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho. Aqui, porém, a explicação apresentada pela acusada, em seu interrogatório, de que comprou as roupas para o marido, é plausível (evento 448), motivo pelo qual não deve ser considerado que houve a intenção de ocultar mediante utilização de pessoa interposta. Mas, igualmente, a questão é na prática irrelevante, pois o crime de lavagem já se configurou pela estruturação das transações de pagamento para evitar os sistemas de controle e prevenção. Não é necessária para a configuração do crime de lavagem a adoção de mecanismos de ocultação adicionais.

454. Segundo a denúncia, as transações financeiras estruturadas envolveriam recursos que teriam origem no crime de corrupção passiva examinado anteriormente, ou seja, no pagamento de vantagem indevida de R\$ 2.700.000,00 pela Andrade Gutierrez aos três acusados no âmbito do contrato de terraplanagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) celebrado entre o Consórcio Terraplanagem COMPERJ com a Petrobrás, em 28/03/2008.

455. As Defesas argumentam não há prova de que os recursos utilizados nas transações financeiras estruturadas seriam provenientes dos valores recebidos como propina no referido acerto de corrupção.

456. Entretanto, nem os três referidos acusados, Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, Carlos Emanuel de Carvalho Miranda ou Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho, nem os seus defensores, esclarecem a origem do numerário utilizado nas transações financeiras estruturadas, salvo as vagas referências a "recursos próprios", "sobras de campanha" e "empréstimos de terceiros", sem qualquer prova ou descrição minimamente destalhada.

457. Dinheiro é fungível.

458. Conforme visto no tópico anterior, a vantagem indevida foi entregue pela Andrade Gutierrez aos três referidos acusados, especificamente a Carlos Emanuel de Carvalho Miranda, em espécie, sendo sucessivamente destinada aos outros dois.

459. As transações financeiras estruturadas são constituídas por depósitos em espécie.

460. É o que basta para estabelecer a ligação entre o crime antecedente e o de lavagem.

461. Inviável, como aparentemente pretendem as Defesas, demonstrar que há uma identidade entre as cédulas de dinheiro recebidas no acerto de corrupção com as cédulas de dinheiro utilizadas para as transações financeiras estruturadas.

462. É de se admitir a hipótese, já que os três referidos acusados respondem a diversas outras ações penais perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro, de que o dinheiro em espécie recebido no acerto de corrupção com os dirigentes da Andrade Gutierrez relativamente ao contrato de terraplanagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) tenha sido misturado com dinheiro em espécie recebido em outros acertos de corrupção, antes de ter sido gasto com transações financeiras estruturadas.

463. Mas isso não altera quadro, pois dinheiro proveniente de corrupção misturado com dinheiro proveniente de outros crimes de corrupção continua sendo produto do crime de corrupção.

464. Por outro lado, a própria adoção pelos três referidos acusados de mecanismos de ocultação e dissimulação, especificamente a sistemática estruturação de transações financeiras para evitar comunicação de operação suspeita, constitui prova, ainda que indireta, da origem e natureza criminosa dos recursos envolvidos.

465. Afinal, como visto, não existe qualquer causa econômica lícita cogitável para tal proceder - e os acusados e suas Defesas falharam em apresentar qualquer explicação, do que é possível concluir que os recursos foram submetidos às condutas de ocultação e dissimulação exatamente porque tinham origem e natureza criminosa. Não há, afinal, motivo para lavar dinheiro de procedência lícita.

466. Não há, por outro lado, qualquer confusão entre os crimes de lavagem e o antecedente crime de corrupção. A vantagem indevida, a propina, foi entregue em espécie pela Andrade Gutierrez aos acusados e, posteriormente, foi por eles gasta para aquisição de bens de consumo, com a realização dos pagamentos mediante condutas de ocultação e dissimulação, a fim de prevenir a identificação deles pelos sistemas de prevenção e controle de lavagem de dinheiro no âmbito das instituições financeiras. Há atos distintos e que foram executados em momentos temporais igualmente distintos.

467. Portanto, cumpre reconhecer, nas condutas descritas no itens 341-410, retro, e que correspondem aos fatos 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 18, 19, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 25, 10 e 24, narrados na denúncia, crimes de lavagem de dinheiro.

468. São quatro crimes de lavagem de dinheiro imputáveis a Carlos Emanuel de Carvalho Miranda, doze crimes de lavagem de dinheiro imputáveis a Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e dois crimes de lavagem de dinheiro imputáveis a Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho.

II.10

469. A denúncia ainda se reporta a quatro crimes de lavagem de dinheiro que teriam sido caracterizados pela aquisição de bens, com produto de crime, com utilização de pessoa interposta (fatos 20 a 23)

470. Consta na denúncia, como fato 20, que os acusados Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e Adriana de Lourdes Ancelmo, utilizando produto do crime, adquiriram, entre abril a agosto de 2014, móveis e tecidos junto à empresa Têxtil Beraldin Indústria e Comércio de Tecidos Ltda. no valor total de R\$ 73.129,65.

471. Segundo a denúncia, os valores foram pagos com dinheiro em espécie, três parcelas de R\$ 24.376,55.

472. Os valores foram entregues inicialmente para a arquiteta Ana Lúcia Jucá Moreira Dias e foram retirados por empregados da Têxtil Beraldin no escritório dela.

473. A documentação pertinente encontra-se no evento 1, anexo 40, e foi disponibilizada voluntariamente pela empresa Têxtil Beraldin ao Ministério Público Federal. Ali constam:

a) seis notas fiscais, n.os 27067, 27068, 27110, 3592, 27586 e 3644, emitidas pela empresa vendedora, a Têxtil Beraldin contra Adriana de Lourdes Ancelmo, com compra no valor total de R\$ 73.129,65; e

b) informação prestada ao MPF pela Têxtil Beraldin esclarecendo a forma de pagamento e confirmando o recebimento em espécie no escritório da arquiteta Ana Lúcia Jucá (fl. 5 do arquivo eletrônico anexo40, evento1).

474. Foi ainda ouvida em Juízo, como testemunha, Ana Lúcia Jucá Moreira Dias (evento 346), que confirmou os fatos acima relatados. Também ouvido como testemunha Wilson Roberto Cândido, empregado da Têxtil Beraldin, que confirmou o recebimento do preço em espécie (evento 346). Também confirmou o recebimento em espécie Isabel Christina Gazen, outra empregada da Têxtil Beraldin (evento 346), assim como os demais fatos acima relatados.

475. Então o fato 20 narrado na denúncia encontra prova documental e testemunhal nos autos.

476. Consta na denúncia, como fato 21, que os acusados Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e Adriana de Lourdes Ancelmo, utilizando produto do crime, adquiriram, em março de 2014, móveis junto à empresa Rubilar Indústria e Comércio de Móveis no valor total de R\$ 82.740,43.

477. Segundo a denúncia, os valores foram pagos com dinheiro em espécie, três parcelas de R\$ 27.580,00.

478. Os valores foram entregues inicialmente para a arquiteta Ana Lúcia Jucá Moreira Dia e foram retirados por empregados da Rubilar Indústria e Comércio no escritório dela.

479. A documentação pertinente encontra-se no evento 1, anexo 43, e foi disponibilizada voluntariamente pela empresa Rubilar Indústria e Comércio ao Ministério Público Federal. Ali constam:

a) uma nota fiscal, nº 6278, emitida pela empresa vendedora, a Rubilar Indústria e Comércio contra Adriana de Lourdes Ancelmo, com compra no valor total de R\$ 82.740,00; e

b) informação prestada ao MPF pela Rubilar Indústria e Comércio esclarecendo a forma de pagamento e confirmando o recebimento em espécie no escritório da arquiteta Ana Lúcia Jucá (fl. 12 do arquivo eletrônico anexo43, evento1).

480. Foi ainda ouvido em Juízo, como testemunha, Ana Lúcia Jucá Moreira Dias (evento 346), que confirmou a autenticidade da documentação e os fatos retratados nos documentos. Também ouvido como testemunha Sandro Nunes Ferreira, empregado da Rubilar Indústria e Comércio, que confirmou o recebimento do preço em espécie (evento 346).

481. Então o fato 21 narrado na denúncia encontra prova documental e testemunhal nos autos.

482. Consta na denúncia, como fato 22, que os acusados Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e Adriana de Lourdes Ancelmo, utilizando produto do crime, adquiriram, em março de 2012, móveis junto à empresa Trançarte Móveis de Exteriores e Interiores Ltda. no valor total de R\$ 78.500,00.

483. Segundo a denúncia, os valores foram pagos mediante a emissão de um cheque por Adriana de Lourdes Ancelmo Cabral no valor de R\$ 7.500,00 em 08/03/2012 e nove cheques emitidos por Andrea Martins, todos no valor de R\$ 7.500,00, com vencimentos entre 17/03/2012 a 09/12/2012.

484. A documentação pertinente encontra-se no evento 1, anexo 45, e foi disponibilizada voluntariamente pela empresa Trançarte Móveis de Exteriores e Interiores Ltda. ao Ministério Público Federal. Ali constam:

a) um pedido de compra CS1593 feito junto à empresa vendedora Trançarte Móveis por Adriana de Lourdes Ancelmo, com compra no valor total de R\$ 78.500,00 (fl. 6 do anexo45, evento 1);

b) informação prestada ao MPF pela Trançarte Móveis esclarecendo a forma de pagamento (fl. 3 do arquivo eletrônico anexo45, evento1); e

c) cópia dos cheques emitidos por Adriana Ancelmo e Andréa Martins (fls. 8-12 do arquivo eletrônico anexo45, evento 1).

485. Então o fato 22 narrado na denúncia encontra prova documental nos autos.

486. Consta na denúncia, como fato 23, que os acusados Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e Adriana de Lourdes Ancelmo, utilizando produto do crime, adquiriram, em março de 2012, móveis junto à empresa Trançarte Móveis de Exteriores e Interiores Ltda. no valor total de R\$ 31.600,00.

487. Segundo a denúncia, os valores foram pagos mediante a emissão de quatro cheques por Andrea Martins, todos no valor de R\$ 7.900,00, em 17/03/2012, para apresentação entre 17/03/2012 a 17/06/2012.

488. A documentação pertinente encontra-se no evento 1, anexo 45, e foi disponibilizada voluntariamente pela empresa Trançarte Móveis de Exteriores e Interiores Ltda. ao Ministério Público Federal. Ali consta:

a) uma nota fiscal, n.º 1155, emitida pela empresa vendedora Trançarte Móveis contra Adriana de Lourdes Ancelmo no valor de R\$ 31.600,00 (fl. 20 do anexo45, evento 1);

b) informação prestada ao MPF pela Trançarte Móveis esclarecendo a forma de pagamento (fl. 3 do arquivo eletrônico anexo45, evento1); e

c) cópia dos cheques emitidos por Andréa Martins (fls. 17-18 do arquivo eletrônico anexo45, evento 1).

489. Então o fato 23 narrado na denúncia encontra prova documental nos autos.

490. A denúncia ainda se reporta a vinte e seis atos de lavagem de dinheiro consubstanciados na aquisição de bens ou a realização de pagamentos diversos sempre em transações vultosas em espécie (fatos 26 a 52).

491. Assim, segundo a denúncia (fls. 59-62), Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, teria realizado, por trinta e oito vezes, no montante total de R\$ 710.282,12, pagamentos vultosos em espécie entre 22/10/2008 a 31/03/2016.

492. Seriam vinte e três aquisições de bens de consumo, como roupas, móveis domésticos, e dois pagamentos de faturas de cartões de crédito, tudo em espécie.

493. Adriana de Lourdes Ancelmo teria participado de treze das aquisições, estando seu nome nas notas fiscais respectivas.

494. As aquisições encontram comprovação nas notas fiscais emitidas para aquisição dos bens, nas quais constam o nome de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho ou de Adriana de Lourdes Ancelmo (evento 1, anexos 38, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62 e 63). Também juntadas as faturas de cartões de crédito (evento 1, anexo51).

495. Afirma o MPF que os pagamentos foram efetuados em espécie por não ter identificado nas contas bancárias titularizadas por Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e Adriana de Lourdes Ancelmo débitos correspondentes ao valor das notas fiscais ou faturas.

496. O sigilo bancário de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e de Adriana de Lourdes Ancelmo foi quebrado, por decisão judicial datada de 08/08/2016 no processo 5037171-44.2016.4.04.7000.

497. Juntou o MPF os relatórios constantes nos eventos 47 a 49 informando a falta de identificação de débitos correspondentes aos pagamentos acima.

498. Observa-se que os pagamentos em espécie envolvem valores vultosos.

499. Em 19/11/2008, consta, por exemplo, aquisição no valor de R\$ 28.672,00 por tecidos junto à empresa Alberto Gentleman, conforme informações prestadas pela empresa no evento 1, anexo 50, sem que haja registro de pagamento pela via bancária à empresa proveniente das contas de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho.

500. Também foram ouvidas algumas testemunhas relativamente a essas aquisições, especificamente pessoas responsáveis pelas vendas e que confirmaram os fatos e os pagamentos em espécie ou por depósitos em espécie, como Alexandre Estrella, relativamente à aquisição de carros elétricos junto à empresa Ingersoll - Rand (evento 346), e como Kátia Barroso Thomasi, relativamente à aquisição de roupas na empresa Alberto Gentleman (evento 346).

501. Ainda segundo a denúncia (fls. 63-65), Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho, teria realizado, por sessenta e cinco vezes, no montante total de R\$ 484.804,38, pagamentos vultosos em espécie entre 13/11/2008 a 30/07/2016.

502. Seriam sete aquisições de bens de consumo, como veículo e móveis, e vinte e seis pagamentos de faturas de cartões de crédito, tudo em espécie.

503. Mônica Araújo Macedo Carvalho teria participado de quatro das aquisições, estando seu nome nas notas fiscais respectivas.

504. As aquisições encontram comprovação nas notas fiscais emitidas para aquisição dos bens, nas quais constam o nome de Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho ou de Mônica Araújo Macedo Carvalho (evento 1, anexos 64, 65, 66, 67 e 68). Também juntadas as faturas de cartões de crédito (evento 1, anexo52).

505. Afirma o MPF que os pagamentos foram efetuados em espécie por não ter identificado nas contas bancárias titularizadas por Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho ou de Mônica Araújo Macedo Carvalho débitos correspondentes ao valor das notas fiscais ou faturas.

506. O sigilo bancário de Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho e de Mônica Araújo Macedo Carvalho foi quebrado, por decisão judicial datada de 08/08/2016 no processo 5037171-44.2016.4.04.7000.

507. Juntou o MPF os relatórios constantes nos eventos 47 a 49 informando a falta de identificação de débitos correspondentes aos pagamentos acima.

508. Observa-se que os pagamentos em espécie envolvem valores vultosos.

509. Em 16/06/2009, consta, por exemplo, o pagamento de fatura de cartão de crédito de R\$ 9.474,37, conforme evento 1, anexo 52, fl. 3, sem que haja registro de pagamento pela via bancária à empresa proveniente das contas de Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho ou de Mônica Araújo Macedo Carvalho.

510. Também foram ouvidas algumas testemunhas relativamente a essas aquisições, especificamente pessoas responsáveis pelas vendas e que confirmaram os fatos e os pagamentos em espécie ou por depósitos em espécie, como Isabel Cristina Teixeira Rocha, relativamente à aquisição de luminárias junto à empresa Della Lucy Iluminação e Design (evento 308).

511. Ainda segundo a denúncia (fls. 66-67), Carlos Emanuel de Carvalho Miranda, teria realizado, por vinte e seis vezes, no montante total de R\$ 250.868,71, pagamentos vultosos em espécie entre 12/03/2009 a 17/11/2014.

512. Seriam quinze aquisições de bens de consumo, como móveis e equipamentos agrícolas, e nove pagamentos de faturas de cartões de crédito, tudo em espécie.

513. As aquisições encontram comprovação nas notas fiscais emitidas para aquisição dos bens, nas quais consta o nome de Carlos Emanuel de Carvalho Miranda (evento 1, anexos 69, 70, 71, 72 e 73). Também juntadas as faturas de cartões de crédito (evento 1, anexo53).

514. Afirma o MPF que os pagamentos foram efetuados em espécie por não ter identificado nas contas bancárias titularizadas por Carlos Emanuel de Carvalho Miranda débitos correspondentes ao valor das notas fiscais ou faturas.

515. O sigilo bancário de Carlos Emanuel de Carvalho Miranda foi quebrado, por decisão judicial datada de 08/08/2016 no processo 5037171-44.2016.4.04.7000.

516. Juntou o MPF os relatórios constantes nos eventos 47 a 49 informando a falta de identificação de débitos correspondentes aos pagamentos acima.

517. Observa-se que os pagamentos em espécie envolvem valores vultosos.

518. Em 17/11/2010, consta, por exemplo, o pagamento de fatura de cartão de crédito de R\$ 10.429,00, conforme evento 1, anexo 53, fl. 11, sem que haja registro de pagamento pela via bancária à empresa proveniente das contas de Carlos Emanuel de Carvalho Miranda.

519. Pagamentos em espécie não são, por si só, ilícitos.

520. Entretanto, não é comum a realização de pagamentos vultosos em espécie, já que a posse e a movimentação física do dinheiro envolve riscos de segurança.

521. Mais usual que pagamentos vultosos sejam efetuados através da rede bancária.

522. A realização sistemática de pagamentos vultosos em espécie, como é ilustrado no caso dos acusados acima descritos, revela um padrão de conduta extravagante.

523. A adoção de padrão de conduta extravagante no que se refere aos pagamentos em espécie constitui de certa forma prova indireta do envolvimento dos acusados, especialmente de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filhos, Carlos Emanuel de Carvalho Miranda e Wilson Carlos Cordeiro da Silva, em crimes de corrupção.

524. Afinal, o propósito óbvio da realização de tantos pagamentos vultosos em espécie consiste em evitar a detecção de transações financeiras vultosas na rede bancária, o que poderia levantar suspeitas de enriquecimento ilícito, e igualmente dificultar o rastreamento bancário.

525. Por terem recebido vantagem indevida em acertos de corrupção, inclusive valores em espécie, preferiam realizar pagamentos de aquisições de bens ou serviços igualmente em espécie.

526. Apesar disso, ainda que a conduta seja reprovável e represente prova indireta do crime de corrupção, a mera realização de pagamentos em espécie, ainda que com produto do crime, para aquisição de bens ou serviços não constitui, por si só, crime de lavagem de dinheiro.

527. Esse posicionamento já foi externado por este Juízo na ação penal conexa de nº 5023162-14.2015.4.04.7000 em relação a Rafael Ângulo Lopes:

"A Rafael Ângulo Lopes não foi imputado o crime de corrupção, mas apenas os de lavagem. Embora Rafael também fosse responsável pela realização de depósitos estruturados no escritório de lavagem, a ele foi imputado, na denúncia, as condutas delitivas de entregar vultosos valores em espécie a João Luiz Argolo (item V.7). Apesar de reprovável a conduta, entendo que a mera entrega em espécie do valor da propina não configura ocultação ou dissimulação para enquadramento no tipo penal de lavagem de dinheiro. A posse, o transporte ou o

deslocamento físico do dinheiro não constituem, por si só lavagem de dinheiro, salvo quando acompanhados de condutas adicionais de ocultação e dissimulação (v.g. transporte na fronteira sem a necessária declaração de porte de valores). Portanto, não cabe condenar Rafael Ângulo pelo crime de lavagem de dinheiro. Quanto à participação no crime de corrupção passiva, a denúncia não faz contra ele essa imputação específica e não seria apropriada a mera aplicação do art. 383 do CPP. Evidentemente, a absolvição pela lavagem, não impede que seja acusado, ser for o caso, em novo feito, pela corrupção."

528. Esta também foi a posição adotada pelo Egrégio Tribunal Regional Federal no julgamento da apelação proposta pelo MPF contra a absolvição:

"A mera entrega em espécie do valor da propina não é suficiente para caracterizar ocultação ou dissimulação para enquadramento no tipo penal de lavagem de dinheiro." (ACR 5023162-14.2015.4.04.7000, Rel. Des. Federal João Pedro Gebran Neto - 8ª Turma do TRF4 - un. - j. 14/12/2016)

529. Em relação a esses pagamentos em espécie, o que se tem presente é que Sergio de Oliveira Cabral Santos Filhos, Carlos Emanuel de Carvalho Miranda e Wilson Carlos Cordeiro da Silva receberam vantagem indevida em espécie da Andrade Gutierrez no acerto de corrupção e realizaram gastos em espécie do produto do crime.

530. Há, na descrição da denúncia, mero recebimento físico, guarda física, movimentação física e disposição física do dinheiro, o que não basta para caracterizar as condutas típicas de ocultação e dissimulação do art. 1º da Lei n.º 9.613/1998.

531. Portanto, os fatos 26 a 52 narrados na denúncia representam gastos do produto do crime de corrupção, mas não configuram crimes de lavagem de dinheiro.

532. Mesmo juízo cabe em relação aos fatos 20 e 21 (itens 470-485). Em relação a eles, o Ministério Público Federal afirma que envolveriam não só os pagamentos vultosos em espécie, mas também a utilização de pessoa interposta para os pagamentos.

533. A utilização de pessoa interposta para ocultação de titularidade de bem, valor ou direito proveniente do crime caracteriza crime de lavagem de dinheiro.

534. Não obstante, pela própria descrição contida na denúncia, o que se tem é que a arquiteta Ana Lúcia Jucá teria auxiliado Adriana de Lourdes Ancelmo na aquisição dos bens e que o dinheiro em espécie para pagamento teria sido enviado ao escritório de arquitetura dela e de lá sido retirado por empregados das empresas vendedoras.

535. Aqui também mera recebimento físico, guarda física, movimentação física e disposição física do dinheiro, o que não basta à configuração típica da lavagem de dinheiro.

536. Além disso, as notas fiscais para aquisição dos bens foram emitidas em nome de Adriana de Lourdes Ancelmo, com o que não houve colocação dos bens adquiridos com produto de crime em nome de pessoa interposta.

537. Assim, também os fatos 20 e 21 não caracterizam crimes de lavagem de dinheiro, mas meros gastos do produto do crime de corrupção.

538. Já quanto aos fatos 22 e 23, a aquisição de bens junto à empresa Trançarte Móveis, restou provada que os pagamentos foram efetuados mediante emissão de cheques de Andréa Martins.

539. Não houve, porém, estruturação das transações, pois vislumbra-se que os cheques, embora em valores idênticos e abaixo de dez mil reais, referem-se a pagamento parcelado.

540. Não foi apresentada uma explicação clara pelos acusados, inclusive por Adriana de Lourdes Ancelmo, para que os pagamentos fossem feitos por meio de Andréa Martins e não diretamente pelos compradores.

541. Ela foi especificamente inquirida sobre o ponto (evento 448). Declarou, em síntese, que Andréa Martins era sua prima e que a teria acompanhado na Trançarte Móveis, mas, quanto ao pagamento, afirmou que dele não cuidou e que não saberia explicar porque os cheques teriam sido emitidos por sua prima. Transcreve-se:

"Defesa:- Existe menção aqui a uma arquiteta, outra arquiteta chamada Andréia...

Adriana Ancelmo:- Andréia Martins, minha prima.

Defesa:- Sua prima?

Adriana Ancelmo:- Minha prima.

Defesa:- E ela também já ajudou a senhora a...

Adriana Ancelmo:- Ajudou, houve essa compra feita aí na Trançart, eu já tinha definido o mobiliário e ela me disse que recebia uma comissão pela indicação na condição de arquiteta. E ela foi comigo e me ajudou nessa compra. Eu fiz, na verdade, o pagamento de um sinal pra garantir a compra e ela concluiu pra mim.

Defesa:- Segundo a denúncia, essa Andréia seria uma interposta pessoa para pagar, era uma interposta pessoa a sua prima?

Adriana Ancelmo:- De forma alguma, minha prima e inclusive estive na loja, me portei como compradora, se tivesse intenção que fosse de forma diferente ela poderia ter ido lá e comprado. Seria a interposta pessoa, imagino eu que se

configuraria em uma interposta pessoa. Ela foi como minha prima arquiteta com o objetivo de receber uma comissão, de ficar bem com a loja, enfim, por uma razão mais voltada ao benefício dela próprio do que...

Defesa:- E, segundo a troca de informações do Ministério Público com a loja, ela teria feito a emissão dos cheques, e como se deu isso depois?

Adriana Ancelmo:- Na verdade, isso também foi encaminhado. Eu só dei um cheque, um sinal, pra garantir, porque na verdade era inclusive um mobiliário que estava exposto e que eu teria que optar naquela hora. Eu dei o cheque do sinal e o pagamento restante também a cargo do escritório, para que a Sônia definisse se seria pago um complemento à vista, se seria parcelado. E na verdade essa compra, que eu agora estou me recordando da denúncia, inclusive que eu li, ela foi feita em parcelas, na verdade o pagamento foi em 12 parcelas, em 1 ano. Não houve fracionamento, não houve qualquer tipo de operação que, a estruturação de operação de pagamento financeiro.

Defesa:- Sem mais perguntas, excelência.

Juiz Federal:- Certo. Uns esclarecimentos adicionais por conta das perguntas da Trançart, se a senhora me permite. No fato 22 da denúncia, da Trançart, há uma referência a um pagamento de uma compra, 67.850, da Trançart teriam sido pagos em 11 parcelas, 10 quitadas por meio de cheques emitidos pela sua prima, então, a senhora Andréia Martins. Eu não entendi bem como foi o pagamento disso, porque os cheques foram dela. Como é que o dinheiro foi transferido pra ela?

Adriana Ancelmo:- Os cheques foram emitidos por ela. Eu fiz esse pagamento desse sinal, nós estávamos juntas, eu fiz esse pagamento do sinal e o saldo foi encaminhado à Sônia para que ela resolvesse. Ela decidiu que seriam pagos em 12 parcelas e o total a ser pago para a Andréia foi ao longo desses 12 meses que... Na verdade 11 meses porque o sinal eu teria pago.

Juiz Federal:- Esses valores não eram da senhora?

Adriana Ancelmo:- Perdão?

Juiz Federal:- Os valores utilizados para o pagamento...

Adriana Ancelmo:- Esses valores eram do escritório do Sérgio.

Juiz Federal:- Do Sérgio também?

Adriana Ancelmo:- Do Sérgio também, todas essas compras, excelência, relacionadas à casa eram...

Juiz Federal:- Não, entendi, é porque esse tem um fato peculiar que é essa emissão dos cheques pela sua prima, por isso que eu insisto em fazer a pergunta, só pra, ainda que a resposta a senhora já tinha dado. E no fato seguinte, fato 28... Desculpe, 23, também da Trançart, é uma outra compra de 31.600 e consta aqui que também pago em cheques pela senhora Andréia. Aqui são 4 cheques de 7.900, mas esses na mesma data. Da mesma forma?

Adriana Ancelmo:- Esses cheques eles constaram com a mesma data, mas eles eram mensais, inclusive esclarecido também aí nessa documentação encaminhada pela Trançart ao Ministério Público. Esses pagamentos foram mensais, embora os cheques tenham sido assinados com a data...

Juiz Federal:- A compensação foi mensal, é isso?

Adriana Ancelmo:- A compensação dele foi mensal, inclusive houve um pagamento, na verdade eles até fizeram uma troca, a Trançart fez uma troca com uma financiadora, para certamente adiantar o crédito.

Juiz Federal:- E esse recurso aqui também é do escritório do seu marido?

Adriana Ancelmo:- Do escritório dele, do Sérgio."

542. Apesar da falta de melhor explicação do motivos dos cheques terem sido emitidos pela prima Andréa Martins, reputo ausente prova suficiente de que o motivo teria sido ocultar e dissimular as transações financeiras. Há a possibilidade de que ela tenha entregue os cheques por eventual maior proximidade com a loja, não estando o Juízo seguro de que se tratou de expediente de lavagem de dinheiro.

543. Portanto, também não há prova suficiente de que os fatos 22 e 23 caracterizam lavagem de dinheiro.

544. Apesar da absolvição da imputação do crime de lavagem de dinheiro em relação aos fatos examinados neste tópico (fatos 20, 21, 22, 23 e 26 a 52 da denúncia), por eles representarem apenas gastos do produto do crime, sem condutas de ocultação e dissimulação aptas à tipificação como lavagem, cumpre ressaltar que os fatos abordados no tópico anterior, aquisição, com produto de crime, de bens com depósitos em espécie estruturados para burlar os sistemas de prevenção e controle de lavagem de dinheiro, são absolutamente diferentes, por envolverem condutas típicas de ocultação e dissimulação. Assim, pelos fatos abordados no tópico anterior, que consistem nos fatos 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 24 e 25, devem os acusados Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, Carlos Emanuel de Carvalho Miranda e Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho responder pelas penas dos crimes de lavagem de dinheiro.

545. Quanto à Mônica Araújo Macedo Carvalho, esposa de Wilson Carlos Cordeiro da Silva, embora ela tenha participado da aquisição da embarcação e do motor junto à Flexboat (fato 24), não há prova de que ela tenha envolvimento específico no pagamento pelo fornecimento do bem ou mesmo na colocação do bem em nome do irmão de Wilson Carlos Cordeiro da Silva.

546. Wilson Carlos Cordeiro da Silva assumiu a responsabilidade por esses fatos, embora tenha afirmado, em alibi não acolhido, de que os pagamentos teriam sido feitos por terceiros.

547. Como o crime de lavagem restou caracterizado especialmente pela estruturação das transações financeiras de pagamento, reputo ausente prova suficiente de participação da acusada Mônica Araújo Macedo Carvalho nessas condutas específicas, motivo pelo qual deve ser absolvida.

548. Relativamente à Adriana de Lourdes Ancelmo, a instrução revela a sua participação na aquisição de bens de valor expressivo e que foram pagos, parte deles, mediante a estruturação das transações para burlar os sistemas de prevenção e controle da lavagem de dinheiro.

549. Como álibi, Adriana de Lourdes Ancelmo afirmou que os recursos utilizados nas aquisições eram de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho (evento 448) e que ela não cuidava da forma de pagamento, repassando a tarefa aos subordinados de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho.

550. A responsabilidade foi assumida por Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho (item 424, retro). Transcreve-se novamente o trecho pertinente:

"Juiz Federal:- E consta esses pagamentos também estruturados. O responsável foi o senhor e não sua esposa?"

Sérgio Cabral:- Fui eu o responsável. A Sônia Batista, reitero aqui a vossa excelência, a senhora Sônia Batista e o senhor Carlos Miranda jamais tiveram quaisquer reuniões com a minha mulher para tratar de gastos."

551. Sônia Ferreira Baptista, que trabalhava como secretária de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, foi ouvida como testemunha em Juízo (evento 346). Declarou, em síntese, que a partir de 2007 passou a gerenciar os gastos pessoais e da família do ex-Governador. No depoimento, confirmou que também fazia os pagamentos de interesse de Adriana de Lourdes Ancelmo.

552. Há, portanto, certo amparo probatório na afirmação de Adriana de Lourdes Ancelmo de que os pagamentos das aquisições discriminadas na denúncia em seu nome teriam sido feitas com recursos e por orientação de seu marido Sergio de Oliveira Cabral dos Santos Filho.

553. Como os crimes de lavagem de dinheiro ora reconhecidos foram caracterizados especificamente pela estruturação das transações financeiras de pagamento para burlar os sistemas de controle e prevenção de lavagem de dinheiro, é de se concluir que Adriana de Lourdes Ancelmo deve ser absolvida, pois não há prova suficiente de que participou especificamente dessas condutas de estruturação.

554. Não muda o quadro depoimento de Michelle Tomaz Pinto constante no evento 346, termo 10. Embora ela revele a entrega de elevadas quantias em espécie no escritório de advocacia de Adriana de Lourdes Ancelmo, da afirmação não é possível concluir a participação dela na estruturação das transações financeiras ora reconhecidas como crimes de lavagem.

555. É certo que Adriana de Lourdes Ancelmo tinha um padrão de vida, especialmente de consumo, acima do normal e inconsistente com os rendimentos lícitos dela e do ex-Governador. É reprovável que tenha gasto recursos provenientes de crimes de corrupção para aquisição de bens, inclusive de luxo. Entretanto, como já apontado, o gasto do produto do crime em bens de consumo não é, por si só, lavagem de dinheiro e não há prova suficiente de que ela participou das condutas de ocultação e dissimulação que caracterizaram esse crime no caso concreto, ou seja, na estruturação das transações financeiras para burlar os sistemas de prevenção e controle no âmbito das instituições financeiras.

556. Não desconhece este Juízo que Adriana de Lourdes Ancelmo responde por outras acusações criminais perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro. É possível que, em relação às condutas de corrupção e lavagem a ela imputadas nos outros processos e que envolvem, por exemplo, diretamente o escritório de advocacia por ela dirigido, com alegações de que haveria contratos fictícios de prestação de serviços, seja ela culpada. Observa-se que na ação penal 0509503-57.2016.4.02.5101 em trâmite na Justiça Federal do Rio de Janeiro, há imputações nesse sentido. Mas não existem imputações equivalentes no presente feito. No caso presente, com as imputações mais limitadas, não há prova suficiente ou pelo menos prova acima de qualquer dúvida razoável de que ela participou dos crimes de corrupção e de lavagem que constituem objeto específico da presente ação penal.

II.11

557. Em resumo, Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho e Carlos Emanuel de Carvalho Miranda devem ser condenados pelo crime de corrupção passiva. Devem ainda ser condenados pelos crimes de lavagem expostos no tópico II.9.

558. Já Monica Araújo Macedo Carvalho deve ser absolvida da imputação dos crimes de lavagem e Adriana de Lourdes Ancelmo da imputação do crime de corrupção e dos de lavagem.

559. Talvez seja desnecessário dizer, mas é oportuno ressaltar que as acima identificadas empresas fornecedoras de bens ou serviços aos acusados não têm qualquer responsabilidade pelos crimes por eles praticados, não havendo qualquer elemento probatório no sentido de que teriam sido coniventes, sendo oportuno lembrar que não se tratam de setores abrangidos pelo art. 9º da Lei nº 9.613/1998. Evidentemente, se no futuro se depararem com situações similares, ou seja, de agentes políticos realizando aquisições com recursos vultosos em espécie ou com estruturação de transações financeiras, seria oportuna a comunicação às autoridades.

III. DISPOSITIVO

560. Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a pretensão punitiva.

561. Absolvo **Mônica Araújo Macedo Carvalho** das imputações de crimes de lavagem de dinheiro por falta de prova suficiente de autoria ou participação (art. 386, VII, do CPP).

562. Absolvo **Adriana de Lourdes Ancelmo** das imputações de crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro por falta de prova suficiente de autoria ou participação (art. 386, VII, do CPP).

563. **Condeno** Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho:

a) por um crime de corrupção passiva do art. 317 do CP, com a causa de aumento na forma do §1º do mesmo artigo, pela solicitação e recebimento de vantagem indevida no contrato de terraplanagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ); e

b) por doze crimes de lavagem de dinheiro do art. 1º, caput, inciso V, da Lei n.º 9.613/1998, pela aquisição, com produto de crime de corrupção, de bens e serviços com recursos vultosos em espécie e com estruturação de transações financeiras para prevenir a identificação delas pelos sistemas de prevenção e controle de lavagem de dinheiro no âmbito das instituições financeiras.

564. **Condeno** Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho:

a) por um crime de corrupção passiva do art. 317 do CP, com a causa de aumento na forma do §1º do mesmo artigo, pela solicitação e recebimento de vantagem indevida no contrato de terraplanagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ); e

b) por dois crimes de lavagem de dinheiro do art. 1º, caput, inciso V, da Lei n.º 9.613/1998, pela aquisição, com produto de crime de corrupção, de bens e serviços com recursos vultosos em espécie e com estruturação de transações financeiras para prevenir a identificação delas pelos sistemas de prevenção e controle de lavagem de dinheiro no âmbito das instituições financeiras.

565. **Condeno** Carlos Emanuel de Carvalho Miranda:

a) por um crime de corrupção passiva do art. 317 do CP, com a causa de aumento na forma do §1º do mesmo artigo, pela solicitação e recebimento de vantagem indevida no contrato de terraplanagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ); e

b) por quatro crimes de lavagem de dinheiro do art. 1º, caput, inciso V, da Lei n.º 9.613/1998, pela aquisição, com produto de crime de corrupção, de bens e serviços com recursos vultosos em espécie e com estruturação de transações financeiras para prevenir a identificação delas pelos sistemas de prevenção e controle de lavagem de dinheiro no âmbito das instituições financeiras.

566. Atento aos dizeres do artigo 59 do Código Penal e levando em consideração o caso concreto, passo à individualização e dosimetria das penas a serem impostas ao condenado.

567. **Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho**

Crime de corrupção passiva: Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho responde a outras ações penais, como a ação penal 0509503-57.2016.4.02.5101 em trâmite na 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro (evento 1,

out2, da exceção 50031691420174047000). As outras ações penais não foram ainda julgadas, com trânsito em julgado, motivo pelo qual será considerado como tendo bons antecedentes. Conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias devem ser valoradas negativamente. A prática do crime corrupção envolveu o recebimento de cerca de vantagem indevida de cerca de R\$ 2.700.000,00, em valores de 2008, o que é um valor bastante expressivo. Além disso, o crime insere-se em um contexto mais amplo, revelado nestes mesmos autos, da cobrança sistemática pelo ex-Governador e seu grupo de um percentual de propina incidente sobre toda obra pública no Estado do Rio de Janeiro. Consequências também devem ser valoradas negativamente, pois valores cobrados geraram prejuízo equivalente à Petrobrás já que os custos da propina são repassados à entidade da Administração Pública contratante. Não se pode ainda ignorar a situação quase falimentar do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com sofrimento da população e dos servidores públicos, e que ela, embora resultante de um série de fatores, tem também sua origem na cobrança sistemática de propinas pelo ex-Governador e seus associados, com impactos na eficiência da Administração Pública e nos custos dos orçamentos públicos. A corrupção com pagamento de propina de dois milhões e setecentos mil reais e tendo por consequência prejuízo equivalente aos cofres públicos e até transcendentales merece reprovação especial. A culpabilidade é elevada. O condenado recebeu vantagem indevida no exercício do mandato de Governador do Estado do Rio de Janeiro. A responsabilidade de um Governador de Estado é enorme e, por conseguinte, também a sua culpabilidade quando pratica crimes. Não pode haver ofensa mais grave do que a daquele que trai o mandato e a sagrada confiança que o povo nele deposita para obter ganho próprio. Ademais, as aludidas circunstâncias da cobrança da vantagem indevida, que se inserem em um contexto maior de cobrança de propina sobre toda obra realizada no Rio de Janeiro, indicam ganância desmedida, o que também merece reprovação especial. Agiu, portanto, com culpabilidade extremada, o que também deve ser valorado negativamente. Tal vetorial também poderia ser enquadrada como negativa a título de personalidade. Considerando três vetoriais negativas, de especial reprovação, fixo, para o crime de corrupção passiva, pena de quatro anos e seis meses de reclusão.

No âmbito de seu grupo, o condenado Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho era o líder, incidente, portanto, a agravante prevista no art. 61, I, do CP, motivo pelo qual elevo a pena em seis meses, para cinco anos de reclusão.

Não há outras agravantes ou atenuantes.

Tendo havido a prática de atos de ofício com infração do dever funcional, itens 311-316, aplico a causa de aumento do §1º do art. 317 do CP, elevando-a para seis anos e oito meses de reclusão.

Deixo de aplicar a causa de aumento do art. 327, §2º, do CP, que incidiria em vista da participação no crime como coautor de Paulo Roberto Costa, em decorrência do previsto no art. 68, parágrafo único, do CP.

Fixo multa proporcional para a corrupção em cento e cinquenta dias multa.

Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho ilustrada pelo patrimônio declarado de quase três milhões de reais e que, considerando o examinado nesta sentença, certamente é maior, fixo o dia multa em cinco salários mínimos vigentes ao tempo do fato que fixo em 10/2008.

Crimes de lavagem: Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho responde a outras ações penais, como a ação penal 0509503-57.2016.4.02.5101 em trâmite na 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro (evento 1, out2, da exceção 50031691420174047000). As outras ações penais não foram ainda julgadas, com trânsito em julgado, motivo pelo qual será considerado como tendo bons antecedentes. Conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias devem ser consideradas normais, não tendo as condutas de ocultação e dissimulação, embora reiteradas, se revestido de especial sofisticação. O montante lavado, considerando as operações estruturadas de sua responsabilidade, foi de R\$ 436.503,00. O valor é significativo, mas não ao ponto de justificar o incremento da pena a título de consequências. A culpabilidade é elevada. O condenado lavou produto de crime de corrupção recebido no exercício do mandato de Governador do Estado do Rio de Janeiro. A responsabilidade de um Governador de Estado é enorme e, por conseguinte, também a sua culpabilidade quando pratica crimes. Não pode haver ofensa mais grave do que a daquele que trai o mandato e a sagrada confiança que o povo nele deposita para obter ganho próprio. Ademais, as circunstâncias da cobrança da vantagem indevida e da lavagem subsequente, que se inserem em um contexto maior de cobrança de propina sobre toda obra realizada no Rio de Janeiro, indicam ganância desmedida, o que também merece reprovação especial. Agiu, portanto, com culpabilidade extremada, o que também deve ser valorado negativamente. Tal vetorial também poderia ser enquadrada como negativa a título de personalidade. Considerando uma vetorial negativa, de especial reprovação, fixo, para o crime de lavagem, pena de quatro anos de reclusão.

No âmbito de seu grupo, o condenado Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho era o líder, incidente, portanto, a agravante prevista no art. 61, I, do CP, motivo pelo qual elevo a pena em seis meses, para quatro anos e seis meses de reclusão.

Não há outras agravantes ou atenuantes.

Fixo multa proporcional para a lavagem em sessenta dias multa.

Entre todos os crimes de lavagem, reconheço continuidade delitiva. Considerando a quantidade de crimes, doze, elevo a pena do crime mais grave em 2/3, chegando ela a sete anos e seis meses de reclusão e cem dias multa.

Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho ilustrada pelo patrimônio declarado de quase três milhões de reais e que, considerando o examinado nesta sentença, certamente é maior, fixo o dia multa em cinco salários mínimos vigentes ao tempo do último fato delitivo (05/2014).

Entre os crimes de corrupção e de lavagem, há concurso material, motivo pelo qual as penas somadas chegam a catorze anos e dois meses de reclusão, que reputo definitivas para Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho. Já as multas devem ser convertidas em valor e somadas.

Considerando as regras do art. 33 do Código Penal, fixo o regime fechado para o início de cumprimento da pena. A progressão de regime para a pena de corrupção fica, em princípio, condicionada à efetiva devolução do produto do crime, no caso a vantagem indevida recebida, nos termos do art. 33, §4º, do CP.

568. Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho

Crime de corrupção passiva: Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho responde a outras ações penais, como a ação penal 0509503-57.2016.4.02.5101 em trâmite na 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro (evento 1, out2, da exceção 50031691420174047000). As outras ações penais não foram ainda julgadas, com trânsito em julgado, motivo pelo qual será considerado como tendo bons antecedentes. Conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias devem ser valoradas negativamente. A prática do crime corrupção envolveu o recebimento de cerca de vantagem indevida de cerca de R\$ 2.700.000,00, em valores de 2008, o que é um valor bastante expressivo. Além disso, o crime insere-se em um contexto mais amplo, revelado nestes mesmos autos, da cobrança sistemática pelo ex-Governador e seu grupo de um percentual de propina incidente sobre toda obra pública no Estado do Rio de Janeiro. Consequências também devem ser valoradas negativamente, pois valores cobrados geraram prejuízo equivalente à Petrobrás já que os custos da propina são repassados à entidade da Administração Pública contratante. Não se pode ainda ignorar a situação quase falimentar do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com sofrimento da população e dos servidores públicos, e que ela, embora resultante de um série de fatores, tem também sua origem na cobrança sistemática de propinas pelo ex-Governador e seus associados, com impactos na eficiência da Administração Pública e nos custos dos orçamentos públicos. A corrupção com pagamento de propina de dois milhões e setecentos mil reais e tendo por consequência prejuízo equivalente aos cofres públicos e até transcendentales merece reprovação especial. A culpabilidade é elevada. O condenado recebeu vantagem indevida no exercício do mandato de Secretário de Estado do Rio de Janeiro. A responsabilidade de um Secretário de Estado é significativa e, por conseguinte, também a sua culpabilidade quando pratica crimes. Ademais, as aludidas circunstâncias da cobrança da vantagem indevida, que se inserem em um contexto maior de cobrança de propina sobre toda obra realizada no Rio de Janeiro, indicam ganância desmedida, o que também merece reprovação especial. Agiu, portanto, com culpabilidade extremada, o que também deve ser valorado negativamente. Tal vetorial também poderia ser enquadrada como negativa a título de personalidade. Considerando três vetoriais negativas, de especial reprovação, fixo, para o crime de corrupção passiva, pena de quatro anos e seis meses de reclusão.

Não há agravantes ou atenuantes.

Tendo havido a prática de atos de ofício com infração do dever funcional, itens 311-316, aplico a causa de aumento do §1º do art. 317 do CP, elevando-a para seis anos de reclusão.

Deixo de aplicar a causa de aumento do art. 327, §2º, do CP, que incidiria em vista da participação no crime como coautor de Paulo Roberto Costa, em decorrência do previsto no art. 68, parágrafo único, do CP.

Fixo multa proporcional para a corrupção em cento e cinquenta dias multa.

Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho, considerando os crimes examinados nesta sentença, que revelam ganhos significativos com o crime, fixo o dia multa em três salários mínimos vigentes ao tempo do fato que fixo em 10/2008.

Crimes de lavagem: Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho responde a outras ações penais, como a ação penal 0509503-57.2016.4.02.5101 em trâmite na 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro (evento 1, out2, da exceção 50031691420174047000). As outras ações penais não foram ainda julgadas, com trânsito em julgado, motivo pelo qual será considerado como tendo bons antecedentes. Conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias devem ser consideradas normais, não tendo as condutas de ocultação e dissimulação, embora reiteradas, se revestido de especial sofisticação. O montante lavado, considerando as operações estruturadas, foi de R\$ 281.300,00. O valor é significativo, mas não ao ponto de justificar o incremento da pena a título de consequências. A culpabilidade é elevada. O condenado lavou produto de crime de corrupção recebido no exercício do mandato de Secretário do Estado do Rio de Janeiro. A responsabilidade de um Secretário de Estado é significativa e, por conseguinte, também a sua culpabilidade quando pratica crimes. Ademais, as circunstâncias da cobrança da vantagem indevida e da lavagem subsequente, que se inserem em um contexto maior de cobrança de propina sobre toda obra realizada no Rio de Janeiro, indicam ganância desmedida, o que também merece reprovação especial. Agiu, portanto, com culpabilidade extremada, o que também deve ser valorado negativamente. Tal vetorial também poderia ser enquadrada como negativa a título de personalidade. Considerando uma vetorial negativa, de especial reprovação, fixo, para o crime de lavagem, pena de quatro anos de reclusão.

Não há agravantes ou atenuantes.

Fixo multa proporcional para a lavagem em sessenta dias multa.

Entre todos os crimes de lavagem, reconheço continuidade delitiva. Considerando a quantidade de crimes, dois, elevo a pena do crime mais grave em 1/6, chegando ela a quatro anos e oito meses de reclusão e setenta dias multa.

Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho, considerando os crimes examinados nesta sentença, que revelam ganhos significativos com o crime, fixo o dia multa em três salários mínimos vigentes ao tempo do último fato delitivo (12/2013).

Entre os crimes de corrupção e de lavagem, há concurso material, motivo pelo qual as penas somadas chegam a dez anos e oito meses de reclusão, que reputo definitivas para Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho. Já as multas

devem ser convertidas em valor e somadas.

Considerando as regras do art. 33 do Código Penal, fixo o regime fechado para o início de cumprimento da pena. A progressão de regime para a pena de corrupção fica, em princípio, condicionada à efetiva devolução do produto do crime, no caso a vantagem indevida recebida, nos termos do art. 33, §4º, do CP.

569. Carlos Emanuel de Carvalho Miranda

Crime de corrupção passiva: Carlos Emanuel de Carvalho Miranda responde a outras ações penais, como a ação penal 0509503-57.2016.4.02.5101 em trâmite na 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro (evento 1, out2, da exceção 50031691420174047000). As outras ações penais não foram ainda julgadas, com trânsito em julgado, motivo pelo qual será considerado como tendo bons antecedentes. Conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias devem ser valoradas negativamente. A prática do crime corrupção envolveu o recebimento de cerca de vantagem indevida de cerca de R\$ 2.700.000,00, em valores de 2008, o que é um valor bastante expressivo. Além disso, o crime insere-se em um contexto mais amplo, revelado nestes mesmos autos, da cobrança sistemática pelo ex-Governador e seu grupo de um percentual de propina incidente sobre toda obra pública no Estado do Rio de Janeiro. Consequências também devem ser valoradas negativamente, pois valores cobrados geraram prejuízo equivalente à Petrobrás já que os custos da propina são repassados à entidade da Administração Pública contratante. Não se pode ainda ignorar a situação quase falimentar do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com sofrimento da população e dos servidores públicos, e que ela, embora resultante de um série de fatores, tem também sua origem na cobrança sistemática de propinas pelo ex-Governador e seus associados, com impactos na eficiência da Administração Pública e nos custos dos orçamentos públicos. A corrupção com pagamento de propina de dois milhões e setecentos mil reais e tendo por consequência prejuízo equivalente aos cofres públicos e até transcendentales merece reprovação especial. A culpabilidade é elevada. O condenado recebeu vantagem indevida auxiliando o ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro. A responsabilidade de um Governador é enorme e, por conseguinte, também a sua culpabilidade quando pratica crimes, bem como a daqueles que o assessoram nas práticas criminosas. Ademais, as aludidas circunstâncias da cobrança da vantagem indevida, que se inserem em um contexto maior de cobrança de propina sobre toda obra realizada no Rio de Janeiro, indicam ganância desmedida, o que também merece reprovação especial. Agiu, portanto, com culpabilidade extremada, o que também deve ser valorado negativamente. Tal vetorial também poderia ser enquadrada como negativa a título de personalidade. Considerando três vetoriais negativas, de especial reprovação, fixo, para o crime de corrupção passiva, pena de quatro anos e seis meses de reclusão.

Não há agravantes ou atenuantes.

Tendo havido a prática de atos de ofício com infração do dever funcional, itens 311-316, aplico a causa de aumento do §1º do art. 317 do CP, elevando-a para seis anos de reclusão.

Deixo de aplicar a causa de aumento do art. 327, §2º, do CP, que incidiria em vista da participação no crime como coautor de Paulo Roberto Costa, em decorrência do previsto no art. 68, parágrafo único, do CP.

Fixo multa proporcional para a corrupção em cento e cinquenta dias multa.

Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de Carlos Emanuel de Carvalho Miranda, com patrimônio declarado de cerca de quatro milhões de reais (evento 425, anexo8) e que, considerando os crimes examinados nesta sentença, deve ser ainda maior, fixo o dia multa em cinco salários mínimos vigentes ao tempo do fato que fixo em 10/2008.

Crimes de lavagem: Carlos Emanuel de Carvalho Miranda responde a outras ações penais, como a ação penal 0509503-57.2016.4.02.5101 em trâmite na 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro (evento 1, out2, da exceção 50031691420174047000). As outras ações penais não foram ainda julgadas, com trânsito em julgado, motivo pelo qual será considerado como tendo bons antecedentes. Conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias devem ser consideradas normais, não tendo as condutas de ocultação e dissimulação, embora reiteradas, se revestido de especial sofisticação. O montante lavado, considerando as operações estruturadas, foi de R\$ 281.300,00. O valor é significativo, mas não ao ponto de justificar o incremento da pena a título de consequências. A culpabilidade é elevada. As circunstâncias da cobrança da vantagem indevida e da lavagem subsequente, que se inserem em um contexto maior de cobrança de propina sobre toda obra realizada no Rio de Janeiro, indicam ganância desmedida, o que também merece reprovação especial. Agiu, portanto, com culpabilidade extremada, o que também deve ser valorado negativamente. Tal vetorial também poderia ser enquadrada como negativa a título de personalidade. Considerando uma vetorial negativa, de especial reprovação, fixo, para o crime de lavagem, pena de quatro anos de reclusão.

Não há agravantes ou atenuantes.

Fixo multa proporcional para a lavagem em sessenta dias multa.

Entre todos os crimes de lavagem, reconheço continuidade delitiva. Considerando a quantidade de crimes, quatro, elevo a pena do crime mais grave em 1/2, chegando ela a seis anos de reclusão e noventa dias multa.

Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de Carlos Emanuel de Carvalho Miranda, com patrimônio declarado de cerca de quatro milhões de reais (evento 425, anexo8) e que, considerando os crimes examinados nesta sentença, deve ser ainda maior, fixo o dia multa em cinco salários mínimos vigentes ao tempo do último fato delitivo (05/2014).

Entre os crimes de corrupção e de lavagem, há concurso material, motivo pelo qual as penas somadas chegam a doze anos de reclusão, que reputo definitivas para Carlos Emanuel de Carvalho Miranda. Já as multas devem ser convertidas em valor e somadas.

Considerando as regras do art. 33 do Código Penal, fixo o regime fechado para o início de cumprimento da pena. A progressão de regime para a pena de corrupção fica, em princípio, condicionada à efetiva devolução do produto do crime, no caso a vantagem indevida recebida, nos termos do art. 33, §4º, do CP.

570. Em decorrência da condenação pelo crime de lavagem, decreto, com base no art. 7º, II, da Lei nº 9.613/1998, a interdição de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho e Carlos Emanuel de Carvalho Miranda, para o exercício de cargo ou função pública ou de diretor, membro de conselho ou de gerência das pessoas jurídicas referidas no art. 9º da mesma lei pelo dobro do tempo da pena privativa de liberdade.

571. O período em que os condenados ficaram presos deve ser computado para fins de detração da pena (item 40).

572. Considerando que o produto do crime de corrupção foi utilizado para aquisição de diversos bens de difícil localização, sequestro e alienação judicial e considerando que dinheiro é coisa fungível, decreto, com base no art. 91, §1º, do CP, o confisco de valores equivalentes a R\$ 6.662.150,00, o correspondente a R\$ 2.700.000,00, corrigidos monetariamente pelo IGP-M (FGV) desde 10/2008 e agregados de 0,5% de juros simples ao mês, sobre o patrimônio dos condenados. Não é possível discriminar por ora os bens equivalentes a serem confiscados, uma vez que as medidas de sequestro até o momento determinadas não foram bem sucedidas, inclusive pelo aparente esvaziamento das contas correntes dos condenados (evento 45 do processo 5056390-43.2016.4.04.7000). A definição dos bens equivalentes a serem confiscados deverá ser feita na fase de execução.

573. Necessário estimar o valor mínimo para reparação dos danos decorrentes do crime, nos termos do art. 387, IV, do CPP. Deve ele corresponder ao montante da vantagem indevida, de R\$ 2.700.000,00 corrigido monetariamente desde 10/2008 e a ele agregado juros de mora de 0,5% ao mês. Os valores são devidos à Petrobrás. Evidentemente, no cálculo da indenização, deverão ser descontados os valores efetivamente confiscados.

574. Deverão os condenados também arcar com as custas processuais.

575. Na fase de investigação, foi decretada, a pedido do Ministério Público Federal, a prisão preventiva dos condenados Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, Carlos Emanuel de Carvalho Miranda e Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho, conforme decisões de 10/11/2016 e 21/11/2016, eventos 4 e 48, do processo 5056390-43.2016.4.04.7000.

576. As Defesas impetraram habeas corpus perante o Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região e que foram denegados à unanimidade pela Colenda 8ª Turma, Relator o ilustre Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto, HC 5053655-85.2016.4.04.0000 e HC 5051301-87.2016.4.04.0000. Transcreve-se a ementa do primeiro:

"OPERAÇÃO LAVA-JATO'. HABEAS CORPUS. CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS. CORRUPÇÃO. LAVAGEM DE DINHEIRO. COMPLEXO ENVOLVIMENTO DO CRIMINOSO. NOVOS PARADIGMAS.

1. A prisão provisória é medida rigorosa que, no entanto, se justifica nas hipóteses em que presente a necessidade, real e concreta, para tanto.

2. Para a decretação da prisão preventiva é imprescindível a presença do fumus commissi delicti, ou seja, prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, bem como do periculum libertatis, risco à ordem pública, à instrução ou à aplicação da lei penal.

3. A complexidade e as dimensões das investigações relacionadas com a denominada 'Operação Lava-Jato', os reflexos extremamente nocivos decorrentes da infiltração de grande grupo criminoso em sociedade de economia mista federal, bem como o desvio de quantias nunca antes percebidas, revela a necessidade de releitura da jurisprudência até então intocada, de modo a estabelecer novos parâmetros interpretativos para a prisão preventiva, adequados às circunstâncias do caso e ao meio social contemporâneo aos fatos.

4. Havendo fortes indícios da participação do paciente em 'organização criminosa', em crimes de 'corrupção passiva' e de 'lavagem de capitais', todos relacionados com fraudes em contratos públicos dos quais resultaram vultosos prejuízos a sociedade de economia mista e, na mesma proporção, em seu enriquecimento ilícito e de terceiros, justifica-se a decretação da prisão preventiva, para a garantia da ordem pública (STJ/HC nº 302.604/RP, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO, QUINTA TURMA, julg. 24/11/2014).

5. A teor do art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal, é indevida a aplicação de medidas cautelares diversas, quando a segregação encontra-se justificada na periculosidade social do denunciado, dada a probabilidade efetiva de continuidade no cometimento da grave infração denunciada (RHC 50.924/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 23/10/2014).

6. Ordem de habeas corpus denegada." (HC 5053655-85.2016.4.04.000 - Rel. Des. Federal João Pedro Gebran Neto - 8ª Turma do TRF4 - un. - j. 08/03/2017)

577. De forma semelhante, no Egrégio Superior Tribunal de Justiça, foi impetrado o HC 82.830, que foi negado, por unanimidade de votos, pela Colenda 5ª Turma, Relator o eminente Ministro Felix Fischer. Transcreve-se a ementa:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO "LAVA-JATO". PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE INIDONEIDADE DA FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL POR AUSÊNCIA DE PERICULUM LIBERTATIS. SEGREGAÇÃO CAUTELAR FUNDAMENTADA CONCRETAMENTE NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, RISCO À APLICAÇÃO DA LEI PENAL E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. RECURSO DESPROVIDO.

I - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, e só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de

Processo Penal.

II - A concreta gravidade das condutas atribuídas ao recorrente e o justificado risco de reiteração criminosa, no entanto, revestem-se de idoneidade para justificar a segregação cautelar. (Precedentes).

III - Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade e bons antecedentes não têm o condão de, por si só, garantirem ao recorrente a revogação da prisão preventiva ou a aplicação de medida diversa da prisão, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de da custódia cautelar (precedentes).

IV - Mostra-se insuficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do CPP, quando presentes os requisitos autorizadores da prisão cautelar, como na hipótese.

Recurso ordinário desprovido." (HC 82.830/PR - Rel. Min. Felix Fischer - 5ª Turma do STJ - un. - j. 01/06/2017)

578. Do voto do Relator, destaque-se:

"Por outro lado, a alegação de que os crimes que lhe são imputados não ostentam grave ameaça e violência não é fundamento suficiente para se entender pela ausência de periculosidade do Paciente, sendo importante acrescentar, como já efetuado no julgamento do HC n. 387.557, que embora tais crimes (corrupção e lavagem de dinheiro) não sejam fisicamente violentos, causam profundos e nefastos danos à sociedade.

A corrupção, ainda mais quando envolve cifras milionárias, também causa, quase de imediato, mortes e violência, pois hospitais e escolas, por exemplo, deixam de prestar os serviços essenciais que deles se esperam, gerando assim mais mortes e falta de oportunidades sociais, e aumentando, com isso, a desigualdade social, o que gera, por sua vez, mais violência.

No caso do Estado do Rio de Janeiro, essa constatação é ainda mais verdadeira, pois além de imensa desigualdade e da enorme violência, as contas públicas do Estado estão em ruínas, de modo que os serviços essenciais à população estão seriamente prejudicados.

Neste sentido, quem, tendo sido eleito para representar os interesses do povo, se dispõe a praticar crimes de tal monta, apresenta seguramente elevada periculosidade social a justificar a prisão preventiva, pois indica total desprezo ao bem estar da população, na medida em que mesmo ciente dos nefastos efeitos de seus atos, pratica os mencionados crimes. Isso é indicativo de que, estando em liberdade, poderá voltar a praticar crimes, pois como dito, a periculosidade social é acentuada."

579. Interessante notar que a Colenda 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça também entendeu pela necessidade da prisão preventiva dos ora acusados, embora estivesse sob exame os decretos de prisão da 7ª Vara Criminal da Justiça Federal do Rio de Janeiro, tendo denegado os habeas corpus impetrados

em favor de Carlos Emanuel de Carvalho Miranda (RHC 81.159/RJ) e de Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho (RHC 80.443), ambos relatados pela eminente Ministra Maria Thereza de Assis Moura.

580. Com a prolação da sentença, reforçam-se os pressupostos da preventiva. Não há mais somente boa prova de autoria e materialidade da prática de um crime. Há agora certeza, ainda que sujeita a eventual revisão em recursos.

581. Quanto aos fundamentos, reporto-me ao já exposto nas decisões de 10/11/2016 e 21/11/2016, eventos 4 e 48, do processo 5056390-43.2016.4.04.7000.

582. Em síntese, há um contexto que não pode ser ignorado pelo julgador.

583. Os atos de corrupção e lavagem reconhecidos na presente sentença inserem-se em um contexto maior de prática sistemática de infrações penais pelo ex-Governador e seus associados e que é ilustrado pelas cerca de nove ações penais contra eles já propostas na Justiça Federal do Rio de Janeiro e igualmente encontra prova neste mesmo feito no sentido de que era cobrado um percentual de vantagem indevida em toda obra pública realizada no Estado do Rio de Janeiro.

584. O fato é assustador e revela a prática sistemática de crimes graves de corrupção.

585. Também identificada a prática sistemática de crimes de lavagem de dinheiro, com o produto da corrupção sendo utilizado para, mediante estratégias de ocultação e dissimulação, adquirir bens, parte de luxo, como os diversos ternos de grife comprados pelo ex-Governador.

586. Os valores recebidos como propinas não foram ainda recuperados perante este Juízo, havendo indícios, por exemplo, de que Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho e Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho podem ter esvaziado suas contas antes da efetivação do bloqueio ordenado por este Juízo, pelo menos considerando os resultados modestos do bloqueio das contas dos referidos condenados (evento 45 do processo 5056390-43.2016.4.04.7000).

587. Nem a vantagem indevida paga no presente caso, nem as propinas pagas em todo o contexto criminoso, cuja dimensão sequer ainda foi totalmente precisada, foram recuperadas integralmente.

588. Persiste, portanto, um risco de que o produto do crime seja submetido a novas operações de lavagem, colocando em risco a aplicação da lei penal no que se refere à sua recuperação, que também é um dos objetivos modernos do processo penal.

589. Não se pode ainda ignorar o risco do recebimento de novos valores de propina pelos condenados considerando o caráter sistemático de sua atividade.

590. Embora Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho não mais exerça o mandato de Governador, tem sido a praxe, no âmbito da Operação Lavajato, a realização de pagamentos extemporâneos de saldos de acertos de propina, como ocorreu com os agentes da Petrobras Paulo Roberto Costa, Renato de Souza Duque e Pedro José Barusco Filho e com ex-parlamentares como José Dirceu de Oliveira e Silva e Pedro da Silva Correa de Oliveira Andrade Neto. Todos eles receberam pagamento de propinas, em espécie ou no exterior, mesmo depois de perderem seus cargos ou mandatos. Aliás, no próprio acerto com a Andrade Gutierrez com o grupo do ex-Governador, há saldo de propina a ser paga.

591. Não se pode ainda olvidar que alguém que exerceu dois mandatos de Governador e antes de Senador deve dispor de considerável rede de influência nos negócios públicos federais e estaduais, mesmo já fora do exercício do poder formal.

592. Pertinente, no contexto, o seguinte comentário do magistrado italiano Piercamilo Davigo, atualmente na Corte de Cassação italiana e que atuou na conhecida Operação Mãos Limpas", sobre a corrupção:

"As investigações revelaram que a corrupção é um fenômeno serial e difuso: quando alguém é pego com a boca na botija, normalmente não é sua primeira vez. Além disso, os corruptos tendem a criar um ambiente favorável à corrupção envolvendo outros indivíduos no crime, de modo a conquistar sua cumplicidade até que as pessoas honestas estejam isoladas. Isso induziu a encarar esses crimes com a certeza de que não se tratavam de comportamentos casuais e isolados, mas de delitos seriais que envolviam um número relevante de pessoas, a ponto de criar mercados ilícitos." (Barbacetto, Gianni, Gomez, Peter, e Travaglio, Marco. Operação Mãos Limpas. Porto Alegre: Citadel, 2016, p. 17)

593. E ainda:

"... os aspectos seriais e de facilidade de difusão desses delitos [de corrupção] resultam quase sempre na reincidência. A experiência também ensina que esse perigo não diminui nem mesmo com o afastamento dos corruptos dos cargos públicos, porque dali a pouco eles se encontram exercendo o papel de intermediários entre os velhos cúmplices não descobertos." (Barbacetto, Gianni, Gomez, Peter, e Travaglio, Marco. op. cit, 2016, p. 18)

594. Além disso, como apontei nas referidas decisões, presentes indícios de que Carlos Emanuel de Carvalho Miranda, sozinho ou a mando, teria suprimido provas, apagando mensagens eletrônicas que poderiam lhe comprometer criminalmente e que só foram descobertas porque entregues à Justiça pelas empreiteiras após o acordo de leniência. Embora tal supressão de prova não afete este processo já julgado, há ações penais e investigações em curso que não podem ser ignoradas.

595. Assim, a prisão cautelar, além de prevenir o envolvimento dos condenados em outros esquemas criminosos, bem como prevenir o recebimento do saldo da propina em acertos de corrupção, também terá o salutar efeito de impedir ou dificultar novas condutas de ocultação e dissimulação do produto do crime, já que este ainda não foi recuperado, o que resguardará a aplicação da lei penal, que exige identificação, sequestro e confisco desses valores.

596. Essa necessidade faz-se ainda mais presente diante da notória situação de ruína das contas públicas do Governo do Rio de Janeiro. Constituiria afronta permitir que os condenados persistissem fruindo em liberdade do produto milionário de seus crimes, inclusive com aquisição, mediante condutas de ocultação e dissimulação, de novo patrimônio, parte em bens de luxo, enquanto, por conta de gestão governamental aparentemente comprometida por corrupção e inépcia, impõe-se à população daquele Estado tamanhos sacrifícios, com aumentos de tributos e corte de salários e de investimentos públicos e sociais. Uma versão criminosa de governantes ricos e governados pobres.

597. Embora tenham havido críticas pontuais às prisões preventivas na assim denominada Operação Lavajato, são poucos os presos ainda não sentenciados, e, embora a prisão preventiva deva ser excepcional, também é excepcional o quadro de corrupção sistêmica identificado, a demandar a adoção de medidas duras, mas legais, para interromper o ciclo criminoso, prevenir a prática de novos crimes, sejam de corrupção ou de lavagem, e aumentar as chances de recuperação dos ativos criminosos.

598. A excessiva leniência do sistema legal e judicial, que era a regra há não muito tempo, embora não seja a causa única do quadro de corrupção sistêmica que aqui se instalou, certamente com ele contribuiu. Não existe democracia, crescimento sustentável e estabilidade política com corrupção sistêmica e impunidade.

599. Não se ignora a importância da presunção de inocência, mas ela também não obriga o juiz a fechar os olhos para a realidade ou a colocar o mundo entre parênteses. Ignorar as provas da prática sistemática de crimes graves de corrupção e lavagem de dinheiro nunca é o caminho da Justiça. Não se trata, portanto, aqui de manter na prisão possíveis inocentes, mas sim criminosos seriais, ainda que os crimes em série sejam de corrupção e de lavagem e nem por isso menos graves.

600. Inviável, nesse contexto, substituir a prisão por medidas cautelares alternativas, pois os atos que se pretendem prevenir, corrupção e lavagem, são praticados subrepticiamente, inexistindo alternativa eficaz à prisão preventiva.

601. Portanto e com base na exposição mais ampla contida nas decisões referidas, Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho e Carlos Emanuel de Carvalho Miranda **deverão** responder presos cautelarmente eventual fase recursal.

602. Transitada em julgado, lancem o nome dos condenados no rol dos culpados. Procedam-se às anotações e comunicações de praxe (inclusive ao TRE, para os fins do artigo 15, III, da Constituição Federal).

Curitiba, 13 de março de 2017.

Documento eletrônico assinado por **SÉRGIO FERNANDO MORO, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700003473734v30** e do código CRC **76de45a7**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): SÉRGIO FERNANDO MORO

Data e Hora: 13/06/2017 11:09:50

5063271-36.2016.4.04.7000

700003473734 .V30 SFM© SFM